

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ALESSANDRO LUIZ XAVIER BORGES PEREIRA

O COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇU (CLIPA) E OS DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa: Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Professora Doutora Denise Cunha Tavares Terra.

Orientadora: Prof.Dr. Denise Cunha Tavares Terra

Campos dos Goytacazes

2013

ALESSANDRO LUIZ XAVIER BORGES PEREIRA

O COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇU (CLIPA) E OS DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa: Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Professora Doutora Denise Cunha Tavares Terra.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Denise Cunha Tavares Terra – UENF

Professora Doutora Yolanda Lima Lobo - UENF

Professor Doutor José Luís Vianna da Cruz – UFF

Professor Doutor Rodrigo Anido Lira - UCAM

À Maria Xavier Borges Pereira, pelo incentivo, pelo amor e pela dedicação incondicional a seus filhos.

Às Professoras Denise Cunha Tavares Terra e Yolanda Lima Lobo, pela paciência, confiança e perseverança nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Xavier Borges Pereira, meus irmãos, Evandro Luiz Xavier Borges Pereira, André Luiz Xavier Borges Pereira e Eduardo Luiz Xavier Borges Pereira; por toda a paciência e incentivo, e por serem meus companheiros nessa longa jornada. A meu pai Adalvo Borges Pereira (em memória), pela boemia, sabedoria e humor.

À minha filha, Cássia Maria Vital Borges, pelo amor imenso, sem ela jamais estaria vivendo esse momento tão importante em nossas vidas.

À toda a minha família, tios, tias, primos e primas, pelo apoio nessa luta diária da vida.

Às professoras, Yolanda Lima Lobo e Denise Cunha Tavares Terra, pela paciência e orientação desse trabalho árduo.

Aos grandes irmãos, em especial, Jorge (boquinha), Cleber (gordo) e Wagner de Oliveira Vital, por me incentivarem a voltar a estudar e pela amizade duradoura que perfaz vinte anos de companheirismo.

A todos os amigos, companheiros da UENF, que conviveram comigo durante toda essa jornada de estudos protestando, reivindicando e fazendo música.

Aos amigos, do MST, do Raízes em Movimento, e todas as organizações coletivas das quais participei.

A todos, os amigos de infância, que não vejo à tempos desde Realengo ao Engenho Novo, pelas influências positivas e por tudo que aprendi durante a vida.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UENF, pelas aulas e por terem me passado os conhecimentos necessários para chegar até aqui.

RESUMO

Este estudo investiga as transformações socioeducacionais no município de São João da Barra perante a implantação do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA), a partir da análise das políticas públicas educacionais empreendidas pelo município e do estudo da percepção dessas mudanças pelos diversos atores envolvidos no processo educacional. Nesse âmbito, verifica-se por meio da análise de dados a situação atual da oferta de educação municipal, bem como os projetos existentes de qualificação em parceria com outras instituições. Por meio de entrevistas semi-estruturadas procedeu-se a análise e a comparação entre os discursos dos profissionais da Secretaria de Educação e os dos demais atores que atuam diretamente nas escolas com o objetivo de entender a partir dos agentes discursivos as diferentes percepções e compreensões das ações de políticas públicas na área da educação empreendidas pela gestão municipal diante dos desafios impostos com a implantação do CLIPA. Os resultados apontam que as ações empreendidas pela política educacional do município de São João da Barra em relação aos impactos socioeducacionais provocados pela implantação do CLIPA apresentam avanços significativos e qualitativos no que se refere ao atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Porém, em relação ao Ensino Técnico e superior as percepções dos profissionais da educação, das mães dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental e dos estudantes do Ensino Médio são diferenciadas, revelando a necessidade de um maior investimento.

Palavras-chaves: Educação, Porto do Açú, São João da Barra.

ABSTRACT

This study investigates the social and educational transformations in São João da Barra before the implementation of Complex Logistics and Industrial Port of Açu (CLIPA), from the analysis of public educational and study of the perception of these changes by the various factors involved in the educational process. In this context, it is through the analysis of data to current situation of municipal provision of education, well as existing projects qualification in partnership with other institutions. Through semi-structured interviews carried out the analysis and the comparison between the discourses provided the Department of Education and the other actors who work directly in schools with the aim of understanding the discursive agents from the different perceptions and understandings of public policy actions in education undertaken by the municipal government on the challenges with the implementation of the CLIPA. The results indicate that the actions undertaken by the educational policy of the municipality of São João da Barra in relation to social and educational impacts caused by the implementation of the CLIPA present significant and qualitative advances with regard to the care of Early Childhood Education and Elementary Education. However, in relation to technical education and higher perceptions of education professionals, mothers of ninth graders of elementary school and high school students are differentiated, revealing the need for greater investment.

Keywords: Education, Porto do Açu, São João da Barra.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEDAE - Companhia Estadual de Água e Esgoto.

CLIPA – Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açu

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ETAs - Estações de Tratamento de Água (ETAs)

E & P – Exploração e Produção de Petróleo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

LLX - Empresa do grupo EBX

EBX - Grupo formado por seis companhias (OGX, MPX, LLX, MMX, OSX, CCX).

IFF - Instituto Federal Tecnológico

MPX – Empresa de energia do grupo EBX

MMX – Empresa de mineração do Grupo EBX

OGX – Empresa de petróleo do Grupo EBX

OSX – Empresa de indústria naval do Grupo EBX

GPI – Grande Projeto de Investimento

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

I-PND e II- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS - Programa de Integração Social

PPP - Parceria Público Privada

SUS- Sistema Único de Saúde

FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

SESC- Serviço Social do Comércio

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Fundação CIDE - Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 - Grandes Projetos de Investimento e a implantação do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA) em São João da Barra: os desafios a serem enfrentados.	14
Capítulo 2 - As ações de políticas públicas educacionais empreendidas pelo poder executivo do município de São João da Barra.	41
2.1- A qualificação da mão de obra e as escolhas feitas pelos poderes públicos locais quanto à aplicação dos recursos oriundos dos royalties.....	46
Capítulo 3 – Significado e percepção das ações de políticas públicas.....	69
3.1 As características da pesquisa.....	70
3.2 Os participantes da pesquisa.....	75
3.3 Os instrumentos da pesquisa.....	76
3.4. As escolas municipais de São João da Barra.....	78
3.5. A percepção dos profissionais e das mães dos alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental segundo segmento.....	85
3.5.1 O discurso dos diretores.....	86
3.5.2. O discurso dos professores.....	92
3.5.3. As mães dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental.....	97
3.5.4. Os alunos do terceiro ano do Ensino Médio das Escolas Estaduais...102	
3.6. Os diferentes discursos dos profissionais da educação.....	103
3.6.1. Os alunos e seus pais não valorizam os estudos.....	125
Considerações finais.....	130
Referência Bibliográfica.....	137

INTRODUÇÃO

Esta dissertação compõe o conjunto de trabalhos inseridos na proposta de temas estratégicos do Curso de Pós- Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro – PPGSP- CCH- UENF.

O município de São João da Barra localiza-se ao norte o Estado do Rio de Janeiro a margem direita do delta do Rio Paraíba do Sul. Sua base territorial de acordo com dados do IBGE em 2010 é de 459 km² e o contingente populacional perfaz um total de 32.747. A cidade está a cerca de 310 quilômetros distante da Capital do Estado e a 38 quilômetros do Município de Campos dos Goytacazes, tendo como rodovias principais de acesso a BR 101 e a BR 356.

Este estudo tem por objetivo investigar as transformações socioeducacionais no município de São João da Barra perante a implantação do CLIPA, a partir da análise das políticas públicas educacionais empreendidas pelo município e do estudo da percepção dessas mudanças pelos diversos atores envolvidos no processo educacional. Logo, cabe verificar quais as ações que o poder público municipal de São João da Barra vem empreendendo nos últimos cinco anos para atender às potenciais demandas por mão de obra qualificada decorrentes da implantação do CIPLA, principalmente no que se refere à educação escolar formal.

O sistema educacional no município de São João da Barra passa por mudanças importantes (citamos como exemplos: o concurso público de 2010, o aumento dos investimentos direcionados para implantação de políticas públicas educacionais) que estão sendo implantadas pelos gestores públicos educacionais diante da necessidade de qualificação da mão de obra local.

Nesta perspectiva torna-se necessário compreender como as mudanças ocorridas na gestão educacional são percebidas pelos diversos atores

(secretário de educação, supervisores, diretores, professores, alunos do ensino médio e pais de alunos do nono ano) envolvidos no processo de mudança. Cabe ressaltar que a análise das percepções dos atores servirá de base para estabelecer uma comparação entre a percepção dos gestores educacionais envolvidos no processo e a percepção dos demais atores.

De um modo geral, a construção do CLIPA está criando na população da região uma expectativa de melhoria de condições econômicas e de geração de trabalho e renda. No entanto, para que isso se torne de fato realidade é necessário que ocorra a qualificação desta mão de obra de forma que ela possa competir com a mão de obra migrante e se inserir no mercado de trabalho regional de forma qualificada.

Nesse âmbito, pretendemos verificar por meio da análise de dados a situação atual da oferta de educação municipal, bem como os projetos existentes de qualificação em parceria com outras instituições. Por meio de entrevistas semiestruturadas pretendemos analisar a percepção e compreensão dos gestores, professores, alunos e pais de alunos em relação à política educacional empreendida pelo município.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo discutimos os aspectos relacionados à implantação dos Grandes Projetos de Investimentos. Destacamos os projetos de desenvolvimento regional implantados no processo de industrialização que o país executou por meio de políticas econômicas diversas no período compreendido entre a década de 1950 e a década de 1990. Procuramos enfatizar o período inicial com o “Plano de Metas” e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I-PND e II- PND). Abordamos a década de 1990 com o objetivo de entender como as mudanças ocorridas na política econômica desse período influenciaram o presente momento.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico do município de São João da Barra e o seu desempenho em uma série de indicadores sociais que envolvem educação e crescimento populacional, além de dados sobre o orçamento do município e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). Apresentamos dados da SEMEC relativos às medidas implementadas entre os

anos de 2007 e 2012: número de escolas construídas e escolas que passaram por reforma e ampliação após a construção do porto, investimentos atuais em educação e o quanto foi investido de 2007 até 2012, ampliação do quadro de funcionários proveniente do concurso público realizado em 2010; previsão de novo concurso público e contratados em 2013, bairros e localidades onde houve maior aumento da clientela; construção de escolas técnicas, cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional dos profissionais da educação e novos projetos implementados pela SEMEC após o início da construção do porto.

No terceiro capítulo, apresentamos as características da pesquisa, os participantes e os instrumentos utilizados para a realização da mesma. Descrevemos o campo de estudo, traçando um perfil socioeconômico das localidades de Grussaí, Açu e Centro, e descrevemos as visitas realizadas às escolas; as entrevistas realizadas com os profissionais da educação e com os profissionais que atuam diretamente na escola, diretores e professores. E também descrevemos as entrevistas dos pais dos alunos do segundo segmento do Ensino fundamental. Assim procedemos à análise e a comparação entre os discursos dos profissionais da Secretaria de Educação e dos demais atores que atuam diretamente nas escolas com o objetivo de entender, a partir dos agentes discursivos, as diferentes percepções e compreensões das ações de políticas públicas na área da educação empreendidas pela gestão municipal diante dos desafios impostos com a implantação do CLIPA.

Embasado nos trabalhos de Chartier (1990) e Bourdieu (1998; 2002) examinamos os dados coletados (através de entrevistas semiestruturadas) para compreender a percepção dos profissionais da educação (Prefeita do Município e corpo técnico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Secretária de Educação e supervisores) no que tange as mudanças e políticas públicas educacionais que estão sendo empreendidas para atender ao aumento demanda pelas escolas Municipais. Nesta pesquisa, foram entrevistados os “profissionais” da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) para buscar compreender a percepção deles quanto à eficiência das

políticas públicas realizadas pelo Município diante da expectativa dos alunos da rede Municipal. O enfoque principal será em relação à qualificação profissional e necessidade de ampliação dos investimentos no sistema educacional tendo em vista a possibilidade de inserção destes alunos como futuros profissionais no mercado de trabalho proporcionado pelos investimentos do CLIPA.

Assim, procuro compreender as percepções dos diversos atores selecionados a respeito de suas expectativas em relação ao CLIPA e, mais especificamente, sobre as políticas públicas educacionais do município. Cabe salientar que o propósito das entrevistas é fazer a comparação entre o discurso proferido pelos profissionais e políticos envolvidos no planejamento e na política educacional e o discurso dos diretores, dos pais de alunos do nono ano e alunos do ensino médio.

Capítulo 1. Grandes Projetos de Investimento e a implantação do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA) em São João da Barra: os desafios a serem enfrentados.

Neste capítulo, analisamos os Grandes Projetos de Investimento que o país executou por meio de políticas econômicas diversas no período compreendido entre a década de 1950 e a década de 1990. Procuramos enfatizar o período inicial com o “Plano de Metas” e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I-PND e II- PND). Abordamos a década de 1990 com o objetivo de entender como as mudanças ocorridas na política econômica desse período influenciaram o presente momento. Assim, o processo de abertura econômica e a adesão incondicional às teses neoliberais desse período fazem parte de um processo que causa implicações na política econômica atual. Uma política econômica comprometida com a implantação de diversos projetos econômicos e estruturais que são determinantes para o desenvolvimento econômico e regional do país, tornando viável o atual projeto do Governo Federal: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) que se destaca pelos investimentos na reforma do setor de transportes e principalmente na do setor portuário. Neste âmbito, o Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA) destaca-se como um dos projetos importantes do Programa de Aceleração do Crescimento.

De acordo com Piquet (2007b), após o fim da Segunda Guerra mundial, as sociedades capitalistas ocidentais em crise tiveram um longo período de crescimento econômico marcado pela modernização das estruturas sociais visando à busca pela equidade econômica por meio da implantação do Estado do Bem Estar Social. Neste sentido, ganham importância teorias sobre desenvolvimento, sobressaindo as políticas públicas de base Keynesiana que são vistas como capazes de compensar as fases recessivas dos ciclos econômicos e, de forma complementar, de reduzir desequilíbrios sociais e setoriais, derivados da estrita lógica do mercado. O Estado passa a atuar como agente político e econômico habilitado a conduzir projetos de desenvolvimento

que tenham como resultados a expansão do produto, do emprego, e também a superação de desequilíbrios espaciais.

Segundo Furtado (1974), a aceitação da tutela política norte-americana no plano econômico foi possível pelo fato de se apresentar como um projeto que funcionaria como um instrumento de defesa da “civilização ocidental”. No entanto, na prática, foi uma política de defesa do sistema capitalista. A superestrutura política criada em alto nível teve a missão principal de desobstruir a área onde havia resíduos dos antigos estados nacionais que insistiam em manter barreiras entre os países. A reestruturação operou-se a partir da economia internacional. Internamente, os Estados nacionais exerciam o papel de principal investidor e agente na reconstrução das infraestruturas, na modernização das instituições, na intensificação da capitalização, na ampliação da força de trabalho e etc.

Toda essa modificação político institucional contribui para reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país. “Mas foi a ação no plano internacional, promovida pela superestrutura política trazendo as grandes empresas para uma posição de poder vis-a-vis dos Estados nacionais”. (FURTADO, 1974, p.35)

Conforme Furtado (1974), o quadro estrutural apresentado reflete determinadas tendências evolutivas das relações entre o centro e a periferia. A principal característica desse quadro é a crescente internacionalização das grandes empresas. A maioria das atividades industriais implementadas na periferia surge integrada com fluxos de importação. Assim, uma única empresa detém o controle de indústrias no país central, em vários países periféricos e as transações comerciais entre essas distintas unidades produtivas. Desta forma, esta situação se assemelha a condição de uma empresa que se integra verticalmente dentro de um país: opera uma mina de carvão, uma siderurgia, uma fábrica de tubos etc.

Segundo Piquet (2007b), em se tratando da América Latina, a difusão e o auge do planejamento (o planejamento, até então considerado inerente e exclusivo ao sistema socialista, passa a ser aceito e adotado pelos países capitalistas, porquanto é visto como uma técnica de aplicação de políticas) alcançaram sua

máxima expressão nas décadas de 1960 - 1970, ganhando proporções de um instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico e social. Desta forma, o Estado tornou-se o principal ator desse processo. Um Estado investidor, regulador e, ainda, protetor do mercado interno e da indústria nacional. Assim, ao desenvolvimento se associavam a industrialização e uma metodologia de como planejar.

Os investimentos compreendidos no Plano de Metas (1956 – 1961) provocaram profundas alterações na estrutura produtiva brasileira, sendo as principais: o aumento da capacidade produtiva com a implantação dos novos setores industriais produtores de bens de consumo duráveis, mudanças tecnológicas nos setores produtores de bens de consumo não duráveis, com a entrada de firmas estrangeiras no setor e divisão da produção entre os capitais privados – nacional e estrangeiro – e o capital estatal na produção de insumos básicos e equipamentos.

De acordo com Piquet (2007b), a criação de novos setores possui alta associação geográfica. A localização da grande empresa determina incondicionalmente a localização das pequenas e médias empresas subsidiárias. A localização desses grandes empreendimentos, no caso brasileiro, seguiram critérios de alta rentabilidade privada das grandes corporações oligopólicas. Assim a tendência era situar-se onde já existia um mínimo de “economias externas” de que pudessem usufruir, as quais se encontravam disponíveis em maior escala no eixo Rio - São Paulo. Os novos investimentos voltados à produção de bens duráveis de consumo concentram-se em poucos setores industriais, basicamente nos de material de transporte, de material elétrico e de metal mecânica, e a estrutura de mercado inerente a tais setores é a do oligopólio diferenciado concentrado. (PIQUET, 2007b, p.34)

Os setores produtores de insumos industriais básicos – combustíveis, energia, minerais - tem, na disponibilidade de matérias primas, seu requisito de localização preponderante. Operam em uma estrutura de mercado – a do oligopólio concentrado, no qual são relevantes as economias de escala, as descontinuidades tecnológicas e as barreiras à entrada – em que apenas grandes empresas têm condições de atuar. A condição decisiva para a divisão do mercado reside no controle de recursos

naturais, no conhecimento tecnológico e no acesso ao financiamento. Trata-se, pois, de uma estrutura que requer contínuas negociações entre o capital nacional (público e privado) e o capital estrangeiro, originando disputas ferrenhas. É essa disputa que tende a promover periódicas flutuações no papel do Estado como produtor direto (TAVARES, 1974, p.86 apud PIQUET, 2007b, p.36).

Os recursos públicos são alocados e concentrados na formação e na expansão da infraestrutura, responsáveis pelas economias externas ao setor industrial. Assim, o perfil industrial elaborado na economia brasileira requer grandiosos investimentos em infraestrutura e na produção de insumos básicos. O Estado passa a aumentar seus gastos, influenciando e condicionando seu poder de intervenção de acordo com os interesses do grande capital industrial. Paralelamente são criadas as *empresas públicas*, que se tornam fornecedoras de insumos básicos de uso generalizado para a indústria, tais como de energia, de combustíveis, de siderurgia e de química básica. É nesses setores que se encontra a gênese das primeiras empresas produtivas estatais, cabendo destacar: Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Petrobras (1953), Centrais Elétricas de Furnas (1957). Nesse período, os gastos de capital do governo e das empresas públicas são responsáveis por aproximadamente 50% do investimento total da economia.

(.....) A inexistência de legislação quanto à localização revela que naquele momento o processo de acumulação “exigia” a concentração espacial como forma de ampliar, em curto prazo, as economias externas de que necessitava. O Estado atua no sentido de apoiar e reforçar essa concentração. O intenso crescimento populacional dos dois maiores centros urbanos que direta ou indiretamente absorveram estes investimentos se processa, no entanto, segundo um padrão que poderíamos denominar de “urbanização descapitalizada”. Ou seja, os investimentos em infraestrutura urbana voltados para os meios de consumo coletivo - habitação, água, esgoto, transporte de passageiros - não são realizados, pois iriam concorrer com o gasto público ligado aos interesses do capital industrial.

(...)

Durante todo esse período, em que se procurou dotar o país de um parque industrial moderno, não se cogitou da imposição de normas quanto à localização, seja em termos regionais ou intra-urbanos. As decisões quanto à localização, ao serem tomadas livremente, pautadas unicamente por critérios de rentabilidade privada, provocam uma elevada concentração territorial. (PIQUET, 2007b, p.39, 40)

Segundo Piquet (2007b), os grupos econômicos nacionais veem sua participação reduzida, ficando isolados em alguns poucos setores da indústria de transformação, com exceção da engenharia pesada e a construção civil que conseguem preservar seus interesses. Este fato se deve a problemática urbana que começa a ganhar ênfase a partir dos conflitos urbanos motivados por questões relacionadas à habitação e ao transporte urbano. Assim, as medidas para a recuperação desses setores são tomadas através da instituição da correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social e do sistema financeiro para aquisição de casa própria e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Piquet ressalta que:

A intervenção estatal nas áreas urbanas se faz presente sob o comando da variável setorial – transporte, habitação, comunicação - apenas para dotar os centros urbanos das economias externas de que o capital necessita. O atendimento das necessidades de consumo coletivo nos centros urbanos não é considerado prioritário, mas sim um elenco de ações que busca viabilizar a industrialização. Os sonhos dos urbanistas, expressos em elaborados e requintados planos físicos que procuravam orientar o crescimento urbano enquanto meio ambiente construído são desfigurados e \ou permanecem engavetados. A legislação urbana, capaz de ordenar a ocupação intra-urbana, é um tema intocável. (...) a ocupação do território, o sistema urbano e a própria cidade são antes um “subproduto” do avanço industrial e das articulações dos interesses hegemônicos. As tentativas de “controle” do crescimento urbano por parte do poder local – municípios - teriam mesmo que ser abandonadas, uma vez que a problemática urbana extrapola em larga medida o âmbito local e remete seu enfoque às órbitas responsáveis pela estruturação e

gestão do processo produtivo como um todo. (PIQUET, 2007b. p.51)

As proposições do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1970-1974) visam, de fato, criar novos fatores propulsores de crescimento. Houve a incorporação ao circuito produtivo de recursos domésticos de regiões ainda não exploradas, tais como a rica reserva mineral de Carajás, ao sul do Pará, as vastas áreas territoriais do Centro Oeste, dentre outros, impondo um olhar de conjunto sobre o território. Segundo Piquet (2007), os programas de investimento em infraestrutura viabilizam a incorporação à economia de mercado de parcelas crescentes de território, de riquezas minerais e de população. Essa estratégia beneficia o grupo da grande engenharia pesada que se articulasse com diversas frações do capital industrial fornecedor de materiais e equipamentos e, graças ao volume de emprego que gera, com a indústria de bens finais de consumo.

Piquet indica que:

O maior banco de financiamento de longo prazo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que passa a administrar o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), tem seus recursos aumentados em 350% em termos reais entre 1964- 1975. Enquanto em 1964 dedicava mais de 90% de seus financiamentos ao setor público, durante a década de 1970, ao contrário, passou a destinar 90% de seus dispêndios ao setor privado. Esse incremento da capacidade econômica do Estado é, entretanto, canalizado para o setor privado, seja por meio de repasses, financiamentos e incentivos fiscais, seja por meio do fornecimento de insumos baratos de uso generalizado pela indústria. Graças ao aproveitamento da capacidade já instalada, o período apresenta elevadas taxas de crescimento do produto interno e passa a ser conhecido como o “milagre econômico brasileiro”. (PIQUET, 2007b, p.54)

O ano de 1974 assinala o início de certa perda de dinamismo da economia nacional. No que se refere à indústria de transformação a queda ocorre pelos seguintes fatores: no setor de bens de consumo não duráveis, pela queda do poder de compra dos salários; no setor de bens duráveis, por seu significativo crescimento na fase anterior e no setor de bens de produção, pelas crescentes margens de capacidade ociosa.

Com o intuito de conter essas perspectivas recessivas, foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND - 1974-78). Esse plano baseia-se num elenco de projetos diretamente formulados e implantados pelo setor público, que visava garantir um patamar mínimo de sustentação da atividade produtiva até 1978. Nesse programa (II PND), os grandes projetos de desenvolvimento visavam definir novas regiões. Desta forma, elege a estratégia de “crescimento com financiamento” como forma de corrigir os desbalanceamentos da matriz industrial brasileira e do relacionamento com o exterior. O “projeto Brasil: Grande Potência no Final do Século” representou uma proposta de alto risco, pois teve início quando as políticas econômicas dos países centrais caracterizavam-se por rigorosas medidas de ajustamento. A nova política industrial teria que superar a atrofia dos setores de insumos básicos e de bens de capital e teria que superar também a crise do setor energético; o que contraditoriamente tornou-se muito arriscado porque parte dos setores eleitos pelo Plano era exatamente o energético intensivo.

Conforme argumenta Piquet (2007b), nas articulações que se estabeleceram entre o setor público e o setor privado, podem ser identificados quatro subgrupos: os grandes projetos do próprio setor produtivo estatal: planos siderúrgicos; projetos hidrelétricos e de telecomunicações; os programas de investimento da Petrobras que se articulava com importantes segmentos do capital estrangeiro na área de material elétrico e de bens de capital sob encomenda e com grandes empresas brasileiras de construção civil pesada, os empreendimentos voltados à exportação de minerais e produtos metalúrgicos: alumínio, minério de ferro, os projetos estatais de insumos básicos: fertilizantes, álcool, papel, metais não ferrosos e os projetos na área de bens

de capital: em que a articulação se dá entre os setores privados nacionais e estrangeiros. “Cerca de 70% do valor desses investimentos provieram do Estado; 15% de capitais privados nacionais, e 15%, de empresas transnacionais” (PINGUELLI et al.,1988,p.12 apud PIQUET,2007,p.59).

Segundo Piquet (2007b), a implantação desse projeto apresentava uma lógica de localização espacial diferente quando comparada com os planos anteriores de desenvolvimento industrial. Como consequência, temos a elaboração de um discurso político que pressupõe a necessidade imperiosa da “integração nacional” e da “desconcentração industrial”, quando, na verdade, os mentores do II PND buscavam viabilizar as novas metas setoriais programadas. Essa estratégia se realiza, uma vez que: os investimentos estatais não estão subordinados à lógica da rentabilidade privada, apresentando maiores graus de liberdade quanto à localização, à determinação de preços, às taxas de retorno do capital investido, e assim por diante, o subsídio estatal permite ao capital privado operar com maior liberdade sua localização, a ocupação do território, em um país com fronteiras a incorporar, tornando-se de interesse para setores específicos, tais como os de construção pesada e da construção civil e a conjuntura financeira internacional permitia a tomada de empréstimos a baixas taxas de juros.

Conforme complementa Piquet:

O padrão de redistribuição espacial da população apresenta igualmente características novas que marcam a diferença entre o período que estamos analisando e o das décadas de 1950 e 1960, quando populações de extraordinária magnitude migram para as metrópoles regionais e nacionais. Embora as estatísticas sobre migrações não registrem um significativo movimento de desconcentração da população, os anos que medeiam à segunda metade da década de 1970 e a entrada dos anos de 1980 são marcados por uma intensa mobilidade espacial da população por todo o território brasileiro, de natureza diversa dos movimentos migratórios anteriores. Ao mesmo tempo em que esses projetos se tornam os veículos da expansão de novas condições técnicas de produção em pontos selecionados do território nacional, levam consigo novos problemas sociais às regiões em que se implantam. Os centros que deram suporte ou que se formaram em função dessas grandes obras sofrem do

mesmo fenômeno da urbanização descapitalizada do passado: agora são as “cidade livres”, os “beiradões”, que confrontam a realidade social do país com a racionalidade assepticamente planejada do projeto, revelando uma nova face da modernização excludente. (PIQUET, 2007b, p.65)

Segundo Piquet (2007b), no aspecto econômico, o embate central, ficou em torno do papel desses projetos no processo de crescimento do país. Tal processo de crescimento transpareceu-se socialmente injusto, devido a um quadro político e social retrógrado, que teria permitido a apropriação dos ganhos em eficiência e produtividade quase exclusivamente pelos detentores do capital. Em síntese, o país tornou possível uma base produtiva versátil que foi posta a serviço de diferentes estratégias, conforme indica Piquet:

De fato, o alargamento da base técnica produtiva não incorporou ao mercado parcela expressiva de população nem se fez acompanhar de uma melhoria na distribuição da renda interna. Os aumentos de produtividade serviram antes à ampliação das margens de lucro, que não se traduziu em melhorias salariais ou na queda dos preços. A longa e penosa marcha que resultou na montagem da “oitava economia do mundo” desembocou em estreito vale, pois um consumo interno debilitado sustava o próprio crescimento econômico (CASTRO E SOUZA, 1985, p. 73 apud PIQUET, 2007b, p.71).

De acordo com Piquet (2007b), a solução encontrada para a crise seguiu na direção do mercado externo, de fato exigida em decorrência do endividamento externo. Esse direcionamento, denominado por determinados autores como um processo de “substituição de exportações”, não resultou, entretanto, de uma política deliberada de inserção do país de forma mais efetiva e dinâmica no mercado internacional. De fato, esse resultado está estritamente relacionado com a incompetência das elites tecnocrática e empresarial de estabelecerem com os diversos segmentos da sociedade um novo pacto social ou um novo

projeto de desenvolvimento capaz de viabilizar a expansão do mercado consumidor interno como estratégia de superação para a crise então em curso.

Conforme sintetiza Piquet (2007b), o padrão de acumulação que se instalou no país a partir de meados dos anos 1950 exigiu, em um primeiro momento, a concentração espacial de investimentos como forma de ampliar no curto prazo as taxas de acumulação. O papel do Estado foi crucial no que diz respeito ao apoio e reforço dessa concentração, devido à falta de normas quanto à localização dos projetos implantados e a aplicação crescente do gasto público em investimentos capazes de reduzir os custos das empresas privadas. No segundo momento, referente à natureza da localização das indústrias básicas, o processo contínuo de acumulação necessitava não somente da incorporação de crescentes parcelas de território e população, mas também de uma renovada infraestrutura de apoio. O Estado assim age no sentido de proporcionar a desconcentração espacial implantando projetos de “integração nacional”, de “apoio aos centros urbanos de médio porte”, e de criação de “pólos de equilíbrio”.

Em ambos os momentos, fica evidente um padrão de intervenção estatal idêntico em relação ao meio ambiente construído. No primeiro, o Estado atuou incorporando novos recursos ao circuito capitalista da produção, procedimento que implicou no estabelecimento efetivo do eixo Rio – São Paulo ao circuito internacional da acumulação e uma redefinição das relações entre centros urbanos de diferentes portes. No segundo, a intervenção do Estado ficou submetida a uma dupla exigência: garantir a rentabilidade dos capitais já instalados, o que leva a reforçar o apoio ao polo industrializado para impedir o aparecimento de economias de aglomeração e abrir novas frentes de expansão como forma de incorporar parcelas crescentes de recursos ao circuito internacional da acumulação por meio da desconcentração macrorregional.

Essa subordinação da ação do Estado ao processo de industrialização não significa, entretanto, uma evolução em direção a formas superiores de organização social, uma vez que resolver os problemas do atraso industrial num capitalismo tardio não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza

(TAVARES, M.C.1974, p.159 apud PIQUET, 2007b, p.77).

A nova administração federal iniciada na década de 1990 propõe provocar um “choque modernizador” na economia, centrado no livre jogo das forças de mercado. As condições para a retomada do desenvolvimento são baseadas no documento denominado “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e Comercial”. Os objetivos gerais dessas diretrizes são: o alcance de um novo padrão de desenvolvimento, a redefinição do papel do Estado, a atenuação das disparidades econômicas, sociais e regionais, a valorização do trabalho e a preservação do meio ambiente. Esses objetivos seriam alcançados por meio do aumento da eficiência da produção e da comercialização de bens e serviços, a fim de: modernizar os setores industrial e comercial, de modo a incrementar a produtividade e, assim, atingir padrões internacionais de qualidade com a exposição planejada da indústria brasileira à competição internacional, eliminar incentivos e subsídios, ampliar a especialização da produção e difundir novos padrões tecnológicos.

Segundo Piquet (2007b), o reordenamento político – institucional redefine os papéis e as responsabilidades entre os setores público e privado, tendo como principais medidas a extinção das políticas e incentivos a setores e regiões assim como a privatização de empresas e serviços compreendidos na esfera estatal. A desconcentração espacial da produção proposta no período anterior é considerada ultrapassada de acordo com os novos preceitos. De acordo com os novos preceitos, as novas propostas são vistas como parte de uma estratégia que buscava imprimir uma nova face ao país: “modernização industrial”, “inserção internacional competitiva”, “eficiência do Estado”, são suas palavras de ordem. A tendência a perceber a globalização como um fenômeno universal e inescapável criou uma onda de abertura econômica, de privatização e de desregulamentação, e a elite brasileira aderiu, majoritariamente e de forma quase incondicional, às teses neoliberais.

Nos países centrais emerge da crise um novo padrão tecnológico – institucional assentado primordialmente em quatro tipos de indústrias – eletrônica,

informática, de biotecnologia, de novos materiais – e em sistemas flexíveis de produção. As características dos sistemas “flexíveis de produção” na empresa são enfatizadas pela habilidade de rápido deslocamento de uma configuração de processo e \ou produto para outra e de ajustes de quantidades de produção para cima ou para baixo, sem efeitos negativos nos níveis de eficiência.

Conforme Piquet (2007b), a obtenção de sistemas flexíveis de produção se realiza pela fragmentação organizacional do processo de produção que gera uma profunda divisão social do trabalho entre as empresas, apresentando a subcontratação como a principal forma assumida por essa divisão do trabalho. Conseqüentemente, as unidades de produção são geralmente menores e menos especializadas do que as unidades de produção em massa; a diferenciação dos produtos é maior e os mercados, mais competitivos. As características da flexibilidade impedem que países de industrialização tardia acompanhem esse processo de mudança de produção. Pois, enquanto as unidades de produção do “fordismo” podiam internalizar as funções de produção e, portanto, fazer frente a um ambiente exterior atrasado, a produção flexível baseia seu sucesso na estrutura das relações entre empresas. Entretanto, os mecanismos e hábitos de coordenação estão frequentemente ausentes nas economias industrializadas do terceiro mundo.

Para Piquet (2007b), existem problemas para estabelecer as ligações entre produção flexível e território, cujos principais pontos suscetíveis à crítica são: o exagero sobre a introdução da “tecnologia flexível”, uma vez que até o presente a produção encontra-se majoritariamente assentada na produção em massa, os novos distritos industriais não representam uma base apropriada para uma teorização mais geral, o controle centralizado continua sendo a norma das grandes empresas e são elas que determinam o destino da maioria das localidades e regiões do mundo, o uso cada vez maior de trabalho não integral, de contratos temporários e de outras formas de trabalho barato e flexível (em grande parte, trabalho feminino) relaciona-se com a maleabilidade de tempo, e não com a diferenciação do produto, há uma evidente subavaliação do papel e da dinâmica das grandes empresas multinacionais e do setor financeiro e por último, mas não menos importante, parece evidente que as políticas de âmbito

nacional, embora enfraquecidas em face do poder das multinacionais, permanecem um ponto de intervenção crucial.

Piquet afirma:

A crise do Estado desenvolvimentista brasileiro revelou, de forma inequívoca, que sua ação esteve sempre condicionada por pacto conservador que impôs a intocabilidade da terra assim como dos vários interesses setoriais e regionais. Ou seja, não contou com a solidariedade da população e não a incluiu em seus objetivos a proteção social. Consequentemente, no período em que se verifica a grande transformação no padrão de industrialização das economias avançadas e de alguns dos países asiáticos em desenvolvimento, não ocorre no Brasil uma rearticulação entre Estado e setor produtivo adequada ao novo modelo de crescimento, já então em curso nos países centrais. (PIQUET, 2007b, p.96)

A crescente liquidez internacional tornou os movimentos de capitais novamente positivos a partir de 1992, havendo, no caso brasileiro, um aumento de valores do investimento direto do exterior no período de 1994-1999. Entretanto, ao invés de direcionar o crescimento preponderantemente para construção de novas plantas e, com isso, criar capacidade produtiva adicional, esse investimento privilegia a compra ou a participação em empresas já existentes. Como consequência, não há acréscimo na capacidade produtiva instalada no país provocando cortes nos postos de trabalho, uma vez que na situação anterior a fábrica é parte de uma empresa completa, com direção, planejamento, contabilidade etc. Quando a empresa estrangeira assume o controle da empresa nacional, há o desmonte da empresa e quase sempre esta é transformada em uma filial sem autonomia.

Na década de 90, o governo brasileiro reduziu ao máximo suas empresas estatais. Neste período foram privatizadas empresas de diversos setores como siderurgia, mineração, ferrovias, rodovias, portos, energia, telecomunicações, instituições financeiras, transportes urbanos e empresas de água, de gás e de esgoto. Esse processo de privatização das empresas foi empreendido devido

ao Programa Nacional de Desestatização que no período de dez anos realizou um dos programas mais extensos de vendas das empresas estatais do mundo permitindo ao Estado Brasileiro o repasse à iniciativa privada de quase todas as empresas sob seu controle, totalizando 124 empresas e concessões.

Em decorrência da política econômica adotada no início da década de 90, as relações trabalhistas, ao longo desse período, se caracterizam pelo alto índice de desemprego e pela precarização das condições de trabalho. Esses fenômenos ganham proporções nacionais nunca ocorridos na história econômica do país. A importância do alto índice de desempregados foi inicialmente ignorada pelos responsáveis pela política econômica, que posteriormente procuraram atribuir a falta de emprego à rigidez da legislação trabalhista e a desqualificação da força de trabalho. Os mentores da política econômica consideram necessário o combate do desemprego tomando medidas restritas ao campo da desregulamentação do trabalho, ou seja, da flexibilização das regras que regem a contratação, o uso, a remuneração e a dispensa da força de trabalho.

Conforme Furtado (1974), a atuação do Estado no plano econômico tornou-se restrita a uma margem de manobra relativamente estreita. Caso a economia sofra algum deslocamento as pressões externas para que o respectivo governo adote certas medidas pode ser considerável. Essas pressões são exercidas por outros governos, por instituições internacionais e diretamente pelas grandes empresas. Estas últimas detêm uma massa de recursos líquido bem superior ao conjunto das reservas dos bancos centrais.

Segundo Furtado (1974), as grandes corporações mantêm um considerável poder no plano social, pois detêm as formas de invenção fundamentadas na técnica e no controle do aparelho de produção e reprodução. Entretanto, quando segmentos da sociedade ou a sociedade como um todo reage à asfixia criada pelo uso deste poder, as consequências dessa reação recaem nas estruturas do Estado, de onde ocasionalmente partem iniciativas corretivas. Desta forma, admite-se a possibilidade de que a própria expansão internacional das grandes empresas favoreça a liberação do Estado da tutela que elas hoje exercem nos seus respectivos países. Em síntese, o apoio obtido pela grande

empresa para ampliar o seu poder, conseqüentemente pode acarretar dificuldades para que essa empresa assuma o mando, mesmo cobrindo-se com o manto do “interesse nacional” dentro do próprio país. Os Estados assumem características provincianas, que podem ser superadas por uma efetiva representatividade dos diferentes segmentos da sociedade civil que tornaria o poder político capaz de exercer o papel diretor da vida social.

De acordo com o autor, a nova relação que possa vir a se constituir entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas perpassa necessariamente por uma nova orientação do desenvolvimento que teria de ser num sentido mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Hipoteticamente, a pressão sobre os recursos muito provavelmente se reduziria.

Conforme Piquet (2007b), a ausência de uma política industrial nacionalmente concebida acirrou as rivalidades entre as unidades da federação, que passaram a conceder isenções tributárias, empréstimos subsidiados e outras formas de benefícios à grande empresa, na busca de conquistar novos investimentos que tornassem competitivas cidades ou sub-regiões de seus respectivos estados. Contudo, ao lado dessas regiões ganhadoras, grandes áreas do país permanecem à margem, constituindo os “espaços não competitivos”.

Para Brandão (2008), houve um grande avanço na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas. A “categoria e unidade de análise” tiveram suas concepções ampliadas e transformadas, deixando de ser tomada como um dado, e avançando para uma concepção sob o ponto de vista de sua natureza eminentemente relacional e processual, passando a ser interpretada como lócus e veículo *in situ* através dos quais as relações sócio espaciais se estruturam e operam.

Enquanto a “categoria da prática”, a construção escalar ganhou contornos de um processo eminentemente político, se estabelecendo de forma diferente sob o ângulo de luta social pelo controle do espaço. Assumindo um modo particular

de organização e de disposição dos recursos políticos, recursos simbólicos e discursivos, a “política de escala” apresenta contornos constituídos de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos, possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos. Brandão indica:

Em suma, a escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política. Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da práxis política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados facilita melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político são, portanto, procurar definir o que e com que meios cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar. (BRANDÃO, 2008, p: 14)

Brandão (2008) ressalta que há dois exemplos concretos de que escalas não são entidades fixas, não são meras representações cartográficas ou estáticas relações de proporcionalidade. O primeiro, diz respeito à escala metropolitana que se apresenta como um nível mesoanalítico decisivo para o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista e âmbito decisivo para se conceber políticas públicas. Esse tipo de escala se configura em um nível meso de observação, intercalando dentre as perspectivas locais, as microrregionais e as nacionais, ou mundiais, revelando as articulações e mediações entre esses níveis escalares. No plano analítico, com diversas competências político-administrativas justapostas, marcado por dificuldades de intervenção em uma porção territorial que apresenta inúmeras jurisdições sobrepostas de variados níveis de governo e instâncias de poder político. A construção metodológica baseada no ponto de vista das escalas possibilita a orientação para um debate sobre a problemática metropolitana que apresenta determinações e escalas espaciais específicas, o que torna possível subsidiar as análises e lograr ações e estratégias de desenvolvimento mais consistentes por parte dos gestores públicos.

O segundo exemplo, apresentado pelo autor está na construção da escala supranacional do continente europeu. O “jogo das escalas” da economia global apresenta-se de forma original na Europa constituindo uma escala supranacional. Neste caso, há um avanço teórico e político jamais experimentado, constituído de critérios e mecanismos que operam adequadamente, de modo pluriescalar, suas ações estratégicas. Assim assenta Brandão:

A Europa, respeitando a escala local, ao mesmo tempo, tem superado as visões mono-escalares e excessivamente localista e avançado na valorização de todas as escalas, além de construir a escala supranacional. Assume a construção conflituosa e complexa da escala continental, enquanto revalorização escalas locais e regionais. Um conjunto de políticas realiza o *upscaling* e o *downscaling*, buscando realizar de forma democrática a transferência de atribuições, ora para os âmbitos supranacionais, ora para os âmbitos subnacionais, dentro de uma perspectiva de que a construção de espaços públicos para a construção quotidiana de pactuações federativas é o principal desafio da política comunitária. (BRANDÃO, 2008, p: 16)

Segundo Brandão (2008), as escalas são fixadas pela história e criadas e legitimadas pela política. Resguardando, amparando e abrigando agentes “territorializados/localizados” que são submetidos a normas, regras e parâmetros definidos pelo plano escalar. Suas características distintivas definem num determinado recorte espacial, estruturas e ambientes que moldarão e mediarão ações e decisões de sujeitos politicamente constituídos. Fatos preponderantes aos arranjos sociais, políticos e culturais imprimirão algum grau de unicidade de propósitos a esse recorte. Faz-se necessária uma comunhão de destino compartilhada em relação ao futuro para o delineamento e circunscrição de determinada escala.

Assim Brandão atenta:

Penso que discutir estratégias territorializadas de desenvolvimento passa do meu ponto de vista, por encontrar a escala adequada para a definição de determinado campo onde os problemas são mais bem

visualizados e as decisões sobre como enfrentá-los, e em que escala nível de governo e instância de poder, deverão ser tomadas e quais instrumentos e medidas e ações concretas serão acionadas sob aquele prisma particular de observação. Neste sentido, consideramos que é imprescindível buscar construir estratégias multiescalares. Buscar a escala de observação correta para a tomada dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir. (Brandão, 2008, p.17)

Conforme Brandão (2008), determinado problema tem a sua escala espacial específica. Faz-se necessário o enfrentamento articulando poderes pertinentes àquela problemática específica. Explicitando os conflitos de interesse em cada escala e construindo coletivamente alternativas políticas. Empenhando-se em uma ação coletiva, de caráter pedagógico, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política.

Segundo Brandão se faz necessário:

Promover mudanças em relações de propriedade, buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados de determinado território. Ativar recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação. Discutir centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Assumir a conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das classes sociais, analisar os sujeitos portadores de decisão transformadora. Analisar hegemonias, poderes e hierarquias, construindo e hierarquizando mediações diversas (espaciais, sociais, políticas, monetárias, financeiras, macroeconômicas, microeconômicas, interestatais, geoeconômicas e geopolíticas). (BRANDÃO, 2008, p: 17)

O autor defende um profundo debate sobre escala que vise dialogar com uma teoria sobre decisões e poder de comando dos processos sob análise: se faz necessário ter um pensamento sobre a dinâmica dos atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações, enfocando as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por

variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais). Com isso, visa-se superar um ambiente sociopolítico fragmentado, que tem como predominância as interpretações uniescalares e monofórmicas. Assim, embasado em uma literatura crítica que apresenta avanços que demonstra uma variedade de trajetórias alternativas possíveis de desenvolvimento com as suas múltiplas escalas espaciais passíveis de construção e observação, Brandão assevera que:

As lutas emancipatórias devem ser multiescalares. A ação pública consequente deve ser multiescalar. Deve apor e vencer resistências do atraso estrutural e anticidadão, ativar e mobilizar instrumentos, normas e convenções que se localizam em variados âmbitos, níveis de ação e instâncias. Deve hierarquizar opções, dar organicidade a ações dispersas e orientar decisões ao longo de uma trajetória temporal mais larga. (BRANDÃO, 2008, p.18)

Segundo Brandão (2008), o “diagnóstico tensionador / transformativo” adequado só terá êxito se houver investigações e estudos que, em aproximações sucessivas lograssem nas mais variadas escalas: dimensionando o poder privado, seus interesses, suas decisões cruciais, sua capacidade transformativa ou não de promover mudanças nas relações gerenciais, tecnoprodutivas, trabalhistas, dimensionando o poder do poder público, sua capacidade de coordenação estratégica, organicidade de ações, capacidade de sancionar decisões estruturantes através de arranjos institucionais e padrões de financiamentos adequados, dimensionando a capacidade das frações de classe compartilhar valores coletivos, verificando se existe correlação de forças e substância política adequada para um comprometimento legitimado com um projeto de maior competitividade sistêmica, justiça social e ambiental e de avanço das opções estratégicas e dimensionando a capacidade das facções subalternas empreenderem lutas contra-hegemônicas: reivindicatórias, de resistência, avaliando recorrentemente sua força contestatória, organizativa, insurgente e emancipatória dos movimentos sociais.

Conforme ressalta Piquet (1993), nos estudos acerca dos impactos regionais - territoriais que provocam os grandes projetos de investimentos, as análises

predominantes buscam contrapor as experiências concretas aos objetivos proclamados nos projetos básicos que lhes deram origem. Geralmente, o resultado tem sido desfavorável às regiões e às populações locais. Contudo, há diferenças profundas que estão relacionadas à função da atividade desenvolvida e ao grau de consolidação na região em que se localize – zona de fronteira ou zona consolidada. Mesmo assim, apresentam características que são destacadas a seguir:

- Mudanças na estrutura populacional: uma grande obra em determinado local gera expectativas de emprego e renda; o que ocasiona movimentos populacionais em sua direção. Os primeiros postos de trabalho são oferecidos pela construção civil. Assim sendo, o local passa a ter uma estrutura demográfica atípica, com elevado coeficiente de homens jovens. Este aspecto acaba se tornando negativo em razão do aparecimento de processos sociais pouco conhecidos até então, como favelização, a prostituição, e a criminalidade. Com o fim da fase de construção outros problemas surgem: o profissional com maior qualificação emprega-se em novas ocupações que são geradas com o funcionamento do empreendimento, enquanto o pessoal de mais baixa qualificação permanece no local, grande parte deles sem emprego e residindo em espaços urbanos não equipados, configurando os quadros de pobreza local.

- Mudanças no emprego: A localização do projeto próximo às áreas rurais, onde predominam condições de trabalho e qualidade de vida interiorana, ocasiona o efeito onde população rural migra para a região do empreendimento mesmo que temporariamente. A falta de qualificação impede que esse contingente desempenhe as funções requeridas pelo empreendimento, então essa mão de obra se desloca para periferia e passa a realizar atividades improdutivas ou a engrossar os segmentos marginalizados. Como já foi dito acima, esses empreendimentos por serem portadores de novas condições técnicas de produção, absorvem predominantemente mão - de - obra qualificada. Sendo assim, os benefícios não se difundem para a região e acabam se concentrando no circuito econômico no qual o projeto constitui um segmento. Entretanto, a implantação de empresas modernas atuando a serviço das corporações favorece a formação de um tecido produtivo associado a

firmas prestadoras de serviços de apoio a produção. Assim, o empreendimento oportuniza mais ofertas e diversificação de trabalho no setor de serviços.

- Mudanças na organização do território: Um empreendimento de grande porte provoca mudanças rápidas e radicais na organização territorial, ocasionando o aumento das desigualdades entre o campo e a cidade, mudanças na hierarquia urbana regional e no plano interurbano. Empreendimentos desse porte são vistos como desencadeadores do desenvolvimento regional o que o torna objeto de disputa entre as regiões e ou municípios. Conforme Piquet:

Desse modo, no lugar da adoção de parâmetros quanto ao seu funcionamento, o que em geral ocorre são concessões do poder público, enfraquecendo ainda mais os cofres municipais. Assim, assiste-se à sobrecarga no uso dos equipamentos coletivos em lugar de sua ampliação e modernização, decorrentes das próprias exigências técnicas do empreendimento. (PIQUET, 2007, p. 21)

- Mudanças no quadro político: As instâncias locais de administração são colocadas em segundo plano, ocasionando a perda do controle político e administrativo. Por se tratar de empreendimentos ligados a atividades chave da economia nacional os seus administradores reportam-se diretamente ao âmbito federal. “Pequenas e médias municipalidades e os próprios governos estaduais tem limitada capacidade de barganha, pois são parceiros de pequena monta frente aos grupos empresariais – privados ou estatais – que manejam esses grandes projetos de investimentos”. (PIQUET, 2007, p. 21).

- Mudanças culturais: Novos modos de produção- empresas e profissionais de alto nível - desencadeiam mudanças no padrão cultural regional. As práticas produtivas ultrapassadas são superadas pela implantação de uma cultura empresarial moderna.

O quadro de mudanças apresentado serve para estabelecer perspectivas e análises sobre as possíveis transformações que ocorrerão com a implantação do CLIPA em São João da Barra. Conforme Ribeiro (2010), o Complexo Portuário e Industrial do Açú desconcentra a geração de valor agregado no

Norte Fluminense, implicando no fortalecimento da industrialização de um município de características econômicas fortemente agrícolas, acarretando uma acelerada urbanização com intensa pressão sobre os equipamentos sociais na área da saúde, educação, habitação, e nos transportes; além de acarretar perda da vegetação e pressão sobre os grupos vulneráveis.

No que concerne à procura por uma melhor compreensão da dinâmica econômica e dos impactos do CLIPA no município de São João da Barra, se faz necessária uma breve explanação sobre a expansão da EBX tendo em vista que se trata do grupo que investe na construção do Porto do Açú e se beneficiou com as novas diretrizes da lei de modernização dos portos.

Conforme Oliveira (2012), com a abertura da economia e a consequente privatização das empresas estatais de grande porte, o setor de transportes que já era um dos que apresentavam entraves frente à necessidade de circulação de fluxos cada vez mais intensos, foi reestruturado a partir de concessões. A expansão do grupo EBX acontece nesse contexto.

Cabe ressaltar a sequência de abertura de novas empresas do Grupo EBX neste período como a MPX (setor elétrico) em 2001, MMX (mineração) em 2005, LLX (terminais portuários e logística) e OGX (exploração e produção de petróleo e gás natural) ambas em 2007 e OSX (estaleiros e serviços para indústria de petróleo), em 2009.

A importância da criação dessas empresas, conforme Lazzarini (2011) apud Oliveira (2012) se deve a três fatores: por apresentarem sinergia entre os setores de produção, por articularem distantes porções territoriais brasileiras e, sobretudo, por produzirem em setores outrora estatizados. O papel do governo federal na captação de recursos via fundos de pensão e principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não foi reduzido diante do protagonismo de investidores individuais ou estrangeiros.

As dimensões do banco são impressionantes até mesmo sob uma perspectiva internacional. Em 2009, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 137 bilhões— um valor cerca de 30% superior ao total financiado pelo Banco Mundial, em mais de 100 países, naquele mesmo

ano (US\$ 59bilhões). (LAZZARINI, 2011, p.96 apud OLIVEIRA, 2012).

No decorrer da década de 90 houve modificações importantes quanto ao modelo de gestão dos portos públicos brasileiros, com características descentralizadoras e de delegação para os estados e municípios. Houve também modificações que visavam reestruturar o setor de transportes, mas especificamente o setor portuário, com alterações na legislação que passou a ser denominada como Lei de Modernização dos Portos; estabelecendo assim um novo contrato jurídico e institucional para o setor a partir da promulgação da Lei 8.630\93.

Os principais pontos e objetivos promulgados nessa lei foram: permitir a exploração da operação de movimentação portuária pelo setor privado, promover investimentos em superestrutura, a modernização da operação, com a aquisição de equipamentos novos e mais produtivos pelo setor privado; reduzir o tempo de espera e de permanência dos navios, permitir a exploração de cargas de terceiros em terminais de uso privativo, antes limitado às cargas próprias; promover a concorrência entre terminais e entre portos, por meio do arrendamento das instalações e de terminais a empresas privadas; e adequar à quantidade de mão-de-obra na operação portuária, segundo os novos processos tecnológicos e produtivos.

Desta forma, passaram a existir três modalidades de transferência da operação das áreas portuárias públicas para o setor privado, transparecendo uma alternativa mais privatista da legislação em questão. São elas: concessão da administração portuária, qualificação e atuação de operadores portuários privados e arrendamento de áreas e instalações portuárias.

Conforme Tovar e Ferreira (2006), a maior parte da movimentação de cargas nos portos brasileiros em terminais públicos já foi transferida à iniciativa privada. Os terminais e instalações portuárias são arrendados através de leilões. Basicamente, quem oferece a maior oferta de pagamento pelo arrendamento das instalações adquire o direito de explorar o terminal. Sendo a operação portuária uma atividade altamente lucrativa, o processo de arrendamento não se restringiu a companhias que tradicionalmente já

operavam no setor portuário, todavia despertou também interesse de empresas de diferentes segmentos, por intermédio de consórcios formados com o objetivo de participar das concorrências.

Neste ponto, coincidem a formação do grupo EBX e suas empresas consorciadas de diferentes segmentos com fartos financiamentos do BNDES concorrendo com o arrendamento e implantação de novas instalações portuárias privadas.

Segundo Tovar e Ferreira (2006), para a implantação de um terminal de uso privativo, é necessária apenas uma autorização do Governo Federal, sem necessidade de licitação. Se a instalação privativa localizar-se fora da área dos portos organizados, ela não estará sujeita à fiscalização de uma autoridade portuária, garantindo-lhes maior liberdade, associada a menor fiscalização e ônus. Conforme Tovar e Ferreira:

À medida que a reforma do setor vai se consolidando, os portos organizados vão tendo de disputar, cada vez com maior criatividade e agressividade, seu espaço junto ao mercado, precisando valer-se até mesmo das vantagens comparativas adquiridas ao longo dos anos, principalmente dos investimentos efetuados pela União e da especialização ou seleção de cargas. Essas vantagens podem ser agrupadas em dois grandes blocos: facilidades marítimas e terrestres e administração portuária. Entre as vantagens comparativas relativas ao primeiro bloco, estão aquelas referentes à infraestrutura terrestre e aquaviária. São calados que atendem aos navios de última geração, acessos terrestres que facilitam a entrada e saída de mercadorias no porto, disponibilidades de berços maiores e especializados no tratamento da carga, mecanização e automação do manuseio da carga, sistemas de controle e informação, menos uso da mão-de-obra portuária e custos portuários condizentes com o mercado de transporte. Quanto ao bloco referente à administração portuária, é fator fundamental o atendimento ao cliente e à sociedade. No primeiro caso, as administrações devem estar voltadas para o mercado portuário, buscando sempre a satisfação do cliente. A administração portuária deve ser flexível e exercer de modo intenso a parceria na gestão, partilhando a atividade com o CAP e com os outros órgãos criados pela nova legislação. Além disso, deve buscar uma imagem de porto-cidade e preservadora do meio ambiente, agregando áreas de lazer e comércio em áreas anteriormente degradadas. (TOVAR E FERREIRA, 2006, p.218).

Segundo Ribeiro (2010), os grandes investimentos logísticos tem sido determinantes para atração dos investimentos privados, sendo em sua maioria destinados a exportação de matéria prima, assumindo características de semi-enclaves ou relativa endogeuinização da cadeia produtiva, e seguindo em paralelo com a integração territorial destes projetos que exige políticas de desenvolvimento regional diversificadas e complexas, que visem a geração de emprego e distribuição de renda.

No âmbito da divisão internacional do trabalho, o Brasil mantém-se como grande supridor de matérias primas e produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico. Os investimentos industriais no Estado do Rio de Janeiro e a futura estrutura portuária e industrial do Açu estão inseridos no mercado internacional, assim, o desdobramento de crises econômicas atuais e futuras e a possibilidade de redesenhar alternativas e saídas destas afetam diretamente a economia regional, tanto pelo comportamento do mercado internacional de matérias primas (minério de ferro, petróleo, açúcar e etanol), bem como pelo crescimento econômico da China no novo quadro internacional.

Cabe ressaltar, que a estrutura portuária do Açu visa atender a necessidade da economia chinesa por produtos primários. Neste ponto, Piquet afirma:

As mudanças em curso trazem uma problemática nova quanto ao processo de acumulação de capital, diversa da anteriormente existente: a grande capital passa a ter uma enorme ubiquidade, podendo estar em qualquer região para produzir para qualquer outra, e cada uma delas torna-se uma opção a mais entre muitas. Não é um capital localizado em seu circuito de reinversão. Ao contrário, cada parte desse capital se articula diretamente com outras em escala global e passa cada vez menos pelas estruturas de produção regional ou nacional. (PIQUET, 2007a, p.24).

Na análise de Vainer (2000) apud Piquet (2007a), teriam a “legitimidade” que os políticos “corrompidos” perderam e poderiam falar em nome de uma vontade única, que visaria antes de tudo a defender e a promover a cidade, em um

processo despolitizador e autoritário, em que a cidade do encontro e do confronto entre cidadãos desapareceria.

Neste contexto, Ribeiro (2010) salienta que as mudanças na economia do município de São João da Barra eram geralmente induzidas pelo crescimento natural da população, e o poder local ganhando destaque como o principal empregador da mão de obra da cidade. As transformações ocorriam de forma lenta e gradual, caracterizando um processo de reprodução inalterada. As mudanças atuais com a implantação do Complexo Logístico e Industrial “destroem” as situações de equilíbrio existentes, com alterações profundas na esfera das atividades produtivas e comerciais da economia local, com repercussão também na esfera regional. De acordo com Ribeiro:

A possibilidade de um novo processo de desenvolvimento regional para o Norte fluminense chega mediante a abertura de novos mercados, antes inacessíveis ou inexplorados que terão acesso a novas fontes de matérias primas (minério de ferro) e produtos industrializados (etanol e açúcar). Associado a este novo ciclo temos os empresários inovadores na posição de liderança com o firme propósito de viabilizar novos caminhos e oportunidades lucrativas. (RIBEIRO, 2010, p.64).

Segundo Ribeiro (2010) torna-se imprescindível em São João da Barra os investimentos em políticas públicas de grande porte relativas à infraestrutura, logística, a área social e ambiental. Faz-se necessário uma intervenção pública diante da necessidade de capacitação da mão de obra local, associada à implantação de uma cultura empreendedora, com a finalidade de fortalecer e apoiar a criação de pequenas e médias empresas. Ribeiro assenta:

Diante da nova realidade que se apresenta nos dias atuais, como irreversível, o poder público necessita com urgência se re-aparelhar, de modo a responder de uma maneira satisfatória ao desafio de planejar e induzir o desenvolvimento econômico, associado a uma oferta de empregos de qualidade e uma justa distribuição da renda. A história está repleta de exemplos que apontam o risco associado à formação de enclaves regionais, exatamente quando o setor líder da nova etapa de acumulação capitalista não possui links com as outras atividades locais e regionais. Como forma de evitar esta ameaça o

poder público necessita atuar de modo regionalizado, consorciado, em rede, de modo matricial como forma de atuar observando os vários aspectos dos problemas e das oportunidades que a nova inserção internacional da atividade econômica do Norte fluminense deve enfrentar. (RIBEIRO, 2010, p.64).

Ribeiro (2006) define, há dois gargalos que devem ser solucionados para viabilização de um desenvolvimento pleno tanto do município, quanto da região Norte Fluminense. O primeiro entrave é a questão educacional e o segundo é a questão do transporte. O desafio é por em prática com a máxima brevidade uma “revolução” na qualidade do ensino básico e fundamental e multiplicar as oportunidades de acesso ao ensino profissional de nível médio e superior. O outro desafio é logístico. O viés rodoviário se apresenta insuficiente, o ferroviário necessitando ser reativado e o aeroportuário apresentando alta capacidade ociosa. É necessário ampliar os investimentos em todos os níveis de governo na expansão da malha rodoviária, notadamente a duplicação do trecho das BR-101 e 356. Em paralelo fomentar parcerias públicas privadas (PPPs) que tragam o capital privado na parceria para a resolução dos gargalos na infraestrutura.

Diante deste cenário, o capítulo seguinte abordará as ações de políticas públicas empreendidas pela Prefeitura de São João da Barra.

2. As ações de políticas públicas educacionais empreendidas pelo poder executivo do município de São João da Barra

O processo histórico da formação do Município de São João da Barra está intimamente ligado ao comércio portuário iniciado no século XVIII. Foi o aumento da produção açucareira da vila de Campos e a necessidade de escoar a mercadoria para o porto da Bahia via São João da Barra que ocasionou as mudanças econômicas e sociais; houve um pequeno desenvolvimento urbanístico na vila de São João Batista da Barra com aumento do contingente populacional e as transformações socioeconômicas com a intensificação desse comércio. No decorrer da atividade portuária, a vinda da família real para o Brasil no século XIX provocou um aumento da circulação de mercadorias do comércio da região com a cidade do Rio de Janeiro. Com o aumento desse comércio e a vinda de diversos migrantes (internos) e imigrantes (externos), conseqüentemente, houve um aumento populacional, uma melhoria das condições econômicas e sociais dos habitantes, que proporcionou a formação de uma mescla de culturas.

O período compreendido entre 1880 a 1890 é conhecido como a fase áurea¹ do Porto de São João da Barra. Segundo Romão (2007), a atividade Portuária desenvolveu econômica e socialmente a cidade. O porto escoava a produção agrícola e pecuarista do norte – noroeste do Estado do Rio de Janeiro para diversas regiões como nordeste (Bahia) e outros países.

Após a “fase áurea” com sua efervescência econômica e cultural sobreveio o declínio das atividades comerciais do porto, que tem início no final do século XIX e culmina com o seu fechamento no início do século XX. Conforme Romão (2007) os fatores que contribuíram para o fechamento do porto e o fim das

¹ O historiador João Oscar (1977) foi quem criou a expressão *fase áurea* para caracterizar o período de grande opulência, aparato, fausto, magnificência material da cidade proporcionado pela abertura do Porto marítimo.

atividades portuárias são: a valorização do transporte ferroviário (que consistiu uma alternativa para transporte de mercadorias) e a mudança ocasionada com a diminuição da profundidade do Rio Paraíba do Sul que impediu o atracamento de grandes embarcações.

O município de São João da Barra, após o fechamento do porto, passou a contar na sua produção econômica, com pequenas fábricas – como a fábrica de Aguardente de São João da Barra, uma pequena movimentação turística no período do carnaval e pequeno comércio. A situação se modifica a partir do momento em que o município passou a se beneficiar dos royalties do petróleo. Na última década (2000- 10) o peso dos recursos do petróleo no orçamento da prefeitura de São João da Barra é significativo: passou de 43% para 81%, segundo estudos do IPEA. No entanto, esse aumento não significou mudanças substanciais em sua aplicação. Com a mudança na legislação para a distribuição dos royalties do petróleo, naturalmente, a perda no orçamento da prefeitura desse município será grande.

As principais localidades do município de São João da Barra são: Grussaí, Açú, Atafona e Centro. Assim foram caracterizados por apresentarem maior grau de urbanização. Segundo dados da Prefeitura Municipal de São João da Barra, as localidades que apresentam maior desenvolvimento urbano são: Grussaí (40,68%), Açú (19,36%), Atafona (17,38%) e Centro (9,74%). A escolha da localidade de Grussaí se deve pela área que apresenta maior desenvolvimento urbano, a localidade do Açú foi escolhida por três critérios: o primeiro por se referir à localidade que apresenta a segunda maior área urbana, o segundo por ser a localidade onde está sendo implantado o Porto do Açú e o terceiro critério se refere ao maior crescimento da demanda escolar. Localidade central foi escolhida por se tratar de uma área onde estão concentradas a maioria das instituições públicas e privadas do município de São João da Barra.

A localidade central do Município de São João da Barra faz parte do primeiro distrito e apresenta o quarto maior desenvolvimento urbano da região são-joanense. Nesse local estão concentradas a maioria das instituições públicas e privadas do município de São João da Barra. Na região do centro há maior

circulação de produtos, dinheiro e mercadorias; as políticas públicas do município são realizadas com mais eficácia. As ruas são asfaltadas, há saneamento básico, o serviço de transporte coletivo é eficiente, há presença de hospitais e escolas. Na região de São João da Barra, encontram-se as principais instituições públicas: a sede da administração municipal, os hospitais públicos (policlínica e Santa Casa), Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Agricultura e demais secretarias pertencentes à administração pública do município, Banco do Brasil, cartório, delegacia de polícia e as escolas públicas que atendem a população do município. Quanto ao setor de serviços e a iniciativa privada: na região central localizam-se os bancos (Itaú e o Bradesco, implantado recentemente), fábricas e os setores de serviços e comércio (pequenos escritórios, imobiliárias, lojas comerciais e comércio informal).

A localidade de Grussaí faz parte do terceiro distrito e apresenta a maior área urbana do município de São João da Barra. Essa região caracteriza-se pelo turismo e por ser conhecida como uma região litorânea e de veraneio. Os serviços e comércios estabelecidos na região são direcionados para o atendimento da população residente e para a população turística. O local tem uma avenida litorânea e uma rua principal onde se localizam as principais atividades comerciais. Os pequenos estabelecimentos comerciais atendem a demanda de consumo da população. Nessa região encontram-se as casas de veraneio, as principais pousadas e hotéis da região. Em Grussaí também se localiza a sede do SESC mineiro que presta diversos serviços turísticos para população.

A localidade do Açú faz parte do quinto distrito e apresenta a segunda maior área urbana do Município de São João da Barra. Essa região caracteriza-se pela atividade rural (agricultura) e pela atividade pesqueira. Na rua principal estão os pequenos estabelecimentos comerciais que atendem a demanda de consumo da população: mercados, restaurantes, mercearias e imobiliárias. Na região litorânea é desenvolvida a atividade pesqueira e no interior (zona rural) desenvolve-se a atividade agrícola. O Complexo Logístico e Portuário do Açú está sendo implantado na região litorânea do quinto distrito.

Nessas regiões periféricas do município de São João da Barra, Grussaí e Açú, nem todas as ruas são asfaltadas, o saneamento básico é precário, o serviço de transporte público coletivo é precário e deficiente (a partir das 22h não há circulação de transportes coletivos), os serviços de saúde são prestados pelos postos de atendimento que funcionam até às 17 horas, a segurança pública está a cargo do Destacamento Policial Ostensivo da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros possui uma sede na região litorânea de Grussaí.

O município de São João da Barra apresenta diversas transformações sócio econômicas após o início da construção do porto do Açú. Ocorreram modificações significativas no setor de infraestrutura, emprego e serviços bem como mudanças importantes na densidade populacional e na área fundiária.

Na área de infraestrutura, foram empreendidas obras como: construção de pontes e reforma de vias e rodovias que dão acesso à região portuária do Açú. Houve um aumento do tráfego e aumento da circulação do transporte coletivo público. Cabe ressaltar, que a empresa Campostur detém o monopólio do transporte público no Município de São João da Barra. Houve também um aumento do transporte alternativo (vans) que faz os pequenos trajetos entre os distritos, pois o atendimento do transporte público para essas regiões é precário. Aumento da circulação de transportes privados e intensificação do tráfego na região central. No setor educacional foram ampliadas e construídas escolas e creches municipais. Na área de segurança pública e na área de saúde não aconteceram modificações importantes.

No setor de empregos e serviços ocorreram transformações em diversos aspectos. Conforme Oliveira e Givisiez (2012) houve um aumento considerável do emprego formal no município (69,7%) elevando a participação do município de São João da Barra no total do emprego formal de 2,1% em 2007 para 3,3% em 2010. Houve uma queda de emprego relacionado às atividades agropecuárias de 20,4% e o já esperado aumento do emprego na construção civil de 195,1%, no setor de serviços de 72,0% e no setor comercial que alcançou 35,8%. E a administração pública alcançou um crescimento de

68,3%. A atividade agropecuária tende a se reduzir, pois o conjunto dos empreendimentos se localiza em áreas rurais que tenderão a se modificar completamente com o perfil de utilização econômica do entorno do empreendimento.

Ocorreu um crescimento populacional da região em decorrência da expectativa de emprego. A população de outros municípios e de outros Estados estão migrando para São João da Barra em busca de trabalho. Conforme dados do IBGE a população de São João da Barra, em 2001, era de 27.682 e em 2007 alcançou 28.889. Em 2010 já perfazia um total de 32.747. No período de dez anos, houve um crescimento populacional de 5.065 pessoas, um aumento de 18,7% da população.

Os moradores do quinto distrito, principalmente a área do entorno do CLIPA, passaram por problemas sérios com relação à desapropriação de terra de forma arbitrária pelo poder público. A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) determinou, em 2009, a desapropriação de uma área de 7200 hectares. O processo de desapropriação das terras se estende até hoje, mas a maioria dos proprietários foi praticamente forçada através de ordem judicial a negociar e aceitar os valores indenizatórios estipulados pela justiça. Proprietários de terras e pequenos produtores rurais sentiram-se injustiçados, pois a desapropriação ocorria por meio de ordem judicial que determinava o despejo dos proprietários das terras e lacrava a propriedade proibindo os moradores de entrarem nos imóveis. Atualmente, a maioria das propriedades fundiárias do quinto distrito foi desapropriada e a população rural que residia nas localidades mesmo contra a vontade foi indenizada. Hoje, a maioria dos imóveis desapropriados pertence à LLX. Ou seja, várias porções de terras que se localizam no entorno do Porto do Açú passaram a pertencer a LLX.

2.1. A qualificação do Ensino técnico e superior e as escolhas feitas pelos poderes públicos locais quanto à aplicação dos recursos oriundos dos royalties.

Nesta seção damos ênfase às ações que o poder público municipal tem implantado e as mudanças previstas no sistema educacional público municipal diante da relevante necessidade de qualificação da mão de obra e as possíveis formas de destinação pelo poder público local dos recursos dos royalties e participações especiais.

O empreendimento do Porto do Açú exigirá uma mão de obra técnica especializada, profissionais diversificados e ensino técnico específico bem como profissionais com formação em ensino superior para ocupar a diversidade de vagas que surgirão quando as empresas do CLIPA estiverem funcionando. O município de São João da Barra tradicionalmente rural não tem ainda estrutura disponível para atender a demanda da população nos segmentos de ensino técnico profissionalizante e de ensino superior.

Em decorrência da emergência do empreendimento portuário, as ações que o poder público municipal de São João da Barra vem empreendendo para atender as demandas potenciais a serem ocasionadas pelo CLIPA, principalmente no que se refere ao ensino técnico profissionalizante estão sendo implantadas e executadas sem maior planejamento e participação da sociedade civil.

A construção do Porto do Açú iniciou-se na última gestão da Prefeita Carla Machado, 2008 até 2012. Nesse período foram tomadas medidas referentes à política educacional da Secretaria de Educação e Cultura. É importante salientar, que a série de mudanças ocorridas no ensino técnico e profissionalizante do município de São João da Barra teve início no ano de 2012 enquanto que os benefícios gerados aos estudantes do ensino superior ocorreram anteriormente, durante o percurso da gestão passada (2008-2012).

A política educacional desse período (2008-2012) se concentrou nos cursos técnicos e no curso superior. Foi implementado um pólo do IFF que disponibiliza cursos técnicos (para os alunos do ensino médio é oferecido o

curso técnico em metalurgia) e atualmente o poder público está viabilizando a construção da sede definitiva do IFF em São João da Barra. A gestão municipal está fornecendo a infraestrutura e posteriormente, quando da conclusão da obra, o prédio passa ser do Instituto Federal Fluminense.

No mês de maio de 2012 foi feita uma parceria do Serviço Social do Comércio (SESC) com a LLX para qualificação profissional da mão de obra são-joanense. Foram oferecidos cursos em diversas áreas: logística, hotelaria, confeitaria e auxiliar de cozinha.

No que concerne ao ensino superior, através do Programa do Cartão Universitário a prefeitura disponibiliza bolsas de estudos para os estudantes do município cursarem faculdades particulares. As bolsas são oferecidas para todos os cursos superiores abrangendo um total de 60% do valor do curso e no caso dos cursos de medicina e odontologia são oferecidas bolsas de 100%. Dependendo do desempenho e do coeficiente de rendimento o desconto aumenta gradativamente podendo chegar a uma proporção de 80% de descontos para os demais cursos. E para suprir a necessidade de transporte dos universitários o poder público viabiliza o transporte gratuito para os estudantes.

Atualmente estão sendo idealizadas duas medidas importantes diante da necessidade de qualificação da mão de obra. A prefeitura está desenvolvendo em parceria com o IFF o curso técnico de construção naval e há uma perspectiva também de se programar um CVT (um Centro Vocacional Tecnológico da FAETEC) com cursos específicos para atender a demanda do CLIPA.

Recorro a Cruz (2003) para exemplificar de que modo foi qualificada a mão de obra com formação de nível técnico na região de Macaé na década de 80 em decorrência da implantação do complexo petrolífero. Segundo o autor, houve uma absorção do contingente da força de trabalho regional, o que foi possível graças à existência da Escola Técnica Federal de Campos. Inicialmente, quase toda a mão de obra semiquificada vinha do município de Campos, sendo este fato imprescindível para o atendimento da demanda decorrente da implantação do complexo petrolífero.

Atualmente (2003), esse contingente ainda é significativo, mas já existe implantada em Macaé uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos dos Goytacazes e outras instituições de ensino foram implantadas desde o início das atividades de exploração e produção de petróleo e gás, inclusive instituições de ensino superior públicas. “A mão de obra altamente especializada, seja de assalariados do Sistema Petrobrás, seja de profissionais prestadores de serviço, vem, majoritariamente, de fora da região e do país” (CRUZ, 2003, p. 278).

As constatações do autor são pertinentes diante das mudanças que devem ser empreendidas pelos gestores públicos do município de São João da Barra perante a necessidade da qualificação da mão de obra local com a implantação do CLIPA. Caso contrário, o quadro apresentado acima pelo autor tende a se repetir, pois o município de São João da Barra atualmente apresenta necessidades e características estruturais semelhantes as que vigiam no município de Macaé, na década de 80.

A realidade educacional do município de São João da Barra não só se assemelha com a realidade enfrentada pelo município de Macaé na década de 80, como também, verificamos problemas idênticos referentes à implantação de mudanças relativas ao ensino técnico. As ações que o poder público municipal de São João da Barra vem empreendendo principalmente no que se refere ao ensino técnico profissionalizante estão sendo implantadas e executadas sem maior planejamento. O que podemos entender após dois anos de estudo para realização desse trabalho é que as políticas educacionais empreendidas pelo poder público no que se refere às mudanças que se faziam necessárias para o segmento do ensino técnico e profissionalizante foram iniciadas num período posterior a construção do Porto do Açú. Mais precisamente, a implantação do polo do IFF e a parceria do SESC com a LLX foram implantadas em 2012, na fase final de construção do Porto do Açú. Conseqüentemente, a população são-joanense que precisava de qualificação técnica profissional, na fase inicial de construção do Porto, teve que recorrer às instituições do ensino técnico (IFF) do Município de Campos dos Goytacazes.

Atualmente (2013), os benefícios (bolsas de estudo e transporte gratuito) gerados pela política educacional relativa ao ensino superior são de suma importância para a qualificação dos estudantes universitários. Contudo, os estudantes que não foram aportados por esses benefícios, no período anterior a essas medidas, tiveram que recorrer aos recursos próprios ou simplesmente desistiram de continuar os estudos.

De um modo geral, a construção do Porto do Açú está criando na população da região uma expectativa de melhoria de condições econômicas e de geração de trabalho e renda. No entanto, pode-se constatar que as funções que exigem alta especialização, na construção do porto, e que são mais rentáveis são exercidas por profissionais experientes vindos em sua maioria de outras regiões do Brasil e do exterior. Da população de São João da Barra, as pessoas que conseguiram trabalhar na construção do porto, em sua maioria, exercem funções secundárias, onde os níveis salariais são mais baixos. A inexistência de planejamento e política educacional que viabilizassem, durante esses últimos dez anos, a especialização da mão de obra local inviabilizou o desejo dos sanjoanenses.

Segundo dados do IBGE no município de São João da Barra, em 2001, as pessoas com 10 anos ou mais de idade que tinham curso superior completo formavam um total de 293 habitantes. Conforme o IBGE a população de São João da Barra, em 2001, era de 27.682. Em 2001, as pessoas que tinham curso superior representavam 1% da população são-joanense. Em 2010, a população de São João da Barra totalizava 32.747. Entretanto, as pessoas com 10 anos ou mais de idade que tinham curso superior completo formavam um total de 1.124 habitantes representando 3,4%, um aumento significativo no período considerado.

2.1.1. Os royalties arrecadados e aplicação desses recursos pelo poder público dos municípios do Norte Fluminense.

A implantação de políticas públicas educacionais no município de São João da Barra sofre influências e direcionamentos designados pelo Governo Federal e também pelas grandes corporações envolvidas na implantação do CLIPA. Cabe salientar que empreendimentos como o CLIPA quando em funcionamento geram significativos empregos diretos e indiretos e de receitas aos cofres públicos, sendo assim o local tem muito a ganhar. Além disso, o município ainda conta com a arrecadação tributária gerada pela presença do segmento de Exploração e Produção de Petróleo (E&P). Segundo a ANP, o município de São João da Barra recebeu R\$ 203,1 milhões em 2010. E em 2011, os valores arrecadados totalizaram R\$ 245,1 milhões, apresentando um aumento expressivo de 17,1%.

Serra (2007) entende que o aumento do fluxo de renda local e regional, gerado pela presença do segmento de E&P, acarreta a elevação da base tributária que conseqüentemente ocasiona o aumento da arrecadação por meio dos instrumentos impositivos. Esse aumento ocorre pela arrecadação de tributos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e das receitas tributárias municipais.

TABELA 01: ROYALTIES– ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE – EVOLUÇÃO 2005 A 2011.

Município	População	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cardoso Moreira	12.601	4.153,40	4.420,90	3.419,90	4.598,30	3.706,70	3.909,90	4.781,60
Carapebus	13.697	35.465,90	39.913,50	33.108,00	39.179,50	22.660,10	29.384,00	33.876,30
Quissamã	20.747	94.575,00	102.619,50	143.130,00	166.896,00	91.537,00	92.536,20	92.489,30
Conceição de Macacu	21.200	4.719,70	5.023,70	3.886,20	5.225,30	3.760,50	4.432,90	5.586,40
São João da Barra	33.136	56.875,10	65.861,70	53.088,90	162.607,00	158.578,80	203.134,00	245.116,10
São Fidélis	37.601	5.663,70	6.028,40	4.663,50	6.270,40	4.512,60	5.319,50	6.520,40
São Francisco de Itabapoana	41.371	5.852,50	6.229,40	4.818,90	6.479,40	4.663,00	5.496,80	6.737,80
Macaé	212.433	437.333,10	498.502,50	406.461,10	557.133,90	355.560,60	447.324,70	475.109,40
Campos dos Goytacazes	468.087	842.474,60	1.023.112,90	890.977,00	1.300.212,10	882.988,00	1.097.471,70	1.187.646,20

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, 2012.

Cruz (2003) salienta que o aumento dos recursos (royalties e participação especial) controlados pelos municípios do Norte Fluminense não estão sendo revertidos prioritariamente em políticas públicas, em planejamento, ou em ações que busquem a reversão do problema do desenvolvimento regional.

A título de comparação entre os valores recebidos pelos municípios fluminenses entre 2010 e 2011, o município de Campos dos Goytacazes liderou o ranking e recebeu, em 2010, R\$ 1,1 bilhão, valor que representou 33% do total dos royalties dos municípios fluminenses. Na sequência, aparecem, Macaé, Rio das Ostras, São João da Barra, Cabo Frio e Quissamã, com recursos da ordem de R\$ 447,3 milhões, R\$ 300,3 milhões, R\$ 203,1 milhões, R\$ 183,8 milhões e R\$ 92,5 milhões, respectivamente. Juntas, essas cidades receberam quase 70% dos royalties dos municípios fluminenses. No ano de 2011, o município de Campos dos Goytacazes liderou novamente o Ranking e recebendo R\$ 1,19 bilhão, concentrando 31,5% do total dos royalties dos municípios fluminenses. (tabela 01)

TABELA 02: ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES PER CAPTA DE 2009, 2010 E 2011.

Posição	Municípios	2009	2010	2011
1	São João da Barra	5.183,00	6.199,30	7.397,28
2	Quissamã	4.605,00	4.571,00	4.457,96
3	Campos dos Goytacazes	2.034,00	2.367,60	2.537,23
4	Carapebus	1.898,00	2.201,40	2.473,26
5	Macaé	1.829,00	2.163,60	2.236,51
6	Cardoso Moreira	265,00	311,10	379,47
7	Conceição de Macabu	182,00	209,10	263,51
8	São Fidélis	115,00	141,70	173,41
9	São Francisco de Itabapoana	97,00	132,90	162,86

Fonte: Revista de Finanças dos Municípios Fluminenses, 2012.

Dentre os quatro municípios petrolretentistas do Norte Fluminense que mais arrecadaram recursos provenientes dos royalties, os municípios de São João da Barra e Quissamã são os que apresentam nos três últimos anos (2009, 2010 e 2011) as maiores arrecadações per capita. (tabela 02)

Em termos per capita, em 2009, dentre as dez primeiras colocações no ranking dos municípios do Estado do Rio de Janeiro quatro posições são ocupadas pelos municípios (Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e Macaé) situados na bacia de Campos, com destaque para São João da Barra e Quissamã. Essas cidades, em 2009, receberam valores correspondentes a R\$ 5.183 e R\$ 4.605 para cada morador, respectivamente. Essas cidades, em 2010, receberam valores correspondentes a R\$ 6.199,35 e R\$ 4.571,04 para cada morador, respectivamente. Em 2011, em termos per capita, os mesmos quatro municípios do Norte Fluminense estão classificados entre os dez municípios do Estado do Rio de Janeiro que mais arrecadam, com destaque para São João da Barra e Quissamã. Essas cidades receberam valores correspondentes a R\$ 7.397,28 e R\$ 4.457, para cada morador respectivamente.

Entre os anos de 2009 e 2011, a arrecadação per capita do município de São João da Barra teve aumentos significativos que correspondem a 42,7%. Enquanto, a arrecadação per capita de Quissamã não apresentou aumentos significativos durante o mesmo período. Campos dos Goytacazes e Macaé, nesse mesmo período, tiveram aumentos que corresponderam a 24,7% e 22,2%, respectivamente.

O recebimento desses recursos dos royalties possibilita a administração pública dos municípios do Norte Fluminense, principalmente São João da Barra, Quissamã, Macaé e Campos dos Goytacazes, um meio privilegiado para realização do planejamento integrado da política urbana, das políticas sociais, de geração de trabalho e renda e de sustentação econômica, com potencialidade de produzir inclusão, bem – estar e cidadania.

Entretanto, analisando trabalhos recentes sobre a aplicação desses recursos em políticas públicas que visem à melhoria qualitativa do desenvolvimento, Cruz e Pinto (2007) concluíram que somente o município de Quissamã aplica

os recursos de maneira a produzir inclusão, bem estar e cidadania por meio de políticas públicas de corte social que cobrem as áreas de infraestrutura, saúde, habitação, saneamento básico, empregos, serviços e educação. Os demais municípios ficam muito aquém das expectativas quando suas políticas públicas são comparadas com as medidas adotadas na última década (2000 a 2010) pelos gestores públicos de Quissamã.

O município de São João da Barra em estudos recentes (Cruz e Pinto, 2007) sobre a aplicação dos recursos provenientes dos royalties apresenta características semelhantes quando comparado com as políticas públicas dos demais municípios petrorrententistas, principalmente, Campos dos Goytacazes e Macaé. A aplicação dos recursos apresenta características contraditórias, pois são usados para aumentar o número de clientes políticos dependentes dos favores da administração local. A clientela que tem suas demandas atendidas pelo poder público tem características e interesses difusos, trazendo em sua composição desde grupos econômicos até a população pobre em geral.

No município de São João da Barra houve o impacto da construção do Porto e posteriormente as políticas públicas de educação profissional foram empreendidas. Entretanto, em Quissamã, as políticas públicas aplicadas com recursos dos royalties foram implantadas sem estarem relacionadas aos impactos de um projeto das dimensões do Porto do Açú. Cabe lembrar que o município de Quissamã serve como referencial, pois as políticas de benefícios sociais foram implantadas antes mesmo do significativo aumento da arrecadação dos royalties. Percebe-se que as políticas públicas empreendidas pelo município de Quissamã foram adotadas devido à escolha diferenciada de política pública e estilos de gestão que visaram à aplicação em benefícios sociais amplos que cobriram diferentes setores deste município.

De fato, um projeto portuário dessas dimensões provoca impactos que tendem a mobilizar maiores recursos e políticas públicas que interagem e coexistem com as necessidades de qualificação da população e uma série de medidas estruturais que são demandadas pelo processo de construção e implantação. Mas, os municípios do Norte Fluminense e neste caso específico do trabalho, o

município de São João da Barra nos últimos anos (2005 a 2011) teve um aumento elevado dos recursos dos royalties e nesse período implantou raras políticas públicas que gerassem benefícios sociais, principalmente, se fizermos uma comparação com o município de Quissamã.

Os recursos financeiros das prefeituras atendem às demandas das instituições, organizações e movimentos das sociedades, dos filantrópicos aos classistas. Desta forma, segundo Serra (2007) a legislação vigente não conta com nenhum instrumento específico de controle social sobre a destinação dada aos recursos das rendas petrolíferas, exceto à fiscalização dos tribunais de conta estaduais. Entretanto, para um controle mais eficaz e amplo dos recursos destinados aos municípios, torna-se necessário uma elaboração mais detalhada do plano de contas que contemplese com clareza a vinculação entre receita e despesa das rendas petrolíferas.

Além disso, o autor sugere que se deve tomar como exemplo as normas de repasses municipais vigentes no Sistema Único de Saúde ou no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), pois estas exigem a formação de conselhos gestores e fiscalizadores das receitas desses programas. “A importância dos recursos das participações governamentais para o destino das regiões petrolíferas e suas áreas de influência poderia também justificar mecanismos especiais, previstos em lei, de consulta e fiscalização sobre sua destinação”. (SERRA, 2007, p. 102).

Por seu turno, Sen (1999) apud Givisiez e Oliveira (2007) entende que o exercício das liberdades das pessoas e desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva. As realizações das pessoas são influenciadas por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas. Assim sendo, Givisiez e Oliveira (2007) atentam que os municípios petrolretentistas, em sua maioria, recebem royalties a tempo suficiente para produzir mudanças nas estruturas social e produtiva. Mas, uma

grande parcela da população não sabe da existência nem da importância dessas receitas no montante do orçamento municipal. A liberdade de conhecimento sobre essas informações possibilita a mobilização e o acesso do cidadão à participação.

2.1.2. As políticas públicas do município de Quissamã

Conforme Cruz e Pinto (2007), os recursos oriundos das rendas petrolíferas possibilitam ao poder público dos municípios produtores um meio privilegiado para realização do planejamento integrado da política urbana, das políticas sociais, de geração de trabalho e renda e de sustentação econômica, capazes de produzir inclusão, bem – estar e cidadania. A partir de 1999, os recursos arrecadados com as rendas petrolíferas aumentaram consideravelmente, o que possibilita às prefeituras um elevado poder de intervenção mediante políticas públicas que visem à melhoria qualitativa do desenvolvimento. Conforme Cruz e Pinto:

Quissamã vem implantando um conjunto de políticas públicas que se caracteriza pela ampla cobertura que promovem, agregando políticas de transferência direta e indireta de renda; de escolarização; de proteção à família, à infância, à juventude e à terceira idade; e de geração de trabalho e renda – articuladas às políticas de dinamização da economia e acesso à habitação e à infraestrutura de serviços urbanos. (CRUZ e PINTO; 2007 p.329).

De acordo com Cruz e Pinto (2007), a geração de empregos viabilizados pelo processo de implantação da estrutura político administrativa, junto com os baixos custos de moradia e alimentação, em relação à Macaé e São João da Barra, somando-se a oferta de políticas públicas de corte social, acarreta o aumento do volume e do ritmo do crescimento populacional, elevando a pressão pelo acesso à infraestrutura urbana e de serviços.

Seguem-se expressivas realizações de políticas públicas de corte social implantadas no Município de Quissamã que impreterivelmente deveriam ser

tomadas como exemplo pelo poder público de São João da Barra. Salientamos o fato de que o município de São João da Barra ainda conta com as expressivas arrecadações geradas atualmente pelo Porto do Açu.

No que se refere à política habitacional do município de Quissamã, conforme Cruz e Pinto (2007) há um alto índice de pessoas em domicílios e terrenos próprios e quitados refletindo uma eficiente política habitacional. “Em 1991, foi criado o Programa Municipal de Habitação Popular. Neste ano, de acordo com estudos feitos pela Fundação CIDE, do Rio de Janeiro, e IPPUR, da UFRJ, o *déficit* habitacional total representava 394 domicílios (TCE, 2001). Foram atendidas 803 famílias até agosto de 2005. Inicialmente, bastava residir há pelo menos dois anos no município para ter acesso ao programa. Hoje, esse tempo subiu para cinco anos.” (CRUZ E PINTO; p. 327).

Conforme os autores, o abastecimento de água, a coleta de lixo e esgoto sanitário apresentam-se da seguinte forma: Somente a área urbana contava com abastecimento da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), até 1998. A partir de 1998, a prefeitura construiu estações de tratamento de água (ETs) nas localidades onde o abastecimento era feito através de poços artesianos e nascentes. Com isso, o percentual de domicílios sem canalização interna caiu de mais de 30% em 1991, para pouco mais de 1%, em 2000.

No ano de 2007, os índices referentes à coleta de lixo e ao saneamento básico resumia-se assim, entre os domicílios permanentes, 90% tem coleta diária, e o lixo tem como destino final a Usina de Lixo, onde 70% do resíduo sólido é reciclado. Parte do resíduo é usada como adubo. Quanto ao Esgoto sanitário, merece destaque o aumento da cobertura nas áreas de habitação e de infraestrutura coletiva, no curto período de existência do município, muito embora a precariedade original do município, por ter sido um distrito rural, fosse tão elevada que essa cobertura ainda é insatisfatória. Cumpre assinalar que a cobertura avançou em ritmo superior ao da urbanização. Cruz e Pinto afirmam:

Em 2005, a Secretaria de Ação Social passou a ser denominada Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, e área de trabalho e Geração de Renda foi para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e

Geração de Renda. Essas mudanças indicam a formulação de uma nova estratégia, em que a geração de trabalho e renda - composta por um conjunto de ações realizadas com grupos sociais e indivíduos isolados, como organização de grupos de produção, empreendedorismo popular, qualificação profissional e associativismo - passou a ser articulada com as políticas de investimentos empresariais. (CRUZ e PINTO, 2007, p.330).

Conforme Cruz e Pinto (2007), com o aumento da arrecadação dos royalties no ano de 1991 o orçamento da educação aumentou sete vezes, até 2004. A emancipação político administrativa do município proporcionou a melhoria do sistema educacional. Após a emancipação, ampliaram-se as vagas nas unidades escolares, foi implantado o sistema de Educação de Jovens e adultos (EJA) e viabilizou também o sistema de transporte escolar. Isso ocorreu de forma generalizada no município. Elevaram-se os anos de estudos da população jovem e o percentual de crianças e jovens frequentando a escola. A implantação das políticas públicas citadas acima pelo poder público de Quissamã deve servir de exemplo para os outros municípios petrorrentistas e principalmente para o Município de São João da Barra.

Essas ações implantadas pelo poder público de Quissamã que se iniciou antes mesmo do aumento da arrecadação dos Royalties e permaneceu no decorrer de diversos mandatos devem ser seguidas como exemplos de como as rendas petrolíferas podem ser utilizadas para gerar desenvolvimento com cidadania e sustentação, para o presente e para o período pós- ciclo do petróleo. Assim sendo, afirmam Cruz e Pinto:

À primeira vista, a abundância aparece como a única indutora dessa estratégia. No entanto, cabe assinalar que a rede de proteção social e a ampliação do acesso à educação e à infraestrutura coletiva, tiveram início, e já de forma agressiva, antes de *boom* dos royalties e participações especiais, o que permite levantar a hipótese de que houve uma escolha por parte das autoridades municipais, nas diversas gestões que se sucederam, por um sistema de bem- estar social e qualidade de vida, antes mesmo da entrada no ciclo da abundância das rendas petrolíferas, em 1999. Considerando-se que as

dotações orçamentárias dessas políticas vêm avançando com o crescimento das rendas petrolíferas, é de se esperar uma crescente melhoria nos índices de cobertura social e da infraestrutura, com impactos crescentes sobre a distribuição de renda. (CRUZ e PINTO, 2007, p.342).

O poder público local do município de São João da Barra tem duas alternativas que podem ser seguidas como exemplo no que se refere à implantação de políticas públicas. A primeira seria seguir o exemplo citado acima relativo às políticas públicas de corte social implantadas no município de Quissamã. A segunda seria manter a política pública local, que apresenta características de aplicação inadequada dos recursos públicos, semelhantes com as das demais cidades do Norte Fluminense que recebem altas cifras de royalties do setor do petróleo e gás natural.

Conforme Cruz (2003), contraditoriamente, os recursos são usados para aumentar o número de clientes políticos que dependem de favores do poder local. Essa clientela tem características e interesses difusos, sendo composta por grupos econômicos e também pela população pobre em geral. “Isto gera uma dependência de tal ordem que neutraliza a capacidade de crítica e enfrentamento das grandes questões locais e regionais. As prefeituras se tornam um balcão de resolução dos interesses imediatos individuais dos diversos grupos sociais” (CRUZ, 2003, P.330).

2.2.3. As ações empreendidas nas escolas da rede municipal do município de São João da Barra no período de implantação do CLIPA.

O crescimento da rede escolar do município de São João da Barra no período de implantação e construção do porto do Açú (de 2005 a 2009) apresenta algumas características que serão tratadas a seguir.

Segundo dados do IBGE, em 2005, a rede de Ensino Fundamental do município de São João da Barra contava com 27 escolas, o total de alunos matriculados era de 2.987 e o total de docentes lecionando nessas escolas era de 210. No entanto, em 2007 o total de escolas da rede municipal foi reduzido para 25 e os alunos matriculados tiveram uma pequena redução computando 2.961 matrículas, tendo também se reduzido o total de docentes para 198 professores. Entretanto, em 2009, período em que se iniciaram as obras de construção do porto do Açú o quadro de crescimento de matrículas e do número de escolas apresentou aumentos significativos. Em 2009, a rede escolar do município aumentou para um total de 29 escolas, o número total de matrículas passou para 3.523 e o total de professores lecionando na rede aumentou para 221. Já na fase inicial de construção do porto do Açú contabilizamos aumentos significativos na rede escolar do município. Em 2009, a rede escolar passou a contar com 4 escolas a mais e a rede passou a contar também com 23 professores a mais. A grande mudança ocorreu no crescimento do número de matrículas entre os anos de 2007 e 2009. O aumento do número de matrículas no ano de 2009 representou 16% em comparação com o total de matriculados no ano de 2007. Esse fato comprova o aumento da demanda de alunos com o início das obras do Porto.

TABELA 3: CRESCIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERÍODO DE 2005 A 2012.

	Ano				
	2005	2007	2009	2011	2012
Escolas de Ensino Fundamental	27	25	29	34	40
Alunos matriculados	2987	2.961	3.523	5.921	6.412
Docentes	210	198	221	nd	nd

Fonte: IBGE (2005 A 2009); SEMEC (2011 E 2012).

Em 2011, a rede escolar do município de São João da Barra tinha um total de 34 escolas. Nesse ano o município passou a contar com mais duas unidades escolares (E.M. do Amparo e E.M Manoel Luiz Nogueira) que foram destinadas ao atendimento da educação infantil e ao ensino fundamental respectivamente.

A Escola Municipal Manoel Luiz Nogueira, localizada em Quixaba (quinto distrito), passou a atender os alunos do ensino fundamental. Assim, o atendimento escolar do ensino fundamental do segundo segmento aumentou para 9 escolas municipais distribuídas pelos distritos.

Já em 2012, a rede escolar do município de São João da Barra passou a ter um total de 40 escolas. Assim sendo, a rede escolar passou a contar com 6 unidades escolares a mais que o ano anterior. Sendo que essas unidades foram destinadas ao atendimento da educação infantil. A principal medida educacional tomada em relação à infraestrutura da rede municipal foi à construção de novas unidades escolares para o atendimento da demanda de alunos da educação infantil.

Segundo documento da SEMEC denominado quadro demonstrativo do aproveitamento escolar de 2011, as 34 escolas do sistema educacional do município contou com um total de 5.921 alunos matriculados, 4.463 alunos aprovados, 782 alunos reprovados, 258 alunos evadidos e 418 alunos transferidos. Segundo esse mesmo documento o sistema educacional do município, em 2012, passou a contar com 40 escolas totalizando 6.412 alunos

matriculados, 4.820 alunos aprovados, 792 alunos reprovados, 242 alunos evadidos e 499 transferidos. Entre os anos de 2011 e 2012, o aumento do número de matrículas alcançou 7,6%.

Entre os anos de 2001 e 2010 houve um crescimento populacional significativo de 15,4%. Entretanto, entre os anos de 2007 e 2010, o crescimento populacional totalizou 3.858 pessoas que significa 11,7% de aumento da população neste curto período. Devido ao aumento da demanda a rede escolar do município passou por alterações significativas entre os anos de 2009 e 2012. Em 2012, o sistema educacional de São João da Barra passou a contar com 11 escolas a mais em comparação com o ano de 2009. E o crescimento do total de matrículas da rede apresentou um aumento significativo que corresponde a 45%.

As nove escolas que atendem a demanda do ensino fundamental do município de São João da Barra, em 2011, contou com um total de 2.638 alunos matriculados, 1.874 alunos aprovados, 463 alunos reprovados, 132 alunos evadidos e 169 alunos transferidos. Entretanto, as nove escolas que atendem a demanda do ensino fundamental do município de São João da Barra, em 2012, contou com um total de 2.506 alunos matriculados, 1.853 alunos aprovados, 425 alunos reprovados, 81 alunos evadidos e 147 alunos transferidos. Nesse período, o total de matrículas dos alunos do ensino fundamental teve uma redução significativa de 5% apesar de uma redução significativa dos evadidos.

Foram realizadas obras de ampliação das unidades escolares, construções de novas unidades (principalmente creches para o atendimento da demanda da educação infantil). Além da ampliação da infraestrutura escolar, foram implantados laboratórios de informática nas unidades, concurso público para a contratação de profissionais: professores e profissionais de diversas áreas que vieram a compor a equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação. Essa equipe é composta por psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, musicoterapeutas, orientadores pedagógicos, orientadores educacionais, psicopedagogos e supervisores.

Foram feitos investimentos na qualificação dos profissionais através de formação continuada (curso de capacitação para os professores e os demais profissionais e curso de pós- graduação em gestão escolar oferecido para os diretores) e também foi realizada a melhoria qualitativa da merenda escolar composta por um cardápio nutricional avaliado por uma equipe de nutrição e acompanhado por uma supervisão de merenda.

Atualmente (2013), está em fase de estudo a realização de um novo concurso público. Entretanto, no início de 2013 foram contratados 260 profissionais entre professores e técnicos para poder suprir a carência imediata desses profissionais.

As mudanças empreendidas pela política educacional do município, entre 2008 e 2012, foram extremamente significativas para o atendimento da demanda escolar que se tornou crescente. A construção de novas unidades escolares para o atendimento da Educação Infantil se realizou de modo eficaz com a construção imediata de creches para atender a demanda dos filhos dos trabalhadores que migraram para a cidade. As escolas municipais do Ensino Fundamental que apresentaram maior crescimento de matrículas foram ampliadas e já se encontra em fase de estudo a realização de novas ampliações de acordo com a necessidade da demanda escolar de cada local.

Devido ao crescimento da demanda se fez necessário a contratação de profissionais da educação (professores e equipe técnica) através de concurso público realizado em 2010. Nesse concurso, foi realizada também a seleção de profissionais que viriam a compor o que a SEMEC denominou como equipe multidisciplinar.

Essa equipe composta por profissionais de diferentes áreas como orientadores pedagógicos, orientadores educacionais e psicopedagogos foi alocada nas escolas e atuam diretamente com os alunos e demais profissionais. Já os profissionais das demais áreas como psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, musicoterapeutas e supervisores educacionais não estão alocados diretamente nas escolas, entretanto, o trabalho desses profissionais compreende determinados grupos escolares dos quais o atendimento funciona de modo alternado.

Enfim, a equipe multidisciplinar da SEMEC de São João da Barra se destaca de forma incomum, pois não há registros de algo parecido em nenhum dos sistemas educacionais dos municípios do Norte Fluminense. E mesmo se comparando com o sistema educacional do município do Rio de Janeiro, jamais foi realizado algo parecido, principalmente, quando levamos em conta a gama diversificada de profissionais que compõem a equipe multidisciplinar do SEMEC de São João da Barra.

2.2.4. Os altos investimentos em educação e os resultados do IDEB 2012

Segundo dados do IDEB 2012, Ensino Fundamental anos iniciais (tabela 04), as cinco melhores classificações dos municípios do norte fluminense e suas respectivas notas são: 23ª) Quissamã: 5.1; 24ª) São Fidélis: 5.1; 27ª) Macaé: 5.0; 38ª) São João da Barra: 4.8; 50ª) Cachoeira de Macabu: 4.6. A média do Brasil corresponde a 5.1. Essa classificação corresponde ao ranking dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 04: IDEB 2012 DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE. OBSERVADO NOS ANOS INICIAIS. CLASSIFICAÇÃO ENTRE OS 92 MUNICÍPIOS FLUMINENSES.

Municípios	Nota no IDEB	Classificação RJ
Quissamã	5.1	23ª
São Fidélis	5.1	24ª
Macaé	5.0	27ª
São João da Barra	4.8	38ª
Conceição de Macabu	4.6	50ª
Carapebus	4.5	59ª
São Francisco do Itabapoana	4.3	72ª
Cardoso Moreira	3.8	90ª
Campos dos Goytacazes	3.6	92ª

Fonte: IDEB dos Municípios do Norte Fluminense – 2012- INEP – MEC.

Os resultados observados no IDEB (2012) correspondentes a 4ª série- Quinto ano e 8ª série - nono ano para o município de São João da Barra em

2011 revela que o mesmo atingiu a meta no quinto ano com 4.8 e no nono ano com 4.2. Mesmo atingindo a meta do ensino fundamental primeiro segmento e segundo segmento, o município encontra-se classificado na 38ª e na 27ª posição, respectivamente, entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. O município de São João da Barra ocupa a terceira posição com uma nota média de 4.2 nos resultados do IDEB-2012 referentes ao Ensino Fundamental segundo segmento quando comparado com os demais municípios do norte-fluminense. As primeiras colocações são ocupadas pelos municípios de São Fidélis e Cardoso Moreira que alcançaram uma nota média de 5.0 e 4.3 respectivamente. Em 2011, no norte fluminense, somente os municípios de São Fidélis, São João da Barra e Macaé atingiram as metas projetadas do IDEB. Os municípios apresentaram os seguintes índices: 5.0, 4.2 e 4.1. O município São João da Barra atingiu a meta em 2007, 2009 e 2011, alcançando os seguintes resultados 3.9, 3.6 e 4.2. As metas que deveriam ser atingidas eram 3.4, 3.5 e 3.8, respectivamente.

TABELA 05: IDEB 2012 DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE. OBSERVADO NA OITAVA SÉRIE- NONO ANO.

Municípios	Ano			
	2005	2007	2009	2011
Quissamã	3.5	2.9	3.8	3.9
São Fidélis	4.4	4.0	4.3	5.0
Macaé	3.6	3.9	3.7	4.1
São João da Barra	3.4	3.9	3.6	4.2
Conceição de Macabu	3.4	2.7	3.2	4.1
Carapebus	3.1	3.9	3.6	3.3
São Francisco de Itabapoana	***	3.7	3.3	***
Cardoso Moreira	4.1	3.3	4.3	4.3
Campos dos Goytacases	2.7	3.2	3.1	3.4

Fonte: IDEB dos Municípios do Norte Fluminense – 2012- INEP – MEC.

Como podemos perceber dentre as cinco melhores classificações do Ensino Fundamental primeiro segmento dos municípios do Norte Fluminense no IDEB 2012, três desses municípios estão entre os que mais investiram em educação em 2009, 2010 e 2011. Quando nos referimos à classificação do Ensino Fundamental segundo segmento, os municípios do Norte Fluminense que alcançaram as melhores posições no IDEB -2012 foram: São João da Barra (27) e Macaé (35). Os municípios de Quissamã, São João da Barra e Macaé. De acordo com os dados do INEP, em 2009 e 2010, foram os municípios do Norte Fluminense com os maiores investimentos por aluno. Quissamã (8.227,0 e 8.580,6), São João da Barra (7.016,0 e 6.413,0) e Macaé (5.315,0 e 6.405,5), respectivamente. Já em 2011, o investimento médio com educação por aluno foi de R\$5.864,10 valor 13% maior que o ano de 2010. Os municípios do Norte Fluminense com os maiores investimentos por aluno foram Quissamã (R\$10.040,49), Macaé (R\$ 7.973,41) e São João da Barra (R\$ 7.900,50).

TABELA 06: DESPESA POR ALUNO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE 2009, 2010 e 2011.

Municípios	2009	2010	2011
Quissamã	8.227,00	8.580,60	10.040,49
São João da Barra	7.016,00	6.413,00	7.900,50
Macaé	5.315,00	6.405,50	7.973,41
Carapebus	3.806,00	4.941,50	5.050,66
Campos dos Goytacazes	3.316,00	4.481,00	5.255,66
Cardoso Moreira	3.133,00	3.810,20	4.686,40
São Fidélis	3.021,00	4.557,30	4.229,66
Conceição de Macabu	2.815,00	3.678,70	3.794,51
São Francisco de Itabapoana	2.350,00	3.025,70	3.845,61

Fonte: Revista de Finanças dos Municípios Fluminenses, 2012.

Em 2010, o Município de São João da Barra reduziu seu investimento em educação em 4,5 milhões de reais comparados com os valores aplicados em 2009. Uma redução de 11%. A partir do levantamento de dados do IDEB (2012) podemos constatar que o município de São João da Barra está classificado na 4ª posição entre os municípios do norte fluminense. E que ocupa a 38ª posição entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Mesmo com redução dos valores orçamentários em 4,5 milhões o município de São João da Barra ocupa a quinta posição no ranking dos municípios com maior investimento R\$ 6.412,96 per capita. Sendo o quinto município, em 2010, com maior investimento per capita dentre os 92 municípios fluminenses. Em 2010, o investimento médio com educação das cidades do Norte Fluminense foi de R\$ 5.099,27. O município apresenta altos investimentos em educação, entretanto, os resultados observados pelo IDEB são contraditórios em comparação com o volume de verba aplicada pela administração do município de São João da Barra.

Os altos investimentos por aluno no município de São João da Barra, entre os anos de 2009 e 2011, não se traduziram nos melhores resultados na avaliação do IDEB – 2012. Na avaliação do Ensino Fundamental segundo segmento o município ocupa a vigésima sétima colocação no ranking dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Neste caso, o investimento per capita que em 2009 foi o segundo maior do Estado do Rio. E nos anos seguintes ocupou a quinta posição entre os municípios do Estado.

Apesar do município de Quissamã se sobressair ocupando as primeiras colocações dentre os municípios fluminenses os resultados ainda não podem ser considerados como um bom desempenho quando relacionados com o volume do gasto por aluno. Na realidade, a expectativa em relação a um bom desempenho nos resultados do IDEB acaba se revelando em frustração. Os municípios de São João da Barra, Quissamã, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes, que se configuram como os municípios do Norte Fluminense que mais investem em educação não traduzem esses investimentos em um bom desempenho na avaliação do IDEB - 2012. Nenhum desses municípios se classificou sequer entre os vinte primeiros colocados no ranking dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Essa contradição entre os recursos investidos e um fraco desempenho nos exames se deve a um problema

estrutural na gestão dos recursos destinados a educação. Provavelmente, são aplicados de modo inadequado. No caso específico da avaliação, a aplicação adequada desses recursos deve ser direcionada para a melhoria do processo ensino – aprendizagem e na capacitação profissional dos professores.

Contudo, os altos investimentos em educação não significam exclusivamente que esses municípios estejam necessariamente comprometidos com a melhoria do sistema escolar municipal, pois a despesa com educação por aluno está ligada a dois fatores: a receita corrente per capita e número de matrículas na rede municipal de ensino. Deste modo, cidades com níveis de receita corrente per capita mais elevadas ou com reduzido número de alunos matriculados na rede municipal tendem a ter maiores despesas com estudantes, em função da exigência constitucional de vinculação de receitas a educação que tornou obrigatória a destinação de 25% do orçamento para educação.

Capítulo 3. Significado e percepção das ações de políticas públicas

A construção e implantação do porto do Açú no município de São João da Barra implicou uma série de transformações socioeconômicas e infraestruturais na região. Houve mudanças importantes na densidade populacional, na área fundiária e na rede escolar do município.

Um empreendimento desse porte ocasiona transformações estruturais no sistema educacional do município devido à necessidade de atender a demanda crescente de alunos provenientes de outras regiões e da necessidade premente de qualificação técnica e profissional da população. Deste modo, na elaboração do planejamento da pesquisa definimos que o foco do nosso estudo seria as transformações educacionais empreendidas pelo poder público do município de São João da Barra.

O objetivo geral deste capítulo é a análise e a comparação entre os discursos dos profissionais da Secretaria de Educação e os dos demais atores que atuam diretamente nas escolas. O objetivo é entender, a partir dos agentes discursivos, as diferentes percepções e compreensões das ações de políticas públicas na área da educação empreendidas pela gestão municipal diante dos desafios impostos com a implantação do CLIPA.

Por meio de entrevistas semiestruturadas analisamos a percepção e compreensão dos gestores, professores, alunos e pais de alunos em relação à política educacional empreendida pelo município.

Neste capítulo, as seções preliminares se referem à aplicação da técnica e da metodologia utilizada na pesquisa. Assim, foram definidos: as características da pesquisa, os participantes da pesquisa e os instrumentos da pesquisa.

Na última seção a análise dos dados, resultados e discussão, estabelecemos a seguinte estrutura: os profissionais da SEMEC, a percepção dos profissionais e das mães dos alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental segundo segmento (nono ano) que se encontra subdividido em: o discurso dos diretores, o discurso dos professores e o discurso das mães dos alunos do nono ano do

Ensino Fundamental. Enfim, o discurso dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio das Escolas Estaduais, os diferentes discursos dos profissionais da educação e o discurso apresentado por diversos entrevistados sobre a não valorização dos estudos por parte da população sanjoanense.

3.1. As características da pesquisa

O objetivo da pesquisa de campo é fazer a comparação entre as diferentes percepções dos profissionais da área educacional em relação às ações educacionais empreendidas pelo poder público do Município de São João da Barra. Realizamos entrevistas semiestruturadas para conhecer as percepções dos profissionais que trabalham na elaboração e implantação da política educacional e as percepções dos profissionais e pais de alunos das escolas municipais de Ensino Fundamental segundo segmento (nono ano).

Definimos diferentes roteiros para a realização das entrevistas. Um tipo de roteiro foi estabelecido para realização das entrevistas com os profissionais da SEMEC. Estabelecemos ainda outro tipo de roteiro para entrevistar os profissionais e pais de alunos do nono ano das escolas de Ensino Fundamental.

A utilização da técnica de entrevista semiestruturada possibilita estabelecer uma relação de escuta sem dirigismos, enquanto os pontos estruturados são lançados conforme se percebe a conclusão dos mesmos. Essa postura associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada. Entendemos que os sentimentos e pensamentos se expressam em diferentes linguagens e pontos de vistas. Depois de fazer a leitura individual de cada entrevista fizemos a pré-decupagem com o objetivo de levantar os temas abordados pelos entrevistados, possibilitando a separação por categorias profissionais, relacionando-as de modo a ver os pontos comuns e os pontos divergentes. As entrevistas foram semiestruturadas e realizadas com o uso de um gravador.

Realizamos as entrevistas com três grupos distintos. O primeiro grupo entrevistado foi composto por três profissionais da SEMEC. Foram entrevistadas a Secretária de Municipal Educação e Cultura, a gerente de

planejamento e controle educacional e a gerente de supervisão educacional. O segundo grupo entrevistado contou com a participação de 12 entrevistados. Foram entrevistados 3 gestores, 3 professores e 3 mães de alunos, de quatro escolas selecionadas. O terceiro grupo foi formado por 72 alunos do terceiro ano do ensino médio de três escolas estaduais.

Ao realizar a pesquisa com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio nas escolas estaduais fizemos uso de um instrumento diferenciado. Optamos por definir um tema para redação relacionado às suas expectativas em relação ao CLIPA. O objetivo do uso dessa metodologia era conseguir uma ampla participação dos alunos e permitir que os alunos expressassem seus argumentos com maior liberdade.

Em agosto de 2012, fiz os primeiros contatos para a realização do trabalho de campo. Os contatos preliminares foram realizados por intermédio dos profissionais da SEMEC. Na Secretaria de Educação fui orientado pela secretária do setor de informações, que geralmente presta o primeiro atendimento, a procurar a gerente de planejamento e controle educacional. Ao ser atendido pela gerente de planejamento e controle educacional recebi as orientações de como deveria proceder para conseguir a autorização da SEMEC para realizar a coleta de dados, as visitas às escolas e as entrevistas. A permissão para realização do trabalho só seria possível com apresentação de um ofício que poderia ser da Universidade Estadual do Norte Fluminense, ou da minha orientadora, ou da chefia do laboratório do qual faço parte.

No final do mês de agosto, entreguei o ofício na SEMEC e consegui a autorização para realizar a pesquisa. No dia que entreguei o ofício, solicitei a gerente de planejamento e a coordenadora dos orientadores educacionais a relação das escolas e demais documentos que me permitiram fazer o levantamento do número de escolas e do crescimento de matrículas. A gerente de planejamento e controle educacional alegou que esses documentos eu conseguiria em outro setor. Já a coordenadora dos orientadores educacionais afirmou que tinha a lista das escolas e que me mandaria por e-mail. De fato, recebi a listagem com a relação das escolas de 2011 enviada por ela.

Realizei pelo menos 10 visitas a SEMEC no ano de 2012 com o intuito de conseguir os demais documentos que tornaria viável a coleta de dados. A maioria dessas visitas foi realizada no mês de setembro de 2012, período em que se acirraram as disputas para o pleito eleitoral que ocorreria em outubro. Nessa fase da pesquisa pude perceber que os profissionais da Secretaria de Educação estavam envolvidos tanto na campanha política do candidato da situação como estavam ocupados com diversos afazeres tais como: inaugurações de unidades escolares (creches), nomeação de profissionais do concurso realizado em 2010, coordenação de cursos, realização periódica de reuniões com os profissionais da equipe multidisciplinar e cursos de aperfeiçoamento. Logo, tive dificuldades em conseguir agenda para ser atendido por eles, e conseqüentemente, não consegui mais nenhum documento com dados sobre a rede escolar. Vale registrar que os profissionais da SEMEC não se recusaram em momento algum a me conceder os documentos. No entanto, se tratava de um momento político em que eles estavam envolvidos em diversos compromissos políticos e profissionais.

Nos meses de agosto e setembro de 2012 fiz as visitas preliminares às escolas de Ensino Fundamental segundo segmento, com o intuito de coletar dados e perceber através das entrevistas com os profissionais quais as escolas que estavam apresentando maior crescimento de matrículas. A coleta de dados não foi possível, pois os diretores alegavam que esses documentos só podiam ser coletados na SEMEC. Entretanto, os diretores relataram que as escolas estavam apresentando um aumento muito grande na demanda de alunos.

Somente na E.M. Domingos Fernandes resolvi realizar as entrevistas, pois a diretora e os demais entrevistados se prontificaram a colaborar com o trabalho naquele momento. Ao realizar e posteriormente analisar as entrevistas, percebi que o momento político pelo qual passava o município influenciou diretamente nos relatos dos entrevistados. Os relatos tinham características extremamente positivas sobre tudo que foi feito e nenhum dos profissionais fez uma crítica sequer às ações empreendidas. Os comentários também faziam menção e reverenciavam o trabalho da Prefeita e o Secretário de Educação no setor educacional. Como um dos objetivos do trabalho é a comparação entre os discursos dos profissionais da SEMEC e dos profissionais e pais de alunos

que atuam na escola, compreendi que essa comparação ficaria comprometida devido aos relatos tendenciosos desses profissionais e da mãe de um aluno.

Resolvi suspender o trabalho de campo, que se iniciou em Agosto de 2012, para retomarmos após o fim dos trâmites eleitorais. Com isso, poderíamos evitar interferências tendenciosas em relação às entrevistas e teríamos mais facilidade em conseguir documentos com os dados correspondentes à situação da rede escolar.

Ao retornar a E.M. Domingos Fernandes, em dezembro de 2012, tentei refazer as entrevistas, mas encontrei dificuldades em refazê-las, pois os profissionais alegaram que já haviam sido feitas e que eles estavam sem tempo, pois se tratava do período de provas e de encerramento do ano letivo. Devido a esses fatores resolvi descartar as entrevistas que foram feitas Na E.M. Domingos Fernandes.

Em 2012, analisei apenas um documento da SEMEC relativo ao quantitativo de escolas de rede municipal. A partir dessa análise constatei que um total de oito escolas da rede municipal atendia os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento. Decidi que 4 dessas escolas fariam parte da nossa pesquisa. As escolas escolhidas foram: E.M. Amaro de Souza Paes, E.M. Chrisanto Henrique de Souza, E.M. Domingos Fernandes da Costa e E.M. José Alves Barreto.

O primeiro critério que influenciaria a minha escolha seria o crescimento de matrículas das escolas. Entretanto, devido à dificuldade em conseguir esses dados, em 2012, decidi que o primeiro critério deveria ser a distribuição na área urbana do município de São João da Barra. Segundo dados da Prefeitura Municipal de São João da Barra, as localidades que apresentam maior área urbana são: Grussaí (40,68%), Açú (19,36%), Atafona (17,38%) e Centro (9,74%). Outro critério para a escolha das escolas foi determinado pelo local onde o porto está sendo instalado. Então, decidi que na localidade do Açú duas escolas participariam da pesquisa. Optei por uma escola localizada na região litorânea e por outra que se localiza na área rural.

Vale registrar que a localidade de Atafona não tem escolas do município que ofertam o Ensino Fundamental segundo segmento. Assim sendo, o recorte da pesquisa ficou estabelecido do seguinte modo: E.M. Amaro de Souza Paes (Grussaí), E.M. Chrisanto Henrique de Souza (Açu), E.M. José Alves Barreto (Açu- Mato Escuro) e E.M. Domingos Fernandes da Costa (Centro).

Ao fazer o recorte das escolas estaduais que ofertam atendimento do Ensino Médio utilizamos três critérios. O primeiro foi quantitativo: três escolas foram escolhidas o que representa 50% das escolas estaduais localizadas no município. O segundo critério está relacionado à localização. Optamos pela E.E. Newton Alves, que se localiza em Atafona, pois essa localidade não tem escolas de Ensino Fundamental segundo segmento. O terceiro critério foi o maior atendimento da demanda dos alunos do Ensino Médio regular (E.E. Alberto Torres) e dos alunos do Ensino Médio supletivo (E.E. Raimundo de Magalhães- EJA).

As principais dificuldades estiveram relacionadas à execução das entrevistas, pois os profissionais das escolas normalmente trabalham em mais de uma escola e muitas das vezes o que estava agendado tornava-se um desencontro devido à incompatibilidade dos horários, o mesmo ocorreu com os pais dos alunos devido aos seus diversos compromissos; quanto à redação tive que lidar com o desdém e o desinteresse de partes do alunado do E.M regular que em uma determinada escola foram pouco prestativos e bem sucintos ao apresentar os seus argumentos diante do tema proposto.

Além da leitura da bibliografia pertinente realizamos levantamentos de dados, com a finalidade de conhecer a estrutura e o funcionamento das escolas da rede pública municipal de São João da Barra bem como as ações de políticas públicas empreendidas pelo poder executivo desse município com vistas ao planejamento e atendimento das demandas educacionais presentes e futuras. Realizamos um levantamento do volume de recursos destinados à educação entre os anos de 2009 e 2011 e levantamos os resultados do IDEB (2005 – 2012) alcançados pelas escolas públicas do município no mesmo período comparativamente aos resultados alcançados na região norte-fluminense e estado do Rio de Janeiro.

3.2. Os participantes da pesquisa

Como um dos objetivos do trabalho é fazer a comparação entre as diferentes percepções dos profissionais da área educacional em relação às ações educacionais empreendidas pelo poder público do Município de São João da Barra entrevistamos na SEMEC três profissionais. Seria imprescindível a participação da autoridade técnica e política da Secretaria de Educação. Foram selecionadas para entrevista a Secretária de Educação da atual gestão do município de São João da Barra, a gerente de planejamento e controle educacional e a gerente da supervisão educacional. A participação dessas duas últimas profissionais se justifica pelo cargo que tais autoridades ocupam na SEMEC.

As percepções da gerente de planejamento e o controle educacional nos conduziram a compreender questões relativas ao planejamento das ações empreendidas pela SEMEC diante das transformações que se processaram e se processam na rede escolar municipal. Cabe ressaltar também que a profissional ocupa esse cargo desde 2005, o que possibilitaria uma percepção ampla das transformações educacionais pelas quais tem passado a rede escolar do município.

A participação da gerente de supervisão educacional justificou-se pela sua atuação no setor pedagógico. Neste caso, a gerente é responsável pela chefia e coordenação das supervisoras educacionais, que são profissionais que trabalham diretamente na escola fazendo o levantamento documental e supervisionando o processo pedagógico. Neste setor tivemos acesso aos documentos que apresentavam a relação das unidades de ensino dos anos de 2012 e 2013 e tivemos acesso também ao quadro demonstrativo do aproveitamento escolar do ensino fundamental regular referente aos anos de 2011 e 2012.

No planejamento da pesquisa definimos que o trabalho de campo seria realizado nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental segundo segmento.

Entendemos que seria importante a participação dos diretores, professores e pais de alunos. As percepções das diretoras nos conduziram a compreender questões relativas à administração e a gestão escolar diante das ações empreendidas pela política educacional. A participação dos docentes que lecionam para as turmas do nono ano do Ensino Fundamental justifica-se pelas suas atuações no processo de ensino aprendizagem. E no caso dos pais dos alunos entendemos que seus relatos poderiam contribuir para o trabalho no que se refere às mudanças pelas quais as escolas dos seus filhos estão passando. E também a partir das suas percepções procuraríamos medir o grau de participação política desses cidadãos nas ações empreendidas pelo poder público do município.

As ações educacionais empreendidas pelo poder público do município referente ao Ensino Técnico acarretam consequências quantitativas e qualitativas na formação técnica dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio das escolas públicas estaduais. Devido a esse fato, compreendemos que seria necessário captar a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre as ações empreendidas em relação ao Ensino Técnico e ao Ensino Superior.

As escolas estaduais nas quais realizei a pesquisa com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio foram: E.E. Alberto Torres, E.E. Raimundo de Magalhães e a E.E. Newton Alves. Na E.E. Alberto Torres 33 alunos do terceiro ano participaram da pesquisa, na E.E. Raimundo de Magalhães 35 alunos do terceiro ano do Ensino Médio fizeram a redação e na E.E. Newton Alves 4 alunos colaboraram com a pesquisa.

3.3. Os instrumentos da pesquisa

O roteiro de entrevista com os profissionais que atuavam nas escolas levou em consideração os seguintes aspectos: a) a importância econômica, social, cultural e política e perspectiva de empregabilidade no setor portuário, industrial e de serviços; b) percepção quanto à qualificação oferecida pelas escolas do ensino fundamental segundo segmento do município; c) percepção sobre o incentivo que os alunos do ensino fundamental segundo segmento

estão recebendo para seguir um E.M técnico profissionalizante; c) percepção sobre a inserção da população sanjoanense na concorrência para as vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA; d) conhecimento sobre algum parente que trabalhou ou trabalha na construção do porto; e) o nível de escolaridade dos entrevistados e dos seus pais; f) interesse dos entrevistados em trabalhar no CLIPA; g) percepção sobre a preparação do sistema educacional do município para atender a futura demanda de estudantes; h) Percepção sobre os resultados dos altos investimentos em educação (6.000 per capita) na melhoria da realidade escolar do município; i) avaliação dos entrevistados sobre a entrada de novos profissionais no sistema educacional do município.

O roteiro das entrevistas com os profissionais que atuam na SEMEC abordou os seguintes pontos: a) as principais ações em relação à política educacional com a implantação do CLIPA; b) os principais gargalos na educação com o impacto do porto do Açú; c) as soluções apresentadas para a problemática dos gargalos; d) a avaliação dos resultados do IDEB 2005- 2012; e) os fatores atribuídos ao alto investimento e os resultados do IDEB 2012.

As entrevistas realizadas com os diversos profissionais tinham como objetivo conseguir o depoimento dessas pessoas sobre os impactos do CLIPA no sistema educacional do Município de São João da Barra. Queríamos saber como elas encaram os impactos socioeducacionais do CLIPA: a importância econômica, social, cultural e política e perspectiva de empregabilidade no setor portuário para a população são-joanense, e principalmente, procurar saber dos entrevistados que importância tem um empreendimento desse porte para qualificação da população e que modificações estão sendo feitas nas escolas de ensino fundamental (segundo segmento) diante da necessidade de qualificação e de atendimento da demanda crescente de alunos.

Na pesquisa com os alunos do Ensino Médio das escolas estaduais fizemos uso de outro instrumento de pesquisa. Ao realizar o trabalho com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio das escolas estaduais localizadas no município fizemos uso de um tema no qual os alunos deveriam desenvolver uma redação. O propósito desse recurso deveu-se a possibilidade de obter

informações de um número maior de alunos e dar liberdade aos alunos para que eles dissertassem sobre o tema proposto: “Os impactos do CLIPA e a perspectiva de qualificação técnica e superior para concorrer às vagas ofertadas pelo setor”. O foco principal do tema era compreender como os alunos percebiam a necessidade de qualificação técnica e se no momento da pesquisa já havia alunos se qualificando em instituições de ensino técnico.

3.4. As escolas municipais de São João da Barra

O município de São João da Barra encontra-se dividido em seis distritos e as escolas da rede municipal estão distribuídas de forma heterogênea. Em 2012, a maioria das escolas da rede encontra-se concentrada no quinto distrito, devido a maior concentração populacional da localidade. A rede escolar do município concentra um total de 21 escolas municipais de Ensino Fundamental no quinto distrito enquanto, o distrito sede (primeiro distrito) conta com um total de 8 escolas de Ensino Fundamental. Em seguida, o segundo, o terceiro e o sexto distritos contam com três escolas de Ensino Fundamental em cada um. A Rede de Ensino Fundamental do município de São João da Barra atualmente (2013) apresenta um total de 40 unidades escolares.

A seguir temos o mapa com distribuição das localidades do município de São João da Barra (fonte: blog do Roberto de Moraes).



O período de 2008 a 2012, período de construção do porto do Açú, se caracterizou por uma política educacional direcionada principalmente para o setor de infraestrutura das unidades escolares. Segundo a atual Secretária de Educação: “Havia uma necessidade premente de atendimento a demanda da Educação Infantil”. Logo, as unidades escolares que foram construídas em sua maioria (seis escolas) serviram para alunos da Educação Infantil.

Até 2010, a rede escolar contava com um total de 32 escolas. Segundo documento SEMEC, denominado “Relação das unidades escolares municipais de 2011”, a rede escolar do município de São João da Barra tinha um total de 34 escolas. Nesse ano o município passou a contar com mais duas unidades escolares (E.M. do Amparo e E.M Manoel Luiz Nogueira) que foram destinadas ao atendimento da Educação Infantil e ao Ensino Fundamental respectivamente. A Escola Municipal Manoel Luiz Nogueira, localizada em Quixaba (quinto distrito), passou a atender os alunos do Ensino Fundamental. Assim, o atendimento escolar do Ensino Fundamental do segundo segmento aumentou para 9 escolas municipais distribuídas pelos distritos.

Entretanto, segundo esse documento da relação das unidades escolares relativo ao ano de 2013, a rede escolar do município de São João da Barra passou a contar com um total de 40 escolas, 6 unidades escolares a mais que o ano anterior, sendo que essas novas unidades foram destinadas ao atendimento da Educação Infantil. A principal medida educacional tomada em relação à infraestrutura da rede municipal foi à construção de novas unidades escolares para o atendimento da demanda de alunos da Educação Infantil. A maioria das escolas de Educação Infantil que foram construídas se localiza no quinto distrito. Nesse distrito, o município inaugurou 3 creches em 2012. As outras 3 escolas foram construídas nos seguintes distritos: segundo, quarto e sexto distritos. Em 2013, também foi ampliado o atendimento escolar da EJA com a criação do CEMEJA que funciona no turno da noite no CIEP municipalizado Professora Gladys Teixeira, localizado no primeiro distrito.

A rede escolar do Município de São João da Barra, em 2013, atende as diversas modalidades do Ensino Fundamental. O atendimento das diferentes modalidades é realizado da seguinte forma: nove unidades escolares servem para o atendimento exclusivo da Educação Infantil, contudo, mais dezoito escolas atendem as modalidades da Educação Infantil e do primeiro segmento. Sendo que dessas dezoito escolas, quatro fazem o atendimento da EJA no turno da noite. Uma escola faz o atendimento da Educação Especial. Duas escolas atendem o primeiro segmento do Ensino Fundamental e outras duas atendem as modalidades do primeiro segmento e da EJA simultaneamente. Enfim, a modalidade de Ensino Fundamental segundo segmento está presente num total de nove escolas. Sendo que em duas delas, Domingos Fernandes da Costa e José Alves Barreto, também é oferecido à modalidade da EJA no turno da noite.

Das nove unidades escolares do segundo segmento do Ensino Fundamental seis delas estão localizadas no quinto distrito do município. As outras três escolas: E.M. Domingos Fernandes da Costa, E.M. Amaro de Souza Paes e E.M. Elysio de Magalhães se localizam no primeiro, terceiro e sexto distritos respectivamente. Ver quadro 01:

QUADRO 01: Relação das unidades escolares municipais – ensino fundamental segundo segmento - 2013

ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	DISTRITO
E.M. Amaro de Souza Paes	1 seg. (1 ao 5 ano) 2 seg. (6 ao 9 ano)	3
E.M. Chrisanto Henrique de Souza	1 seg. (1 ao 5 ano) 2 seg. (6 ao 9 ano)	5
E.M. Domingos Fernandes da Costa	2 seg. (6 ao 9 ano)- EJA	1
E.M. Elysio de Magalhães	Educação infantil 1 seg. (1 ao 5 ano) 2 seg. (6 ao 9 ano)	6
E.M. José Alves Barreto	Educação infantil 1 seg. (1 ao 5 ano) 2 seg. (6 ao 9 ano)- EJA	5
E.M. Luis Délio de Mendonça	Educação infantil 1 seg. (1 ao 5 ano) 2 seg. (6 ao 9 ano)	5
E.M. Manoel Alves Rangel	1 seg. (1 ao 5 ano) 2 seg. (6 ao 9 ano)	5
E.M Luis Gomes da Silva Neto	2 seg. (6 ao 9 ano)	5
E.M Manoel Luiz Nogueira	1 e 2 segmentos	5

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São João da Barra.

Em 2012, analisei apenas um documento da SEMEC relativo ao quantitativo de escolas de rede municipal. A partir dessa análise constatei que um total de oito escolas da rede municipal atendiam os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento. De acordo com os critérios apresentados anteriormente 4 dessas escolas fizeram parte da nossa pesquisa: E.M. Amaro de Souza Paes, E.M. Chrisanto Henrique de Souza, E.M. Domingos Fernandes da Costa e E.M. José Alves Barreto.

3.4.1. E.M Amaro de Souza Paes

Ao chegar à escola, pude observar que a construção do prédio tem uma fachada diferente das escolas que havia visitado anteriormente. O prédio tem as cores branca e vermelha e a sua frente é toda revestida de ladrilhos. Na entrada não temos o tradicional muro com o portão de ferro ou de madeira. Mas sim, uma porta de vidro.

O prédio da Escola Municipal Amaro de Souza Paes, se localiza em Grussaí (terceiro distrito) na Rua Santo Antônio, foi construído e inaugurado pela prefeitura na década de 1990, para atender a uma média de 60 alunos. Em 2007, com a implantação do segundo segmento a escola passou a atender 127 alunos. Hoje, relata a diretora “Hoje em dia a gente tem até o nono ano e até a nona fase do EJA e temos quase 600 alunos”. Atualmente (2012), segundo a SEMEC a escola tem um total de 530 alunos matriculados, 323 aprovados, 122 reprovados, 18 evadidos e 67 transferidos. Em 2012, o crescimento do número de matrículas apresentou um aumento significativo de 35,6% em relação ao ano anterior. O número de alunos transferidos teve um aumento de 46,2% relação ao ano de 2011. A escola atende a modalidade do Ensino Fundamental regular primeiro e segundo segmento e a EJA. Em sua maioria, a população atendida mora no bairro.

3.4.2. E.M. Chrisanto Henrique de Souza

A Escola Municipal Chrisanto Henrique de Souza se localiza na rua praia do Açú, no quinto distrito, mais especificamente na região da praia do Açú. O prédio da escola aparentemente é mais antigo que o da E.M. Amaro de Souza Paes. Foi construído no final da década de 1980. Atualmente, a escola passou por reformas para ampliação do número de salas de aula. O estabelecimento escolar atende a modalidade de Ensino Fundamental primeiro e segundo segmentos. Em 2012, apresentou um total de 464 alunos matriculados, 340 aprovados, 87 reprovados, 20 evadidos e 17 alunos transferidos. Neste ano o número de matrículas apresentou uma redução de 6% em relação ao ano anterior. Em sua maioria, o público atendido pela escola mora na localidade do Açú e em localidades pequenas pertencentes ao quinto distrito.

3.4.3. E.M. José Alves Barreto

Ao chegar a Escola Municipal José Alves Barreto pude observar que a casa que abriga a escola tem estrutura semelhante às escolas da zona rural. A infraestrutura da escola é completamente diferente das escolas que foram visitadas anteriormente. A Escola Municipal José Alves Barreto está localizada na estrada principal de Mato Escuro, que pertence ao quinto distrito da cidade. O estabelecimento de ensino atende a modalidade de Ensino Fundamental regular primeiro e segundo segmento e a EJA. Em 2012, apresentou um total de 240 alunos matriculados, 204 aprovados, 23 reprovados, 6 evadidos e 7 transferidos. Neste ano o número de matrículas apresentou uma redução de 14% em relação ao ano anterior.

3.5. A percepção dos profissionais e das mães dos alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental segundo segmento.

Ao realizar o trabalho de campo nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental segundo segmento, contamos com a contribuição dos gestores, professores e pais de alunos para realização da pesquisa. As entrevistas que realizamos com os diversos profissionais e mães de alunos têm como objetivo conseguir o depoimento dessas pessoas sobre a sua percepção sobre os impactos da implantação do CLIPA no sistema educacional do Município de São João da Barra. O propósito da pesquisa é compreender a importância econômica, social, cultural e política e perspectiva de empregabilidade no setor portuário para a população sanjoanense, e principalmente, saber dos personagens entrevistados que importância tem um empreendimento desse porte para qualificação da população e que modificações estão sendo feitas nas escolas de Ensino Fundamental (segundo segmento) diante da necessidade de qualificação e de atendimento da demanda crescente de alunos.

As percepções das diretoras nos conduziram a compreender questões relativas à administração e a gestão escolar diante das ações empreendidas

pela política educacional. A participação dos docentes que lecionam para as turmas do nono ano do Ensino Fundamental nos possibilita entender a percepção dos profissionais que atuam no processo de ensino aprendizagem no último ano deste segmento. E no caso dos pais dos alunos do nono ano a contribuição para a pesquisa se faz necessária para entendermos como eles percebem as mudanças pelas quais as escolas dos seus filhos estão passando. As percepções desses entrevistados também possibilitam entender de que modo esses cidadãos participam politicamente das ações empreendidas na área educacional.

Os pontos que foram escolhidos para a realização das entrevistas com as pessoas que atuam na escola visavam captar a percepção sobre a importância econômica, social, cultural e política e perspectiva de empregabilidade no setor portuário, industrial e de serviços, sobre a qualificação do aluno proveniente das escolas do Ensino Fundamental segundo segmento do município para o mercado de trabalho, sobre a ocorrência de incentivo aos alunos para seguir um E.M técnico profissionalizante, sobre a qualificação atual da população são-joanense para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA, conhecimento sobre algum parente que trabalhou ou trabalha na construção do porto, nível de escolaridade dos entrevistados e dos seus pais, interesse dos entrevistados em trabalhar no CLIPA, percepção sobre a adequação do sistema educacional do município para a futura demanda de estudantes, sobre se os altos investimentos em educação (6.000 per capta) estão refletindo na melhoria da realidade escolar do município e como os entrevistados avaliam a entrada de novos profissionais no sistema educacional do município.

3.5.1. O discurso dos diretores.

Quando perguntei aos entrevistados sobre os impactos provocados pela construção e implantação do CLIPA e a perspectiva de empregabilidade no setor portuário, industrial e de serviços os diretores das Escolas Municipais comentaram que no que se refere à escola o impacto significou um aumento considerável de alunos provenientes de vários estados do país.

A diretora da E.M. Amaro Souza Paes relatou que em 2007 foi implantado o segundo segmento e a escola passou a ter 127 alunos matriculados. Atualmente, a escola tem 600 alunos matriculados nos dois segmentos do Ensino Fundamental e na EJA. A diretora enfatizou que o impacto da construção no que se refere ao aumento do crescimento da demanda de estudantes foi maior no curso da EJA. Ela lembra que quando o curso foi implantado a maioria dos alunos atendidos era proveniente do ensino fundamental regular que apresentava defasagem de idade – série. Atualmente, analisa a diretora, o perfil dos estudantes da EJA tem mudado. Ela afirma:

“(…) pais de família, temos mães, temos pessoas que querem voltar e querem se inserir no mercado e não querem emprego só braçal, ou seja, ele não quer trabalhar só como apoio, faxineiro, eles almejam algo a mais, isso foi uma grande mudança. Nos nossos alunos o impacto maior foi na EJA”.

A diretora da E.M. José Alves Barreto apresentou uma percepção sobre empregabilidade dos pais e mudança do padrão de consumo dos seus filhos que se diferenciou da percepção dos demais gestores. A diretora comentou que os alunos da sua escola estão tendo acesso a bens de consumo que antes eles não tinham. Segundo o seu *relato*: “quase todos os nossos alunos tem notebook, tem aluno meu que tem tablete (sic), eu não tenho, mas eles têm”. A diretora entende que essa mudança no padrão de consumo ocorre devido à empregabilidade dos pais, pois mesmo exercendo funções secundárias que no entendimento dos seus filhos equivale a termos como “bucha de canhão” ou “pegando no pesado”, os pais dos alunos que trabalham no porto recebem uma média salarial de R\$1.300,00. A diretora conclui que está havendo maior circulação de dinheiro na comunidade, pois essa média salarial é superior à renda que os pais tinham anteriormente com o trabalho na lavoura. Portanto, a diretora afirma um fenômeno comum ao que foi relatado pela diretora da E.M. Amaro Souza Paes:

“Os pais não são qualificados. Então eles estão invertendo, eles estão voltando para a escola. Agente tem a EJA aqui à noite, agente tá (sic) atendendo até a sétima fase. No próximo ano agente vai ter a oitava fase aqui, porque é por semestre. Porque os pais estão

precisando no mínimo do Ensino Fundamental completo. Pra (sic) eles passem por seleções dentro da empresa pra (sic) melhorar de trabalho”.

O diretor da E.M. Chrisanto Henrique de Souza não fez um relato significativo sobre a empregabilidade da população e também não fez nenhuma referência à Educação de Jovens e Adultos.

No que se refere à qualificação dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental regular, a diretora E.M. Amaro Souza Paes relatou que a maior mudança foi a diversidade de alunos e a rotatividade da demanda desses alunos. Segundo a diretora, o contato com os alunos de outras regiões proporciona aos alunos são-joanenses a diversidade cultural e a concorrência, pois alunos provenientes de outros Estados são vistos como principais concorrentes às vagas oferecidas pelo novo mercado de trabalho. A diretora afirma:

“agente tenta incentivar e eles estão acordados para isso, principalmente, para mercado de trabalho que se abre na frente dele, ou seja, ou eles vão se inserir nesse mercado de trabalho ou vão abrir mão para outras pessoas que vem de outros lugares”.

Sobre a qualificação dos alunos do Ensino Fundamental nono ano e o interesse deles em cursar o Ensino Médio técnico, a diretora da E.M. José Alves Barreto fez uma retrospectiva em relação ao comportamento evasivo dos alunos no passado. De acordo com a diretora, antigamente os alunos que concluíam o Ensino Fundamental perfaziam um total de seis a dez alunos. Conforme relatos da diretora, atualmente em uma turma de nono ano 29 alunos estão se formando e uns 60% vão continuar os estudos, pois ela mesma fez a pré- matrícula deles nas escolas estaduais. No que se refere ao Ensino Médio técnico, a diretora comentou que dos 29 alunos que se formaram 4 alunos fizeram concurso para IFF. E esses mesmos 4 alunos fizeram concurso para a FAETEC. A diretora concluiu, relatando que a maioria dos alunos vai dar continuidade aos estudos cursando o Ensino Médio regular.

Entretanto, os alunos da E.M. Amaro Souza Paes apresentam uma perspectiva de qualificação técnica completamente diferente dos alunos da E.M. José Alves Barreto. Segundo a diretora da E.M. Amaro Souza Paes, o que mais interessa aos seus alunos são os cursos profissionalizantes, ou seja, a maioria quis cursar o IFF, tentar o SENAI e o SENAC. Pois, eles desejam terminar o ensino médio e se inserir no mercado de trabalho. Contudo, a diretora comentou que a oferta de cursos no polo do IFF de São João da Barra exige como pré-requisito o ensino médio completo e ressaltou ainda que a instituição oferece apenas um curso (técnico em metalurgia) que não é de interesse dos seus alunos. Assim ela conclui: “Está sendo construído em São João da Barra um IFF, e aí (sic) futuramente terá mais oferta de qualificação. No momento, os nossos alunos têm que se deslocar para Campos”.

A E.M. Chrisanto Henrique de Souza apresenta uma característica única em relação à oferta de qualificação técnica profissional. De acordo com relatos do diretor a escola oferta o curso Técnico em Segurança do Trabalho que foi viabilizado devido à parceria do poder público municipal com o IFF. O curso está sendo ofertado na escola para a comunidade do Açú.

Entretanto, os alunos do nono ano do Ensino Fundamental da E.M. Chrisanto Henrique de Souza apresenta um comportamento semelhante aos dos alunos da E.M. José Alves Barreto, não demonstrando interesse em se capacitar tecnicamente e sem uma perspectiva de se empregarem no setor portuário. Segundo comentários do diretor da E.M. Chrisanto Henrique de Souza:

“É que os jovens ainda não entenderam que vai ser uma coisa grande e que eles precisam estar engajados nisso. Parece que eles não estão acreditando muito que eles vão ser aproveitados. Agente acaba insistindo muito nisso com eles para que eles acordem e vejam que nesse futuro que vai acontecer e que já está acontecendo eles são os grandes personagens para atuarem nesse setor”.

Quando perguntei aos diretores sobre a capacidade da rede escolar de atender a demanda atual e futura de estudantes, devido ao crescimento populacional

acarretado pelo porto, a diretora da E.M. Amaro Souza Paes ponderou relatando que o sistema educacional está se adequando. A diretora comentou que está havendo ampliação das escolas. “A nossa foi ampliada e inaugurada a reforma em junho deste ano (2012) e provavelmente vai passar por uma nova reforma porque a escola já está pequena”. Conforme relatos da diretora, no ano de 2012, a administração da escola realizou uma pré-matrícula, devido à grande rotatividade dos alunos. Deste modo, a gestão escolar pode mensurar se havia vagas e salas suficientes para o atendimento da demanda. Anteriormente esse planejamento não era feito e nas outras escolas não há relatos sobre o levantamento prévio dos alunos para atendimento da demanda. No que se refere ao atendimento da demanda crescente de alunos com o impacto do CLIPA, o diretor entende que a preparação é contínua e que o problema significa “um bom problema”. De acordo com o diretor da E.M. Chrisanto Henrique de Souza, atualmente a rede escolar não está preparada para atender a demanda futura. Conforme seus comentários, o sistema educacional está se aprimorando com oferta de cursos e ampliação das escolas. O diretor afirmou: “Como a nossa que esta passando por esse processo”. Segundo o gestor, o poder público está realizando convênios com outras instituições a nível federal com o intuito de atender ao crescimento da demanda atual e que futuramente tende a aumentar.

A diretora da E.M. José Alves Barreto apresenta um discurso bem diferente em comparação com o discurso dos outros dois gestores. Nos seus relatos não há ponderações do tipo “está se adequando”, “está em continua preparação” e “um bom problema”. Conforme comentários da diretora da E.M. José Alves Barreto, o sistema educacional “não está preparado não; ele tem que se preparar. Ele está começando a se preparar”. A gestora relatou que creches estão sendo inauguradas, que houve a realização do concurso público e que haverá um novo concurso e os cursos estão sendo ofertados. Entretanto, a diretora comentou que a sua escola passa por problemas de infraestrutura. De acordo com a sua afirmação:

“Aqui vai inaugurar uma mega creche. Mas a minha escola, a escola é pequena para o número de alunos, tanto é que agente está nesse puxadinho. Eu digo puxadinho. Nossas salas são pequenas para as turmas.

Uma turma de mandarim, duas de inglês e três de informática que eles usam no contraturno. Uma coisa que está acontecendo muito hoje, eles (poder público-SEMEC) estão tentando acompanhar, mas a questão é que passa por licitações e verbas, enfim eu estou na expectativa de uma escola nova tem dois anos. Vou ficar nessa expectativa, né (sic)".

Ao demonstrar a sua percepção das ações empreendidas pelas políticas educacionais para atendimento do crescimento da demanda, a gestora da E.M. José Alves Barreto revela contradições entre as medidas que estão sendo tomadas pela SEMEC e a realidade escolar. De acordo com a diretora, a instituição que está sendo gerida por ela apresenta problemas sérios de infraestrutura e a perspectiva de alteração desse quadro se resume em um sentimento de frustração e ironia quanto a sua expectativa. As demais escolas municipais pesquisadas passaram por obras de ampliação para o atendimento da demanda crescente. Vale ressaltar que a E.M. Amaro de Souza Paes se sobressai como a única gestão que considera o planejamento relevante para o atendimento da demanda crescente.

Ao perguntar aos gestores se os altos investimentos em educação estão se refletindo na realidade escolar a diretora da E.M. Amaro de Souza Paes comentou que os investimentos vistos por ela são a maior oferta de cursos, construção de escolas, capacitação para os professores, oferta de bolsas de estudo para professores e para a população, laboratórios de informática, mobiliários novos e livros. Para finalizar, a diretora afirma: "hoje em dia não faz faculdade quem não quer, porque além de ter o passe ainda há bolsa de estudo".

O diretor da E.M. Chrisanto Henrique de Souza entende que a SEMEC tem se empenhado muito nesse sentido: a SEMEC oferece capacitação para os profissionais da educação, realiza jornadas pedagógicas e capacitação de gestores.

A diretora da E.M. José Alves Barreto comentou que os investimentos estão sendo revertidos em construção de creches, escolas e equipamentos.

Neste ponto os discursos dos gestores das escolas são semelhantes. Os diretores evitam falar sobre valores investidos que foram mencionados por mim na pergunta e evitam fazer críticas ao modo como os recursos são investidos.

Sobre a avaliação da equipe multidisciplinar no sistema educacional a Diretora da E.M. Amaro de Souza Paes relatou que considera a equipe multidisciplinar excelente e necessária na escola. De acordo com a gestora, a equipe multidisciplinar é composta por psicopedagogas, assistentes sociais, pedagogas, orientadoras educacionais e psicólogas. Conforme a gestora comentou, na escola ela conta com duas pedagogas, três psicopedagogas e duas orientadoras educacionais. As assistentes sociais e as psicólogas não são exclusivas da escola, pois atendem os agrupamentos escolares uma vez por semana. Segundo a diretora se trata de algo novo, mas que está rendendo muitos frutos.

O diretor da E.M. Chrisanto Henrique de Souza também avaliou a equipe multidisciplinar de modo positivo. Segundo ele, esses profissionais desempenham um trabalho específico que em conjunto com a equipe escolar conseguem resolver determinados problemas na escola que antes eram de difícil solução. Assim sendo ele afirmou: “porque antes dessa equipe era a direção da escola que fazia às vezes do pedagogo, do psicólogo e agente não é formado para isso. As pessoas são específicas para essa área”. Devido a esse fato o diretor comentou que houve um ganho, pois agora ele tem que encaminhar o problema para a equipe multidisciplinar que trabalha em conjunto com ele e os demais profissionais da escola.

A diretora da E.M. José Alves Barreto avaliou a equipe multidisciplinar como fantástica e luxuosa. De acordo com a gestora a escola era muito centrada na figura do diretor, então agora cada um exerce a sua função. Segundo a diretora, na escola ela conta com psicopedagogos, orientadoras educacionais e pedagogos. A gestora afirmou que acha um luxo a escola ter esses profissionais, pois ao fazer uma comparação entre as escolas do município e a escola particular Salesiano, ela revela que o Salesiano não conta com psicólogos e psicopedagogos. “Então, eu acho hoje que essa equipe nova,

primeiro o professores em específico, da área, porque tinha aquele pessoal de desvio de função. E essa equipe multidisciplinar que veio só para ajudar”.

A avaliação dos diretores sobre a equipe multidisciplinar lhe confere adjetivos tais como: “excelente”, “positiva” e “fantástica e luxuosa”. Conforme os diretores, os profissionais que compõem a equipe são capacitados para atuar resolvendo problemas específicos que antes eram de responsabilidade deles. Assim, houve uma maior descentralização da gestão que proporcionou aos gestores maior tempo para gerir a escola e todo o seu conjunto.

3.5.2. O discurso dos professores.

Os professores entrevistados abordaram questões relacionadas à qualificação do segundo segmento pelas escolas do Ensino Fundamental do município e se estas preparam para o mercado de trabalho, se os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento (nono ano) estão sendo incentivados e qualificados para seguirem um E.M técnico profissionalizante e se, segundo suas percepções, a população sanjoanense está preparada para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA.

Segundo o professor de geografia da E.M. José Alves Barreto essa qualificação só pode ser mensurada por números. Deste modo, o professor relata que os números são positivos em relação às escolas da região e que nas avaliações do IDEB as escolas alcançam boas notas. O professor comentou:

“Existe uma visão do aluno que estudar dá (sic) a ele uma melhor condição. Isso não existia, os alunos hoje sabem que se não tiverem estudo, se não tiverem conhecimento esse imenso porto que está aqui em volta pouca perspectiva de progresso vai trazer para ele. Os ex- alunos já perceberam isso e voltaram a estudar por causa disso (EJA), não há condição de trabalhar num imenso complexo industrial siderúrgico portuário simplesmente com terceira ou quarta série”.

Sobre a qualificação dos alunos do Ensino Fundamental nono ano e o interesse deles em cursar o Ensino Médio técnico o professor da E.M. José Alves Barreto comentou que os alunos fazem curso de informática e apresentam interesse em fazer cursos técnicos. O professor ressalta que o

município fornece transporte para os alunos e está realizando um convênio para implantação de um instituto técnico naval. O professor da E.M. José Alves Barreto ressalta uma característica da qualificação dos alunos das escolas do município que não foi relatada por nenhum outro entrevistado:

“E também gostaria só de completar: os nossos alunos, os nossos jovens que saem das nossas escolas, eles estão perfeitamente preparados e adequados para aprender tudo que a técnica pode vir a oferecer a eles. E são muitos ex- alunos que eu tive nessa região que hoje estão em Universidades, estão até formados, e já tem alguns até que são meus colegas”.

De acordo com a professora da E.M. Chrisanto Henrique de Souza a escola é muito organizada e oferece cursos de Inglês, de mandarim e horários extras para os alunos estudarem estes idiomas. A percepção da professora em relação ao interesse dos alunos pelo estudo é completamente diferente da percepção apresentada pelo Professor da E.M. José Alves Barreto.

Conforme a professora afirmou:

(...) “eu sinto muito falta de visão das crianças. Apesar de ter o porto do Açú, eu vejo muito desinteresse das crianças em querer se tornar um profissional qualificado pra exercer qualquer função que seja. Eu não percebo essa visão de futuro das crianças. Porque elas não têm essa visão? Porque elas são do interior, porque eu acho que na cabeça delas. Tem caso de crianças que abandonam a escola porque acham que não vão passar, larga porque vai casar, ou porque casou , ou porque engravidou. Porque elas não tem essa visão de crescimento”.

A professora da E.M. Chrisanto Henrique de Souza em seu relato sobre qualificação do aluno e da população são joanense ressalta que as crianças são estimuladas a aprender e que contam com transporte escolar. No que se refere à população, a escola oferta pré-vestibular gratuito e também oferece o curso técnico em segurança do trabalho.

O professor da E.M. Amaro Souza Paes comentou que muita coisa mudou após o início da construção do porto. “Tem mais gente, o comércio aumentou e aumentou o número de alunos”. Quanto à questão da empregabilidade, ele afirmou: “E emprego tem também, tem muita gente trabalhando. Gente daqui e de Campos”.

Sobre a qualificação dos alunos do Ensino Fundamental nono ano e o interesse deles em cursar o Ensino Médio técnico o professor da E.M. Amaro de Souza Paes comentou que na escola tem laboratório de informática, uma biblioteca e houve o aumento do número de salas de aula. O professor afirmou:

“Tem o IFF também com cursos para capacitar os alunos e população. Muita coisa está mudando na educação com a vinda do porto. Teve concurso para professor, teve construção de creches e novos cursos”.

O professor da E.M. José Alves Barreto relatou que “Vários dos meus ex-alunos” trabalham no porto do Açú. Conforme sua afirmação. A professora da E.M. Amaro de Souza Paes também relatou que conhece amigos que trabalham no porto do Açú.

Quanto ao grau de escolaridade dos professores e de seus pais, o professor da E.M. José Alves Barreto afirmou: “sou graduado e pós-graduado. E quanto aos meus pais eles estudaram até terceira e quarta série primária”.

A professora da E.M. Chrisanto Henrique de Souza afirmou: “Eu tenho curso superior e estou fazendo outro curso. Meu pai tem curso técnico. Minha mãe só terminou o Ensino Médio”.

A professora da E.M. Amaro de Souza Paes afirmou: “Eu tenho curso superior. Meu pai é técnico em eletrônica e minha mãe é professora”.

Quando perguntados sobre a capacidade que o sistema tem de atender a futura demanda de estudantes o professor da E.M. José Alves Barreto comentou que:

“Se trata de um bom problema. É um problema que quando surgir, eu sempre vou dizer que estou preparado para educar. Afinal de contas eu fui treinado pra isso.

Então é um bom problema que nós teremos. É melhor ter um problema desse tipo do que não ter aluno algum para educar. Que venham, serão muito bem recebidos na região”.

A professora da E.M. Crisanto Henrique de Souza afirmou o seguinte:

“Não sei. Porque eu não tenho a dimensão de como as coisas vão mudar com o porto. O Chrisanto, eu acredito que sim. Então eu acho que depende da escola. Depende da estrutura da escola, porque aqui a escola funciona de um jeito. E na minha outra escola que também é da prefeitura de São João da Barra não funciona assim. Questão de gestão. O nosso diretor faz uma diferença gritante na escola”.

O professor da E.M. Amaro de Souza Paes afirmou que:

“Eu acho que sim. Construíram creches novas, fizeram obras nas escolas para aumentar o número de salas, as crianças tem transporte escolar, tudo acontece muito rápido. Mas eles (SEMEC) estão trabalhando e preparando as escolas e a gente também”.

Ao perguntar aos professores se os altos investimentos em educação estão se refletindo na realidade escolar o professor da E.M. José Alves Barreto relatou que:

“Não havia uma premissa, não havia uma pressão pra que isso mudasse. À medida que isso tudo está chegando os colegas da educação, eles têm procurado uma busca melhor da qualidade, busca de cursos, seminários, isso tudo tem acontecido sim; os professores, eles são convidados, palestrantes tem vindo. Nas próprias escolas chegam pessoas comentando a respeito de mudanças que estão acontecendo. Há preocupação do município sim, o corpo de professores, o corpo de apoio educacional como um todo, e não vamos deixar de ressaltar que durante muitos anos a nossa prefeita era uma professora. Ela nunca deixou de dizer, ela sempre costumava dizer: eu estou prefeita, eu sou professora. A ideia de que o professor tem um espaço fundamental dentro dessa estrutura de ensino nova que vai chegando, isso é inegável, é mérito dela”.

O professor da E.M. Amaro de Souza Paes afirmou:

“como te falei teve muitas obras nas escolas teve o concurso em 2010, à prefeitura está contratando mais professores, tem laboratório de informática, biblioteca e cursos de idiomas (Inglês, mandarim, espanhol)”.

Sobre a avaliação da equipe multidisciplinar no sistema educacional, o professor da E.M. José Alves Barreto afirmou:

“Todo concurso depura. As velhas indicações, as velhas maneiras de se fazer, é meu amigo do meu amigo do meu amigo; isso acabou. Não só no nosso município acabou praticamente no Brasil inteiro. Abre só a internet e você tem concurso o tempo todo para o Estado, para o município. O concurso tem essa vantagem de que: separar o joio do trigo; ou você tá qualificado pra passar no concurso ou você não está qualificado e você não vai passar. Isso parte da premissa que todos os profissionais de ensino que passam num concurso estão perfeitamente qualificados para dar encaminhamento ao processo da educação. Sem exceção. Não existe mais improvisação na educação. O que pode acontecer é um mau projeto. Mas, o profissional da educação está preparado sim”.

A professora da E.M. Crisanto Henrique de Souza afirmou que:

“Faz diferença. Porque, por exemplo: os alunos não conseguem se comunicar com agente como ele se comunica com o psicólogo. Tem coisas que agente não consegue resolver.”

Já a professora da E.M. Amaro de Souza Paes relata que:

(...) “o trabalho deles é diferenciado. Eles têm formação para poder lidar com problemas que agente não consegue resolver. A equipe multidisciplinar tem diversos profissionais como orientadora educacional, psicólogos, assistente social e pedagoga. Assim, eles auxiliam muito no trabalho da gente. Por exemplo, se eu tenho alunos com problemas eu posso recorrer ao psicólogo, a assistente social. O trabalho dessas pessoas está sendo

muito importante na escola. E eles estão dentro da escola trabalhando com a gente”.

3.5.3. As mães dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental.

A contribuição das mães dos alunos para a pesquisa se fez necessária para entendermos como elas percebem as mudanças pelas quais as escolas dos seus filhos estão passando. As percepções desses entrevistados também possibilita entender de que modo esses cidadãos participam politicamente das ações empreendidas pela política educacional.

Quando perguntei sobre os impactos provocados pela construção e implantação do CLIPA e a perspectiva de empregabilidade no setor portuário, industrial e de serviços. As mães das Escolas Municipais comentaram em geral que houve aumento na oferta de emprego.

A mãe do aluno do nono ano do Ensino Fundamental da E.M. José Alves Barreto relatou que está havendo oportunidade de emprego, mas que é necessário estudo e formação. Assim ela afirmou: “Tem que estudar muito pra se formar. Porque se não formar não tem emprego bom”. A mãe ressalta também que se a população não se qualificar para concorrer às vagas de emprego ofertadas pelo CLIPA provavelmente permanecerá trabalhando na roça. Entretanto, ela afirmou a sua preocupação com qualificação do seu filho: “Agente tem que como mãe. Agente tem que preparar nossos filhos para isso. Para ter um estudo, para poder ter uma formação pra poder trabalhar, porque senão fica no mesmo”.

A mãe do aluno da E.M Amaro de Souza Paes comentou que a população está tendo mais oportunidade de trabalho, pois antes só havia oferta de emprego na pesca, no trabalho na roça, na fábrica de bebidas toquinho e nos empregos temporários no verão.

A mãe do aluno da E.M. Chrisanto Henrique de Souza fez a seguinte afirmação: “Tá sendo bom. As pessoas agora tem outro lugar para trabalhar. Tem muito emprego. Só não trabalha quem não quer”.

No que se refere à qualificação dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental regular.

Os comentários que se seguem feitos pela mãe do aluno da E.M. José Alves Barreto respondem os seguintes pontos: as escolas do Ensino Fundamental segundo segmento do município estão qualificando o aluno para o mercado de trabalho, os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento estão sendo qualificados para seguir um E.M técnico profissionalizante e a população são-joanense está preparada para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA. A mãe comentou que tem que haver interesse dos pais em relação à qualificação dos filhos, pois ela considera a participação dos pais importante nesse processo. Quanto à qualificação da população ela afirmou:

“Eu estou buscando. Correndo atrás pra poder ter uma formação”. Tá tendo cursos aos sábados aqui. Então, as pessoas já estão se preparando. Como se diz não faz quem não quer. Já tá (sic) tendo oportunidade”.

Sobre a qualificação dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental regular. A mãe do aluno da E.M. Amaro de Souza Paes relatou que considera a escola de boa qualidade e que as crianças estão tendo um bom aprendizado. De acordo com a mãe, a escola oferece cursos e os alunos tem acesso a computadores para aprender informática. Quanto ao aprendizado ela afirmou: “os professores também ensinam direitinho. Meu filho estuda aqui desde pequeno. Acho que ele aprendeu bastante coisa”.

A mãe do aluno da E.M. Chrisanto Henrique de Souza relatou que considera a escola de boa qualidade. Conforme a mãe, a escola oferece cursos de informática, mandarim, técnico em segurança do trabalho e EJA. Assim ela afirmou: “A escola tem EJA que eu faço a noite. O diretor é muito bom. Agora é com os alunos. Meu filho eu boto pra escola. Tem que estudar pra ser alguém”.

Quando perguntei se os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento estão sendo qualificados para seguir um E.M técnico profissionalizante.

A mãe da E.M. Amaro de Souza Paes comentou que as informações que ela tem relativas ao ensino técnico foi o filho que lhe passou. Assim a mãe afirmou:

“Acho que FAETEC tem sorteio e no IFF tem que fazer prova mesmo. Ele que sabe mais disso. Mas, aqui na escola eles dizem tudinho pra ele o que tem que fazer, onde estudar depois. Tem essas escolas e as escolas daqui (sic) do Estado”.

A mãe do aluno da E.M. Chrisanto Henrique de Souza afirmou de modo sucinto: “Eu acho que sim. Tem muita escola pra eles estudar. E agora tem o IFF. Acho que eles estão aprendendo”.

Sobre a qualificação da população são-joanense para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA. A mãe do aluno da E.M. Amaro de Souza Paes afirmou:

“Trabalho tá tendo como eu te falei. Agora cada um tem que correr atrás. A prefeitura também faz cursos pra (sic) gente. Aqui na escola tem o EJA para o pessoal que quer voltar pra escola. Tem cursos de mandarim e informática. Agora tem que estudar pra aprender e conseguir trabalho lá (sic)”.

A mãe do aluno da E.M. Chrisanto Henrique de Souza afirmou: “Tem trabalho, mas se ficar escolhendo muito fica sem. O pessoal quer trabalhar. E também tem que ter estudo senão não consegue não”.

Quando perguntei sobre empregabilidade de algum parente na construção do porto. A mãe do aluno da E.M. José Alves Barreto relatou que o seu marido já trabalhou e que a maioria da população da localidade está trabalhando no porto. Pois, na sua percepção é o único lugar que está empregando no momento. Assim sendo, ela afirmou: “Porque aqui era só roça. Tinha trabalho em usina, então nível de emprego tá bom. Porque pelo menos o pessoal Tá trabalhando”.

A mãe do aluno da E.M. Amaro de Souza Paes afirmou: “tenho um sobrinho que trabalhou, mas agora tá parado. Ele foi mandado embora uma vez, conseguiu de novo e agora tá sem trabalho”.

Sobre o nível de escolaridade dos entrevistados e dos seus pais:

A mãe do aluno da E.M. José Alves Barreto estudou até a quarta série e atualmente está estudando no EJA. Quanto ao grau de escolaridade de seus pais ela não soube responder. Assim, afirmou: “Minha mãe sabe ler, sabe escrever, mas exatamente não sei até que série fez. Eu não sei. Meu pai também”. A mãe entrevistada na E.M. Amaro de Souza Paes estudou até a oitava série e seus pais não estudaram. A mãe entrevistada na E.M. Chrisanto Henrique de Souza estudou até a quarta série e atualmente estuda na EJA. O grau de escolaridade dos pais ela afirmou não saber.

Sobre o desejo de trabalhar no porto as mães relataram:

“Eu não porque já trabalho aqui. Graças a Deus tenho meu emprego. Tenho vontade não”.

“Não sei. Eu trabalho em casa de família. Se tiver uma vaga pode ser que sim”.

“Eu trabalho aqui na prefeitura. Na união que é uma empresa que trabalha com lixo reciclagem. Se tiver um trabalho lá melhor eu vou, mas agora tá ruim de trabalho lá”.

Ao perguntar as mães se os altos investimentos em educação estão se refletindo na realidade escolar. As mães dos alunos das escolas E.M. José Alves e da E.M. Chrisanto Henrique não souberam responder a essa pergunta. Entretanto, a mãe da E.M. Amaro Souza Paes afirmou que: “Como eu disse tem muita coisa. Curso de mandarim, informática, transporte para as crianças e tem professor novo na escola”.

Perguntei as mães como elas avaliam a equipe multidisciplinar no sistema educacional.

A mãe entrevistada na E.M. José Alves Barreto afirmou:

“Olha agora entrou muita gente na escola. Psicóloga, várias profissões que agente não tinha aqui. Agente tá

tendo. Tá bom. Porque um ajuda de um lado, outro ajuda de outro e vai melhorando”.

A mãe entrevistada na E.M. Amaro Souza Paes afirmou:

“O pessoal ai (sic) é bom, ajuda muito. Mas ainda não sei direito o que eles fazem. Tem psicólogo, pedagoga, assistente social, tem muita gente nova na escola. A criança faz bagunça ai (sic) tem que conversar com eles.”

A mãe entrevistada na E.M. Chrisanto Henrique de Souza afirmou:

“É bom né (sic). Tem pedagogo, psicólogo, orientadora educacional. Tem um monte de gente nova aqui trabalhando. Professoras. É bom porque eles conversam com as crianças pra saber se tá (sic) tudo bem, se tá (sic) estudando e se tá (sic) vindo pra escola.”

No caso das mães dos alunos do nono ano a percepção das mudanças ocorridas na rede escolar é muito vaga e representa o pouco conhecimento que elas têm sobre as ações empreendidas. Assim sendo, o nível de conhecimento sobre as mudanças ocorridas influencia no grau de participação cidadã na escolha das políticas públicas.

3.5.4. Os alunos do terceiro ano do Ensino Médio das Escolas Estaduais.

A pesquisa realizada com os alunos do terceiro ano das escolas estaduais de Ensino Médio teve como objetivo compreender como os alunos percebem a perspectiva de empregabilidade no setor portuário e de que modo eles estão se qualificando para ocupar as vagas ofertadas no CLIPA. Definimos um tema: os impactos provocados pela construção e implantação do CLIPA e a pretensão de empregabilidade no setor portuário, industrial e de serviços. E quanto à pretensão de qualificação profissional definimos três palavras chaves: IFF –

UENF – UFF. A partir desse tema e das palavras chaves os alunos desenvolveram seus argumentos através de uma dissertação.

A maioria dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio das escolas estaduais que participaram da pesquisa apresentou em seus argumentos uma perspectiva positiva quanto à empregabilidade no setor portuário. Deste modo, os alunos em suas dissertações também apresentaram em seus argumentos a pretensão de empregabilidade no CLIPA. Do total de 72 alunos que participaram da pesquisa, 60 alunos mencionaram que pretendem trabalhar no setor portuário. Esses estudantes argumentaram que diante da perspectiva de empregabilidade torna-se necessária a qualificação profissional. Assim sendo, todos eles apresentaram uma percepção de que a continuidade dos estudos é importante para concorrer às vagas ofertadas pelo CLIPA.

Entretanto, a minoria dos alunos está cursando paralelamente o terceiro ano do Ensino Médio e os cursos técnicos ofertados pelas instituições de ensino da região. Os alunos que estão atualmente cursando o ensino técnico estudam na E.E. Alberto Torres. Do total de 60 alunos que dissertaram sobre a importância da qualificação profissional, apenas 8 deles estão cursando o ensino técnico.

Os 33 alunos do terceiro ano da E.E. Alberto Torres que fizeram a redação. Apenas oito desses alunos relataram que estão fazendo curso técnico no IFF. Enquanto, três alunos comentaram que estão cursando o técnico no IFF de Campos dos Goytacazes. Os outros cinco alunos do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Alberto Torres redigiram em seus argumentos que estão cursando técnico em metalurgia no polo do IFF de São João da Barra.

Nas outras duas escolas estaduais que realizamos a pesquisa os alunos demonstraram em suas redações interesse em fazer o curso técnico, no entanto, dos 39 alunos que participaram da pesquisa nenhum deles está atualmente fazendo curso técnico.

Enfim, a maioria dos alunos apresenta uma pretensão positiva quanto à empregabilidade no setor portuário e percebem que a qualificação técnica e superior é necessária para concorrer aos postos de trabalho ofertados pelo

CLIPA. No entanto, os argumentos são contraditórios, pois de fato apenas oito alunos estão se capacitando tecnicamente.

3.6. Os diferentes discursos dos profissionais da educação e dos pais dos alunos do Ensino Fundamental sexto ano

Nesta seção do trabalho, faço uma análise e uma comparação dos discursos da Secretária de Educação, das gerentes dos setores de planejamento e controle educacional e supervisão educacional. Logo em seguida, analiso e comparo os discursos dos profissionais e pais de alunos que estão inseridos no contexto escolar do Ensino Fundamental segundo segmento. A análise e a comparação entre os discursos servem para interpretar as diferentes percepções dos profissionais que trabalham no processo de implantação das políticas educacionais e as diferentes percepções dos profissionais e pais de alunos que atuam nas unidades escolares do Ensino Fundamental segundo segmento. E há também, um caso em particular que está fora da alçada das políticas educacionais do município no que se refere ao discurso dos alunos do Ensino Médio diante da perspectiva de qualificação técnica e profissional. Entretanto, essas entrevistas se justificam, porque coube ao município desenvolver políticas educacionais em parceria com o Governo Federal para implantação do polo do IFF na cidade. A questão principal que norteou as entrevistas que foram realizadas foram as ações educacionais empreendidas pelo poder público municipal diante dos impactos sócio educacionais ocasionados com implantação do CLIPA em São João da Barra.

Assim sendo, separamos os pontos comuns da percepção dos profissionais da SEMEC (o discurso de uma categoria política) e fizemos a comparação com os pontos comuns que permearam as percepções dos profissionais e pais de alunos que atuam na escola. Essa comparação entre os relatos dos entrevistados tem como objetivos diagnosticar o que realmente está sendo executado em termos de política pública educacional e revelar as contradições do discurso político dos profissionais da SEMEC.

As contradições se revelam nas percepções dos profissionais que trabalham na escola, em sua maioria, desenvolvem críticas moderadas as políticas públicas empreendidas. Entretanto, são enfáticos quando relacionam as ações empreendidas pelo poder público municipal diante da necessidade de mudança do sistema. Somente um professor reforça e apoia a percepção do discurso empreendido pelos profissionais da Secretaria de Educação.

O poder público local de São João da Barra na última gestão (2008-2012), período de implantação e construção do Porto do Açú, empreendeu diversas medidas em vários setores visando apresentar respostas aos impactos ocasionados pela implantação do CLIPA. Dentre essas medidas, apontamos à importância que foi dada, por essa gestão, as políticas públicas educacionais que deveriam ser executadas para atender a população diante da necessidade de qualificação profissional e educacional. Nesse sentido, a gestão (2008-2012) caracterizou-se pela importância de uma Educação de qualidade no momento de transformação em que vivia São João da Barra, com a chegada do Porto do Açú, um dos maiores projetos da história desse Município, o qual representava para o período (2008-2012) um marco no desenvolvimento econômico do Estado e do município. Desta forma, esperava-se alavancar mudanças importantes no processo educativo municipal, pois se vislumbrava novas oportunidades para a população são-joanense. De acordo com a gestora (Carla Machado) desse período a transformação plena somente ocorreria pela via da Educação e da Cultura, com a qualificação de profissionais para que possam exercer plenamente sua cidadania.

Essas transformações no processo educativo ocorreriam por meio de parcerias com instituições estaduais e federais e outros órgãos comprometidos nesta causa, além de ações efetivas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através de técnicos capacitados e em permanente capacitação profissional.

A partir da ótica conceitual de Chartier (1990), a história cultural é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. Portanto, ao voltar-se para vida social, esse campo pode tomar por objeto as formas e os motivos das suas representações e pensá-las como análise do trabalho de representação das

classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais de um tempo ou de um espaço.

A Prefeita na gestão (2008-2012), revestida na figura da professora e gestora encarna a posição de liderança de um grupo político que tem suas bases no setor educacional. Assim, ao se referir ao grupo político do qual faz parte atenta em seu discurso para necessidade de transformações no processo educativo para a qualificação da população são-joanense. Nesse sentido, propaga em seu discurso a importância das ações que devem ser empreendidas pela política educacional para que a população não fique a margem das transformações sociais e econômicas pelas quais o município tem passado. A Prefeita realçou a importância da qualificação profissional e da inclusão digital da população. Até o ano de 2011, as principais ações empreendidas foram a realização do concurso público para contratação de profissionais, a parceria do município com o Governo Federal para implantação do polo do IFF (que se concretizou em 2012) e a implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas do município. As principais ações empreendidas pela política educacional foram realizadas no ano de 2012.

Em abril de 2013, quando perguntei a Secretária de Educação Leide Cristina quais foram as principais ações empreendidas pela política educacional da gestão anterior (2008-2012), a Secretária comentou que o impacto no setor educacional acontece de maneira gradativa. Entretanto, houve uma evolução na questão educacional no município de São João da Barra. Foram realizadas ampliação de escolas, construções de novas unidades escolares. Assim sendo, a Secretária afirmou:

“inclusive com a construção de creches que era uma demanda premente pro nosso município, principalmente, pra esses profissionais que vinham trabalhar no porto e de não ter condições de deixar os seus filhos, precisava de um atendimento dessas crianças”.

A secretária relatou que para além da ampliação e construção de novas unidades, foram implantados laboratórios de informática nas unidades, realizou-se concurso público para a contratação de profissionais, foram feitos

investimentos na qualificação dos profissionais, foram efetivadas contratações de profissionais que compõem a equipe multidisciplinar (com psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e musicoterapeutas) proporcionando um atendimento especializado para as unidades e foram feitas melhorias na qualidade da merenda escolar através da elaboração de um cardápio nutricional avaliado por uma equipe de nutrição e acompanhado por uma supervisão de merenda.

Ao questionar a gerente de planejamento e controle educacional sobre as principais ações empreendidas pela política educacional da gestão anterior (2008-2012). A gerente comentou que com o aumento da demanda de alunos houve a necessidade de obras para ampliação das escolas e foi realizado em 2010 um concurso para contratação de profissionais da educação para atender o aumento da demanda. Foram feitos convênios com o IFF e com a FAETEC onde foi possível ofertar cursos de mandarim, informática industrial, operações logísticas e técnico em segurança do trabalho. Segundo a gerente de planejamento educacional, esses cursos foram ofertados nos polos do CIEP e do Açú. A gerente de planejamento e controle educacional também ressaltou a importância da implantação da equipe multidisciplinar. Assim ela afirmou:

“Então agora nós temos o orientador educacional que nós não tínhamos na escola, nós temos o pedagogo, psicopedagogo, musicoterapeuta e fisioterapeuta. Então essa equipe está nas escolas pra (sic) gente já poder ir preparando esses alunos pra (sic) enfrentar o desafio que vem pela frente. Nós estamos colocando esses profissionais em todas as escolas”.

Quando indaguei a gerente da supervisão educacional quais foram as principais ações empreendidas pela política educacional da gestão anterior (2008-2012), ela fez comentários semelhantes aos da Secretária de Educação e da gerente de planejamento e controle educacional. Entretanto, ressaltou modificações importantes na sua equipe de supervisores: “Nós temos uma equipe de supervisão que não existia aqui. Nós temos uma equipe com vinte supervisoras para trinta e oito escolas. A supervisão é importante para organizar a documentação escolar”. A gerente da supervisão educacional

mencionou ainda dois projetos que não foram relacionados pelas demais profissionais da SEMEC. De acordo com a gerente educacional, foram realizados durante o ano de 2012 os projetos de educação para o trânsito e de conscientização ambiental denominado “ligado no ambiente”.

Quando questionei a Secretária de Educação sobre os altos investimentos e resultado da avaliação do IDEB- 2012 ela comentou que muito está sendo investido na qualificação do profissional de educação, que essa é a intenção primordial da SEMEC em relação aos professores. Entretanto, em relação à avaliação do IDEB, a secretária relatou que na realidade o índice não avalia a real necessidade do aluno e nem a real atualidade do quadro escolar. Segundo a secretária, uma série de fatores influenciam no resultado. Assim ela afirma que:

“Os fatores não são contabilizados, você tem o fator sócio econômico das crianças que tem condições sociais não tão favoráveis, que estão expostas a n fatores que vão influenciar nesse resultado. Nós temos a questão da evasão, principalmente no nosso município, com essa questão da oscilação desse povo migratório que vem para o complexo. É uma questão complicada”.

O discurso político da Secretária de Educação é de críticas à maneira como é feita a avaliação do IDEB. Deste modo, a autoridade se distancia do objetivo da pergunta. Assim, evita comentar sobre valores investidos e sobre a classificação do município na última avaliação. Contudo, as contradições do seu discurso são evidentes quando ela menciona que os critérios não contabilizados se referem às condições sociais e ao fator econômico dos alunos. As condições sociais e econômicas que não favorecem aos alunos também são decorrentes de políticas públicas implantadas pelo poder público do município. Políticas públicas que devem ser voltadas para os setores da saúde, habitação, saneamento básico, infraestrutura, assistência social, geração de emprego e renda, educação, cultura e lazer. Deste modo, o discurso da autoridade política se abstém do compromisso que o poder público tem com os fatores mencionados por ela. Assim, as condições

socioeconômicas desfavoráveis vivenciadas pelos alunos na percepção da Secretária de Educação influenciam nos resultados do IDEB, mas não influenciam nas medidas políticas que o poder público deve tomar para que esses fatores sejam solucionados.

A percepção da Gerente de supervisão educacional se alinha com o discurso da autoridade política da Secretária de Educação. A gerente relatou que:

“Na verdade já houve um salto grande em relação até aos outros municípios que tem uma estrutura melhor que São João da Barra. Mas na verdade foi um trabalho mesmo voltado para isso, nas unidades mesmo, com os alunos e com os professores. Até a psicologia foi envolvida na situação para trabalhar a concentração dos alunos, mostrar para o professor a importância desse índice que é fruto do trabalho dele. Então foi um trabalho de dia a dia com os professores, de sugestões de atividades”.

Neste ponto a Secretária de Educação e a gerente de supervisão educacional evitam falar sobre os altos valores investidos e sobre a classificação do município de São João da Barra no IDEB. Contudo, a gerente de planejamento e controle educacional admite em seu discurso que as notas precisam melhorar devido ao volume de recursos investidos. A gerente de planejamento comentou:

“precisamos elevar muito mais a escola pelo que a Prefeitura investe na educação. Ainda há necessidade sim. Nós já subimos muito com certeza. Desde quando eu entrei aqui em 2005, com a prefeita Carla Machado, ela é professora. Ela já foi Secretária de Educação aqui do município. É professora do município da rede. E o que mais ela se preocupava era fazer um bom trabalho e investir na educação. E ela investiu muito. Muito mesmo. Muito”.

Conforme Chartier (1990), o pesquisador (historiador) hoje precisa achar uma forma de atender a essa exigência de cientificidade que supõe o aprendizado da técnica, a busca de provas particulares, sabendo que, seja qual for a sua forma de escrita, essa pertencerá sempre à categoria dos relatos, da narrativa.

Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

A percepção dos profissionais da escola sobre as mudanças empreendidas pelo poder público geralmente está voltada para as transformações pelas quais passaram as suas unidades escolares. Não apresentam a amplitude, o aspecto conjuntural e político característico do discurso de Secretária de Educação.

No que se refere às ações empreendidas pela política educacional e os resultados que estão sendo percebidos, a diretora da E.M Amaro Souza Paes comentou que os investimentos vistos por ela são a maior oferta de cursos, construção de escolas, capacitação para os professores, oferta de bolsas de estudo para professores e para a população, laboratórios de informática, mobiliários novos e livros.

Já o diretor da E.M. Chrisanto Henrique comentou que com o incentivo da própria SEMEC, foram criados na escola os laboratórios de informática, os cursos de Mandarim, os cursos de conversação próprios para o Inglês, para o Espanhol.

A diretora da E.M. José Alves Barreto afirmou de modo sucinto: “Construção de creches, escolas, equipando as escolas, isso tem feito sim”.

Os comentários que se seguem feitos pela mãe do aluno da E.M. José Alves Barreto respondem os seguintes pontos: as escolas do Ensino Fundamental segundo segmento do município estão qualificando o aluno para o mercado de trabalho, os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento (nono ano) estão sendo qualificados para seguir um E.M técnico profissionalizante e a população são-joanense está preparada para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA. A mãe comentou que tem que haver interesse dos pais em relação à qualificação dos filhos, pois ela considera a participação dos pais importante nesse processo. Quanto à qualificação da população ela afirmou:

“Olha eu estou buscando. Correndo atrás pra poder ter uma formação. Tá (sic) tendo cursos aos sábados aqui. Então, as pessoas já estão se preparando. Como se diz não faz quem não quer. Já tá (sic) tendo oportunidade”.

Quando perguntei sobre empregabilidade de algum parente na construção do porto a mãe do aluno da E.M. José Alves Barreto relatou que o seu marido já trabalhou e que a maioria da população da localidade está trabalhando no porto. Pois, na sua percepção é o único lugar que está empregando no momento. Assim sendo, ela afirmou: “Porque aqui era só roça. Tinha trabalho em usina, então nível de emprego tá bom. Porque pelo menos o pessoal Tá trabalhando”.

Sobre as ações empreendidas pela política educacional e os resultados que estão sendo percebidos a mãe do aluno da E.M. Chrisanto Henrique comentou que considera a escola de boa qualidade. Conforme a mãe, a escola oferece cursos de informática, mandarim, técnico em segurança do trabalho e EJA. Assim ela afirmou: “A escola tem EJA que eu faço a noite. O diretor é muito bom. Agora é com os alunos. Meu filho eu boto pra escola. Tem que estudar pra ser alguém”.

Quando perguntei sobre as ações empreendidas pela política educacional e os resultados que estão sendo percebidos, a professora da E.M. Amaro Souza Paes relatou que na escola tem laboratório de informática, uma biblioteca e houve o aumento do número de salas de aula. A professora afirmou:

“Tem o IFF também com cursos para capacitar os alunos e população. Muita coisa está mudando na educação com a vinda do porto. Teve concurso pra professor, teve construção de creches e teve cursos pra (sic) gente.”

Entretanto, na percepção do professor da E.M. José Alves Barreto a iniciativa privada tem que investir na qualificação profissional da população. O professor afirmou:

“Quem tá (sic) fazendo o porto, muitas empresas que estão circulando na área, já perceberam a necessidade de melhorar a qualidade do ensino das próprias pessoas. Aliás, é um caminho que todo empresário deveria tomar. Eles terão que dar um suporte de escolaridade e não ficar esperando que só o município faça isso”.

Após a atual Secretária de Educação me apresentar um panorama das ações empreendidas pela política educacional da gestão (2008-2012) questionei a Senhora Leide Cristina sobre os principais gargalos na educação com o impacto do porto do Açú e quais as medidas que estão sendo tomadas pela SEMEC para solucionar esses problemas. Atualmente (2013), a Secretária de Educação e Cultura do município de São João da Barra, Leide Cristina, considera “a demanda oscilante e a falta de professores e demais profissionais que formam a equipe multidisciplinar” como os principais gargalos a serem solucionados em sua gestão. De acordo com a Secretária de Educação, as providências que estão sendo tomadas para planejar o atendimento dessa demanda oscilante, estão sendo solucionadas em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município, que se responsabilizou por fazer o mapeamento das áreas onde os trabalhadores se alocam para que, posteriormente, a Secretaria de Educação possa disponibilizar o atendimento escolar para os seus filhos. E quanto à falta de profissionais a Secretária relatou que “foram contratados no início do ano um total de 260 profissionais (entre professores e técnicos)”.

Em relação à falta de profissionais para atender o aumento da demanda a gerente de planejamento e controle educacional fez o seguinte afirmação: “nós chamamos agora dezesseis pessoas por contrato sabe quantos apareceram? três. Então eu continuo com a carência”.

A diretora da E.M. Amaro de Souza Paes fez o seguinte relato sobre a capacidade da rede escolar de atender a demanda de estudantes, devido ao crescimento populacional acarretado pelo porto. Segundo a diretora, o sistema educacional está de adequando. As escolas estão sendo ampliadas. A nossa foi ampliada e inaugurada a reforma em abril ou junho deste ano (2012) e provavelmente vai passar por uma nova reforma porque a escola já está pequena. Devido à rotatividade dos alunos, “esse ano nós tivemos uma pré-matrícula que nos anos anteriores nós não tivemos pra saber se agente tem número de vagas suficientes e o número de salas suficientes”.

No que se refere ao atendimento da demanda crescente de alunos com o impacto do CLIPA, o diretor entende que a preparação é contínua e que o

problema significa “um bom problema”. De acordo com o diretor da E.M. Chrisanto Henrique de Souza, atualmente a rede escolar não está preparada para atender a demanda futura. Conforme seus comentários, o sistema educacional está se aprimorando com oferta de cursos e ampliação das escolas. O diretor afirmou: “Como a nossa que esta passando por esse processo”. Segundo o gestor, o poder público está realizando convênios com outras instituições a nível federal com o intuito de atender o crescimento da demanda atual e que futuramente tende a aumentar.

A diretora da E.M. José Alves Barreto apresenta um discurso bem diferente em comparação com o discurso dos outros dois gestores. Nos seus relatos não há ponderações do tipo “está se adequando”, “está em continua preparação” e “um bom problema”. Conforme comentários da diretora da E.M. José Alves Barreto, o sistema educacional “não está preparado não; ele tem que se preparar. Ele está começando a se preparar”. A gestora relatou que creches estão sendo inauguradas, que houve a realização do concurso público e que haverá um novo concurso e os cursos estão sendo ofertados. Entretanto, a diretora comentou que a sua escola passa por problemas de infraestrutura. De acordo com a sua afirmação:

“Aqui vai inaugurar uma mega creche. Mas a minha escola, a escola é pequena para o número de alunos, tanto é que agente tá (sic) nesse puxadinho eu digo puxadinho. Nossas salas são pequenas pras (sic) turmas. Uma turma de mandarim, duas de inglês e três de informática que eles usam no contra turno. Uma coisa que está acontecendo muito hoje, eles (poder público-SEMEC) estão tentando acompanhar, mas a questão é que passa por licitações e verbas, enfim eu estou na expectativa de uma escola nova tem dois anos. Vou ficar nessa expectativa né (sic)”.

Como foram expostas acima, essas medidas tem características discursivas que evidenciam o que está sendo feito; mas o que na realidade foi compreendido por mim, me faz afirmar a existência de uma dicotomia entre o discurso da Secretária de Educação e as percepções dos diretores e professores. Conforme Chartier (1990), os agenciamentos discursivos e as categorias que os fundam não se reduzem absolutamente às ideias que

enunciam ou aos temas que contenha, mas possuem uma lógica própria; uma lógica que pode ser muito bem contraditória em seus efeitos, como letra da mensagem.

Na E.M Amaro de Souza Paes as obras de ampliação já foram feitas, mas a diretora chama atenção para a necessidade de mais salas de aula com o aumento da demanda. A E.M. Chrisanto passou por obras de ampliação em dezembro de 2012. Contudo, a E.M. José Alves Barreto não passou por reformas ou obras de ampliação, a solução dada diante da necessidade de espaço físico foi à adaptação de uma residência em escola.

Novamente, percebemos através dos estudos desenvolvidos para realização desse trabalho que as políticas públicas educacionais empreendidas pelo município estavam sendo executadas sem o planejamento devido. Atualmente (2013), de acordo com o relato da Secretária de Educação há uma parceria com a Secretaria de Assistência Social para realização do mapeamento das localidades que apresentam crescimento de demanda escolar. Desta forma, torna-se possível fazer um planejamento para atender a demanda oscilante de alunos. Essa necessidade de planejar também está evidente na percepção da diretora da E.M. Amaro Souza Paes. Segundo seu relato, devido à rotatividade dos alunos, “esse ano nós tivemos um levantamento, uma pré-matrícula que nos anos anteriores nós não tivemos”.

Desta forma, com o planejamento devido, se evita a superlotação das salas de aulas das escolas, o aluguel de casas que são improvisadas como escolas (conhecidas como “puxadinho”) e a construção e ampliação de escolas às pressas.

A Secretária de Educação do município de São João da Barra em sua entrevista apresentou um discurso característico da autoridade política. Uma autoridade que representa uma liderança técnica e política da SEMEC. A posição ocupada pela Secretária significa que ela deve conduzir o seu discurso de modo a exaltar as ações empreendidas pela política pública educacional e quando essa condução não é possível, ela procura evitar fazer críticas que provavelmente possam comprometer a fidelidade que lhe foi confiada pelo grupo político do qual faz parte. O propósito do seu discurso é me convencer e

convencer aos que lhe creditaram autoridade. Convencimento esse que perpassa pelo simbolismo que tal autoridade representa.

Neste caso, Bourdieu (2010) entende que o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Assim sendo, as palavras da Secretária de Educação representam um grupo que lhe confiou autoridade e liderança. E no relato feito por ela durante a nossa conversa, sua convicção de que as ações empreendidas pela política educacional estão sendo realizadas se funda no poder político e simbólico exercido pela sua autoridade.

Conforme Bourdieu (2010), o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

O ponto inicial da entrevista com a Secretária de Educação se referia as principais ações empreendidas pela política educacional da gestão anterior. A Secretária enumera uma série de ações que foram realizadas no período de implantação do porto do Açú. As gerentes de planejamento educacional e de supervisão educacional reiteraram o que foi dito pela Secretária de Educação e relacionaram outros feitos empreendidos pela política educacional do município.

A gerente de planejamento educacional relatou que foi feito um convênio com o IFF, de modo a oferecer curso de informática industrial, curso de operações logísticas e curso à distância de segurança do trabalho. E também foram implantados pólos no CIEP e no Açú. Já a gerente de supervisão educacional relatou que foi montada uma equipe de supervisão educacional com o total de vinte supervisoras para trinta e oito escolas, foi feito um projeto de educação para o trânsito e o “projeto ligado no ambiente”.

A percepção dos profissionais da escola sobre as mudanças empreendidas pelo poder público geralmente está voltada para as transformações pelas quais

passaram as suas unidades escolares. Não apresentam a amplitude, o aspecto conjuntural e político característico do discurso de Secretária de Educação e das gerentes de planejamento e de supervisão.

No geral, os profissionais que trabalham nas escolas comentaram que: escolas foram construídas (creches) e ampliadas, foram oferecidos diversos cursos (Inglês, espanhol, mandarim), foi implantado laboratório de informática.

No caso das mães dos alunos a percepção das mudanças ocorridas na rede escolar é muito vaga e representa o pouco conhecimento que elas têm sobre as ações empreendidas. Assim sendo, o nível de conhecimento sobre as mudanças ocorridas influencia no grau de participação cidadã na escolha das políticas públicas.

A mãe do aluno da E.M. José Alves Barreto relatou: “eu estou buscando. Correndo atrás pra (sic) poder ter uma formação”. Tá (sic) tendo cursos aos sábados aqui. Então, as pessoas já estão se preparando”.

A mãe do aluno da E.M. Chrisanto Henrique de Souza relatou que considera a escola de boa qualidade. Conforme a mãe, a escola oferece cursos de informática, mandarim, técnico em segurança do trabalho e EJA. Assim ela afirmou: “A escola tem EJA que eu faço a noite. O diretor é muito bom. Agora é com os alunos. Meu filho eu boto pra escola. Tem que estudar pra ser alguém”.

A percepção do professor da E.M. José Alves Barreto revela um comprometimento com o grupo político e com a liderança que o representa. Nesse caso, o professor ocupa uma posição social e política que o fez ter a opinião, de que o poder público não deve ser o único a ofertar ensino e qualificação. Desta forma, o professor transparece um apoio político incondicional as medidas educacionais que estão sendo empreendidas. Esse apoio se revela através de uma proposta incomum em comparação com todos os discursos que aqui se apresentam. A iniciativa privada de acordo com o professor tem que fazer às vezes do poder público e investir na qualificação escolar da população.

A produção dos grupos e o crédito confiado (*fides*) ao discurso da autoridade da Secretária de Educação (líder) legitimam a dominação simbólica. Assim

sendo, o discurso do professor da E.M. José Alves Barreto sobre a iniciativa privada também capacitar a população se alinha politicamente com as ideias propagadas pelo discurso da Secretária. Neste caso, a percepção do professor vai mais além, em seu discurso ele procura isentar o poder público municipal do seu dever de fornecer educação pública para a população. Assim ele comentou: “Eles terão que dar um suporte de escolaridade e não ficar esperando que só o município faça isso”.

As técnicas empregadas pelo discurso político da Secretária de Educação que distingue o “sagrado” do “profano”, essa divisão do trabalho político leva a naturalização dos mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”. Sendo assim, Bourdieu afirma:

(...) em política, “dizer é fazer”, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social (BOURDIEU, 2010, p. 185).

Atualmente (2013), a Secretária de Educação e Cultura do município de São João da Barra, Leide Cristina, considera “a demanda oscilante e a falta de professores e demais profissionais que formam a equipe multidisciplinar” como os principais gargalos a serem solucionados em sua gestão. De acordo com a Secretária de Educação, as providências que estão sendo tomadas para planejar o atendimento dessa demanda oscilante, estão sendo solucionadas em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município, que se responsabilizou por fazer o mapeamento das áreas onde os trabalhadores se alocam para que, posteriormente, a Secretaria de Educação possa disponibilizar o atendimento escolar para os seus filhos. E quanto à falta de profissionais a Secretária relatou que “foram contratados no início do ano um total de 260 profissionais (entre professores e técnicos)”.

A Secretária de Educação admite que existam gargalos no sistema educacional, mas que as medidas para solucionar esses problemas já estão sendo providenciadas. Neste comentário a Secretária procura evidenciar que o que ela está dizendo está sendo realizado; ou de certo modo procura em seu discurso me convencer de que as soluções para os problemas já foram remediadas.

No relato da Gerente de planejamento educacional pode se comprovar que o problema da falta de professores não é de tão fácil solução. Assim ela fez a seguinte afirmação: “nós chamamos agora dezesseis pessoas por contrato. Sabe quantos apareceram? três. Então eu continuo com a carência”.

Percebemos através dos estudos desenvolvidos para realização desse trabalho que as políticas públicas educacionais empreendidas pelo município estavam sendo executadas sem o planejamento devido. Atualmente (2013), de acordo com o relato da Secretária de Educação há uma parceria com a Secretaria de Assistência Social para realização do mapeamento das localidades que apresentam crescimento de demanda escolar. Desta forma, torna-se possível fazer um planejamento para atender a demanda oscilante de alunos. Essa necessidade de planejar também está evidente na percepção da diretora da E.M. Amaro Souza Paes, segundo seu relato, devido à rotatividade dos alunos, foi feita uma pré – matrícula em 2012, segundo a gestora tal procedimento foi realizado pela primeira vez.

Os gargalos não se restringem a demanda oscilante e a falta de profissionais. Em uma das escolas visitadas não foi realizada obra de ampliação. Na E.M Amaro de Souza Paes as obras de ampliação já foram feitas, mas a diretora chama atenção para a necessidade de mais salas de aula com o aumento da demanda. A E.M. Chrisanto passou por obras de ampliação em dezembro de 2012. Contudo, a E.M. José Alves Barreto não passou por reformas ou obras de ampliação, a solução dada diante da necessidade de espaço físico foi à adaptação de uma residência em escola. A diretora comentou: (...) “enfim eu estou na expectativa de uma escola nova tem dois anos. Vou ficar nessa expectativa né (sic)”.

Assim sendo, com o planejamento adequado, se evita a superlotação das salas de aulas das escolas, o aluguel de casas que são improvisadas como escolas (conhecidas como “puxadinho” ou “anexo”) e a construção e ampliação de escolas às pressas.

A Secretária de Educação em sua posição social representa uma autoridade “sagrada” que ao empreender o seu discurso sobre as políticas públicas educacionais do município, se empenha em relatar que as decisões políticas estão sendo tomadas. Contudo, os aspectos discursivos do relato da Secretária estão dados a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social. Deste modo, a aderência dos “profanos” ao seu discurso corresponde à naturalização dos mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”. Devido a essa divisão do mundo social o discurso político da Secretária nos leva a crer que se pode fazer o que se diz.

Assim, os discursos das gerentes e do professor da E.M. José Alves Barreto estão fielmente comprometidos com a aderência às ideias e com “o dizer é fazer” característico do discurso político da autoridade. Os discursos dos diretores e dos professores das escolas apresentam características semelhantes ao discurso dos profissionais da SEMEC, todavia, os profissionais que trabalham nas escolas, em seus relatos sobre as ações empreendidas pela política educacional, revelaram contradições entre o que foi dito pela Secretária e que está realmente sendo feito.

Ao indagar a Secretária de Educação sobre as ações empreendidas pela educação relativas ao Ensino Técnico, a Secretária de Educação relatou que está em fase de construção um polo do IFF na entrada da cidade. Assim, a Prefeitura está entrando com a infraestrutura e o IFF posteriormente será implementado. De acordo com a sua afirmação:

“aquele prédio passa a ser do Instituto Federal Fluminense e com perspectiva de desenvolvimento até de uma universidade. Há uma perspectiva também de se implementar um CVT (um Centro Vocacional Tecnológico da FAETEC) com cursos também específicos pra atender essa demanda do complexo”.

A Secretária de Educação relatou que há uma perspectiva muito boa de crescimento econômico e social no município, não só em São João da Barra, mas em toda a região ao redor de onde está se instalando o complexo. Há também, uma perspectiva de evolução no quadro de aprimoramento desses alunos jovens da rede que não tinham perspectiva de empregabilidade na região e hoje passaram a ter. Assim ela afirma:

“hoje agente já encontra disponibilidades de cursos técnicos na área, inclusive esse ano, nós estamos com uma parceria com um IFF num curso que é inédito aqui na região que é o técnico em construção naval pra atender a uma demanda específica do complexo. Então o município tá (sic) atento a toda essa demanda e procurando preparar justamente essa jovem população pra seja absorvida por esse mercado de trabalho”.

Quanto à oferta de cursos técnicos para os alunos do Ensino Fundamental que estão se formando e para a população em geral, a diretora da E.M. Amaro Souza Paes relata que a SEMEC incentiva bastante. Na escola são ofertados cursos de mandarim, informática e inglês. E em São João da Barra, tem outros cursos também que são oferecidos para capacitar a mão de obra a concorrer a uma vaga de emprego. Quanto ao polo do IFF em São João da Barra a diretora comenta que a oferta de cursos tem como pré-requisito o Ensino Médio completo. Além do mais a instituição oferece um curso (técnico em metalurgia) que não é de interesse dos nossos alunos. Assim ela afirmou: “Está sendo construído em São João da Barra um IFF, e ai futuramente terá mais oferta de qualificação. No momento, os nossos alunos tem que se deslocar para Campos”.

Sobre a qualificação dos alunos do Ensino Fundamental nono ano e o interesse deles em cursar o Ensino Médio técnico a diretora da E.M. José Alves Barreto fez uma retrospectiva em relação ao comportamento evasivo dos alunos no passado. De acordo com a diretora, antigamente os alunos que concluíam o Ensino Fundamental perfaziam um total de seis a dez alunos. Conforme relatos da diretora, atualmente em uma turma de nono ano 29 alunos estão se formando e uns 60% vão continuar os estudos, pois ela mesma fez a pré-matrícula deles nas escolas estaduais. No que se refere ao Ensino Médio

técnico, a diretora comentou que dos 29 alunos que se formaram 4 alunos fizeram concurso para IFF. E esses mesmos 4 alunos fizeram concurso para a FAETEC. A diretora concluiu, relatando que a maioria dos alunos vai dar continuidade aos estudos cursando o Ensino Médio regular.

A Secretaria de Educação em seu relato sobre a qualificação técnica relacionou uma série de feitos realizados pelo poder público local. Dentre eles enfatizou a implantação definitiva do polo do IFF no município. Deste modo, segundo seus comentários, os alunos da rede escolar que antes não tinham perspectiva de empregabilidade atualmente estão tendo, esse fato acarreta a evolução no quadro de aprimoramento desses alunos. Ao finalizar o seu discurso a Secretaria relatou que existem disponibilidades de cursos técnicos na área.

A Secretária de Educação em seu discurso político caracterizado pela técnica de fazer crer que o que está sendo dito foi feito. Afirmou em seus relatos que os jovens da rede escolar que desejam se capacitar encontram disponibilidades de cursos técnicos. O discurso da Secretária de Educação quando comparado com os relatos das diretoras e dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio da E.E Alberto Torres apresenta contradições em relação a disponibilidades de cursos técnicos. De acordo com o relato da diretora da E.M Amaro Souza Paes, o polo do IFF em São João da Barra oferece um curso técnico que não é de interesse dos alunos, sendo que o pré-requisito para que os alunos façam esse curso é a formação completa do Ensino Médio. Assim ela comentou: “No momento, os nossos alunos tem que se deslocar para Campos”.

Já a diretora da E.M. Jose Alves Barreto relatou o desinteresse dos alunos da escola em cursar o Ensino Médio técnico. Ela comentou que dos 29 alunos que se formaram no Ensino Fundamental apenas quatro prestaram concurso para o IFF e para FAETEC. Assim ela afirmou: “Eles querem o ensino médio, dar continuidade aos estudos, mas não buscando um técnico”.

Os 33 alunos do terceiro ano da E.E. Alberto Torres fizeram a redação. Apenas oito desses alunos relataram que estão fazendo curso técnico no IFF. Enquanto três alunos comentaram que estão cursando o técnico no IFF de

Campos dos Goytacazes, os outros cinco alunos do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Aberto Torres redigiram em seus argumentos que estão cursando técnico em metalurgia no polo do IFF de São João da Barra. Quando perguntei a um desses alunos o porquê da preferência pelo curso técnico em metalurgia, ele me respondeu: “que era o único curso técnico disponível no polo do IFF de São João da Barra”.

Nas outras duas escolas estaduais nas quais realizamos a pesquisa os alunos demonstraram em suas redações interesse em fazer o curso técnico, no entanto, dos 39 alunos que participaram da pesquisa nenhum deles está atualmente fazendo um curso técnico.

A maioria dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio da E.E. Raimundo de Magalhães mencionou o interesse de fazer um curso técnico no IFF, no entanto, nenhum desses alunos está atualmente fazendo um curso técnico.

Dos quatro alunos do terceiro ano do Ensino Médio da E.E. Newton Alves que participaram da pesquisa dois deles mencionaram o desejo de fazer um curso técnico no IFF.

Ao analisar a percepção dos alunos que estão cursando o ensino técnico sobre a oferta de cursos técnicos no polo do IFF de São João da Barra, compreendemos que a Secretária de Educação tem uma percepção política fundada no discurso de que as ações empreendidas estão sendo realizadas de fato. Entretanto, quando comparamos as percepções da Secretária com as percepções da diretora da E.M. Amaro Souza Paes e dos alunos da E.E. Alberto Torres, compreendemos que o discurso da Secretária de Educação apresenta contradições. Não há disponibilidades de cursos técnicos no polo do IFF. Pelo contrário, o polo do IFF de São João da Barra oferta apenas um curso técnico em metalurgia. Os outros cursos ofertados tanto pelo IFF como pela FAETEC se configuram como cursos básicos.

Outro fato importante a ser destacado é o desinteresse dos alunos em cursar o Ensino técnico. Na E.M. José Alves Barreto, dos 29 formandos do Ensino Fundamental apenas 4 prestaram concursos para a área técnica. Nas escolas estaduais nas quais realizei a pesquisa, dos 72 alunos do terceiro ano do

Ensino Médio que participaram da pesquisa apenas 8 alunos da E.E. Alberto Torres estão atualmente fazendo curso técnico no IFF. Cinco deles cursam o técnico em metalurgia no polo do IFF de São João da Barra e três deles fazem o curso técnico no IFF de Campos dos Goytacazes.

Recorro a Cruz (2003), para exemplificar de que modo foi qualificada a mão de obra com formação de nível técnico na região de Macaé na década de 80 em decorrência da implantação do complexo petrolífero. Segundo o autor, houve uma absorção do contingente da força de trabalho regional, o que foi possível graças à existência da Escola Técnica Federal de Campos.

Inicialmente, quase toda a mão de obra semiqualficada vinha do município de Campos, sendo este fato imprescindível para o atendimento da demanda decorrente da implantação do complexo petrolífero. Atualmente, esse contingente ainda é significativo, mas já existe implantada em Macaé uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos dos Goytacazes e outras instituições de ensino foram implantadas desde o início das atividades de exploração e produção de petróleo e gás, inclusive instituições de ensino superior públicas. “A mão de obra altamente especializada, seja de assalariados do Sistema Petrobrás, seja de profissionais prestadores de serviço, vem, majoritariamente, de fora da região e do país”. (CRUZ, 2003, p. 278).

As constatações do autor são pertinentes diante das mudanças que devem ser empreendidas pelos gestores públicos do município de São João da Barra perante a necessidade da qualificação da mão de obra local com a implantação do CLIPA. Caso contrário, o quadro apresentado acima pelo autor tende a se repetir, pois o município de São João da Barra atualmente apresenta necessidades e características estruturais semelhantes as que vigiam no município de Macaé, na década de 80.

Conforme Bourdieu (2010) se faz necessário a desnaturalização dos mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”. Deste modo, a distribuição dos instrumentos de produção do campo político se torna mais acessível e igualitária. Assim sendo, os cidadãos comuns não estariam

mais reduzidos ao estatuto de simples “consumidores”. A proximidade dos cidadãos comuns do lugar de produção, conseqüentemente, acarretaria uma participação política mais ampla e ativa.

As ações empreendidas pela política educacional do município com os impactos provocados pelo CLIPA são conseqüências de articulações entre os poderes Municipal, Estadual, Federal e iniciativa privada. Haja vista, as ações empreendidas nas escolas de Ensino Fundamental segundo segmento que beneficiou sobremaneira umas em detrimento de outras.

Também chamamos atenção para as ações empreendidas quanto à qualificação técnica que foi oferecida para a população. O polo do IFF que se localiza na cidade oferta somente o curso técnico em metalurgia que provavelmente foi implantado para atender os interesses exclusivos da iniciativa privada. Neste caso, os cidadãos são-joanenses que desejam fazer cursos técnicos em outras áreas tem que recorrer às instituições de ensino do município de Campos dos Goytacazes. As mães dos alunos que em seus discursos apresentam uma percepção muito vaga sobre as mudanças ocorridas na rede escolar, o que representa em si o pouco conhecimento que elas têm sobre as ações empreendidas pelo poder público.

Deste modo, Brandão (2008) entende que determinado problema tem a sua escala espacial específica. Faz-se necessário o enfrentamento articulando poderes pertinentes àquela problemática específica, explicitando os conflitos de interesse em cada escala e construindo coletivamente alternativas políticas. Empenhando-se em uma ação coletiva, de caráter pedagógico, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política. Brandão afirma que se faz necessário:

Promover mudanças em relações de propriedade, buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados de determinado território. Ativar recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação. Discutir centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Assumir a conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das

classes sociais, analisar os sujeitos portadores de decisão transformadora. Analisar hegemonias, poderes e hierarquias, construindo e hierarquizando mediações diversas (espaciais, sociais, políticas, monetárias, financeiras, macroeconômicas, microeconômicas, interestatais, geoeconômicas e geopolíticas). (Brandão, 2008, p: 17)

O autor (2008) defende um profundo debate sobre escala que visa dialogar com uma teoria sobre decisões e poder de comando dos processos sob análise: se faz necessário ter um pensamento sobre a dinâmica dos atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações. Enfocando as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais). Com isso, visa-se superar um ambiente sociopolítico fragmentado, que tem como predominância as interpretações uniescalares e monofórmicas.

Assim, embasado em uma literatura crítica que apresenta avanços que demonstram uma variedade de trajetórias alternativas possíveis de desenvolvimento com as suas múltiplas escalas espaciais passíveis de construção e observação, Brandão (2008) compreende que as lutas emancipatórias devem ser multiescalares. A ação pública consequente deve ser multiescalar. Deve se opor e vencer resistências do atraso estrutural e anticidadão, ativar e mobilizar instrumentos, normas e convenções que se localizam em variados âmbitos, níveis de ação e instâncias. Deve hierarquizar opções, dar organicidade a ações dispersas e orientar decisões ao longo de uma trajetória temporal mais larga.

3.6.1. Os alunos e seus pais não valorizam os estudos.

Os profissionais que participaram da pesquisa para realização desse trabalho ao discorrerem sobre questões como: “a população sanjoanense está preparada para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA” e “os alunos do Ensino Fundamental segundo segmento estão sendo qualificados para o mercado de trabalho e ou para seguir um

Ensino Médio técnico”, ao elaborarem seus comentários sobre as questões propostas. Os três gestores, a Secretária de Educação e uma professora ressaltaram em suas respostas uma crítica aos estudantes, aos seus pais e a população. Essa crítica comum a todos os discursos se referia ao desinteresse dessas pessoas pelo estudo. Os profissionais em seu campo e em seu espaço social compreendem que os estudantes e seus pais não valorizam os estudos.

Quando questionei se a população são-joanense está preparada para concorrer às vagas de empregos que estão sendo e serão geradas pelo CLIPA, a secretária comentou que a qualificação está sendo ofertada e que a equipe da SEMEC acompanhou a necessidade e disponibilizou oportunidade para que efetivamente os jovens se comprometessem e se preparassem para essa demanda.

Os recursos foram disponibilizados, comentou a Secretária:

“A gente sabe que nem todos tem essa mentalidade, de que realmente a questão do estudo, da preparação e da qualificação profissional é o trunfo que eles têm nas mãos pra poder efetivamente ser abarcados por esse mercado profissional que está aparecendo na realidade de São João da Barra” (...) “Então realmente só não se prepara quem não quer”.

As crianças e jovens de São João da Barra são filhos de trabalhadores rurais e pescadores. As aquisições de bens culturais se apresentam de diferentes modos em diferentes categorias de classes. A criança e o jovem são-joanense pertencem a um ambiente rural; mesmo havendo uma pequena urbanização no município podemos entendê-lo como uma região híbrida. Seus pais são camponeses, pescadores, prestadores de serviço, pequenos comerciantes, pedreiros, mestre de obras, carpinteiros e marceneiros. Por uma questão econômica e cultural os pais tinham que abandonar a escola para ajudar principalmente na lavoura e na atividade pesqueira. Temos que levar em conta também o fato de que historicamente a educação pública não era acessível a todos. Em resumo, é nesse ambiente que os jovens sanjoanenses vivem e adquirem seus hábitos e nessa pequena cidade litorânea eles veem agora de

longe o porto do Açú. Para trabalhar no porto eles precisam se “preparar”, “eles precisam estar engajados nisso” e “se qualificar”.

O diretor da E.M. Chrisanto Henrique também fez crítica ao desinteresse dos alunos pelos estudos. Conforme sua afirmação:

“Mas, a gente percebe também no nosso setor pedagógico aqui da escola (...) que eles precisam (...). É que os jovens ainda não entenderam que vai ser uma coisa grande e que eles precisam estar engajados nisso. Parece que eles não estão acreditando muito que eles vão ser aproveitados. Agente acaba insistindo muito nisso com eles para que eles acordem e vejam que nesse futuro que vai acontecer e que já está acontecendo. Eles são os grandes personagens para atuarem nesse setor”.

Bourdieu (2002) assenta que as diferenças no modo de aquisição na estrutura do capital possuído e as diferenças no modo de aquisição de capital cultural tendem, respectivamente, a marcar as diferenças no âmago da classe dominante e a marcar diferenças entre classes. Os diferentes modos de aquisição dos bens culturais e a legitimação da competência cultural dominante, mesmo que marque a diferença entre as classes, estabelece esse domínio através da produção de capitais. Assim, Bourdieu afirma:

(...) por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e com as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classes (BOURDIEU, 2002, P.13).

A diretora da E.M. José Alves Barreto relatou a evasão, a continuidade dos estudos e o desinteresse dos alunos pelo ensino técnico:

“Os jovens (nono ano). Olha é um número muito pequeno. Eu hoje eu tenho uma turma de nono ano. Vou voltar um pouquinho no tempo. Antigamente, agente chegava ao nono ano com seis alunos, dez no máximo. Está havendo uma continuidade nos estudos, porque

agente faz todo esse trabalho com eles de formiguinha. Dizendo: olha vamos continuar os estudos. O porto tá (sic) ai, antes era só papel. Hoje agente está vendo a realidade”.

A diretora comentou que os alunos no passado se evadiam da escola. Entretanto, atualmente os alunos estão dando prosseguimento aos estudos. Isso se deve a um trabalho de conscientização feito pelos profissionais da escola ressaltando que antes não havia perspectiva de emprego, mas agora tem. Essa perspectiva de empregabilidade também fez com que os alunos evadidos retornassem a escola e passassem a frequentar o EJA. A escola como instrumento de reprodução da mão de obra designa sentença, desclassifica, exclui e adverte.

Conforme Bourdieu (2002) a distinção entre os capitais (cultural e social) adquiridos pelos filhos da burguesia e os capitais (cultural e social) adquiridos pelas classes médias e populares são condicionados pelos interesses da classe que a escola serve estatisticamente e pelos interesses dos membros da classe que ela sacrifica (“fracassados”). Assim sendo, segundo Bourdieu, a exclusão de grande massa de crianças das classes populares e médias deixou de operar-se na entrada para classe *sixième* (corresponde à 5ª série), mas progressivamente e insensivelmente, ao longo dos primeiros anos do secundário, através de formas denegadas de eliminação, a saber: o atraso (ou repetência) como eliminação diferida; a relegação para os ramos de segunda ordem que implica um efeito de marcação e estigmatização.

A diretora da E.M. José Alves Barreto comentou a continuidade dos estudos:

“Então, hoje eu tenho uma turma de nono ano formando 29 alunos. Uns sessenta por cento vão continuar os estudos. Eu acabei fazendo a pré-matrícula deles no Estado. Dos 29 alunos eu tive 4 alunos que fizeram por IFF. E esses mesmo 4 fizeram pra FAETEC. Eles querem o ensino médio, dar continuidade aos estudos, mas não buscando um técnico”.

A diretora da E.M. Amaro de Souza Paes faz crítica à parcela da população que não valoriza os estudos:

“nós temos ainda uma população que não vê o estudo como uma porta pra (sic) se melhorar até financeiramente não conhecimento e crescimento pessoal, mais financeiramente, não acha que estudo (...) nós temos muitos pais de aluno daqui, moradores que não acha que o estudo é primordial, mas outros pais não, eles falam que o bem maior que pode proporcionar aos filhos é o estudo, e se empenham, procuram e ajudam me acompanham a vida familiar”.

A relação entre o “sucesso escolar” e o modo de aquisição dos bens culturais familiar e escolar é inseparável como espaço em que se constituem as competências julgadas necessárias em determinado momento. Sendo também espaços em que se forma o valor de tais competências. Estabelecendo-se como mercados, sancionando positiva ou negativamente, controlando o desempenho e determinando e fortalecendo o que é “aceitável”. Assim sendo, Bourdieu afirma:

(...) a aquisição da competência cultural é inseparável da aquisição insensível de um senso da aplicação dos investimentos culturais que, sendo o produto do ajuste às possibilidades objetivas de valorização da competência, favorece o ajuste antecipado a tais possibilidades e que, por sua vez, torna-se uma dimensão relacionada com a cultura, próxima ou distante, desenvolva ou reverenciosa, mundana ou escolar, ou seja, forma incorporada da relação objetiva entre o espaço da aquisição e o núcleo dos valores culturais. (BOURDIEU, 2012, P.82)

A Professora da E.M. Chrisanto Henrique relatou o desinteresse do aluno pelos estudos e a falta de visão de futuro profissional:

“eu sinto muito falta de visão das crianças. Apesar de ter o porto do Açú, eu vejo muito desinteresse das crianças em querer se tornar um profissional qualificado pra exercer qualquer função que seja. Eu não percebo essa visão de futuro nas crianças. Porque elas não têm essa visão? Porque elas são do interior, porque eu acho que na cabeça delas (.....)Tem caso de crianças que abandonam a escola porque acham que não vão passar, larga porque vai casar, ou porque casou , ou porque engravidou. Porque elas não tem essa visão de crescimento”.

A produção da competência cultural nesses espaços sociais, família e escola, e a valorização dos produtos produzidos por esses mercados são concorrentes. Há uma atribuição de valor máximo à produção da competência cultural escolarmente certificada e à modalidade escolar em detrimento dos mercados dominados pelos valores extraescolares. Conforme Bourdieu (2012), a competência será tanto mais imperativamente exigida e tanto mais “compensadora”, enquanto a incompetência será tanto mais rigorosamente sancionada e tanto mais “dispendiosa”, quanto maior for o grau de legitimidade de determinado domínio.

Considerações Finais

A construção do Porto do Açú no município de São João da Barra ocasionou transformações significativas no setor de infraestrutura, emprego, serviços e no setor educacional. Obviamente, as primeiras mudanças importantes ocorreram na densidade populacional e na área fundiária. Assim, como já era de se esperar, devido a grande proporção do empreendimento e o impacto gerado para o desenvolvimento da região as transformações socioeconômicas acarretadas pela implantação do porto do Açú no município de São João da Barra afetaram diversos setores da administração pública e privada da cidade.

De acordo com a literatura recente sobre desenvolvimento regional e os impactos dos grandes projetos de investimento, um projeto de investimento das dimensões do Porto do Açú, no que se refere ao âmbito político, ocasiona a perda do controle político e administrativo das instâncias locais de administração. Pois, tal empreendimento encontra-se ligado a atividades chave da economia nacional os seus administradores reportam-se diretamente ao âmbito federal e aos grupos empresariais. Logo, os municípios e os governos estaduais tem limitada capacidade de barganha.

Contudo, primeiramente fez-se necessário compreender como os grandes projetos de investimento implantados por governos anteriores interferiram no desenvolvimento regional e de que modo o potencial econômico dos municípios do Norte Fluminense, proveniente da arrecadação dos royalties, ampliaria ou reduziria a capacidade de barganha da administração pública municipal de São João da Barra diante das mudanças ocasionadas com a implantação do CLIPA.

De fato, os municípios do Norte Fluminense contam com recursos privilegiados de arrecadação provenientes dos royalties, o que nos leva a supor que essas cidades ampliam politicamente a capacidade de barganha, pois, o recebimento desses recursos dos royalties possibilita à administração pública dos municípios do Norte Fluminense, principalmente São João da Barra um meio economicamente privilegiado de financiar ações que busquem a reversão do

problema do desenvolvimento regional. Entretanto, os recursos (royalties e participação especial) controlados pelos municípios do Norte Fluminense (São João da Barra, Quissamã, Macaé e Campos dos Goytacazes) não estão sendo revertidos prioritariamente em políticas públicas que possibilitam a realização de um planejamento integrado da política urbana, as ações de políticas sociais, de geração de trabalho e renda e de sustentação econômica, com potencialidade de produzir inclusão, bem-estar e cidadania. Deste modo, aplicação dos recursos pela administração local do município de São João da Barra tem o objetivo de favorecer e ampliar a clientela política da região. As demandas atendidas pelo poder público beneficiam grupos econômicos e políticos e também a parcela pobre da população.

Um projeto portuário das dimensões do Porto do Açú provoca impactos que tendem a mobilizar maiores recursos e políticas públicas que interagem e coexistem com as necessidades de qualificação da população e uma série de medidas estruturais que são demandadas pelo processo de construção e implantação. No caso específico deste estudo, as ações empreendidas pela política educacional do município de São João da Barra procurou atender a demanda da população são joanense e da população que migrou para a cidade com a implantação do Porto do Açú. Deste modo, a implantação do Porto do Açú teve como consequência para administração local a necessidade de desenvolver uma política educacional que beneficiasse a população da região como um todo, se caracterizando por uma política social de ampla cobertura ao contrário da política clientelista desenvolvida anteriormente.

As ações empreendidas pela política educacional do município de São João da Barra em relação aos impactos socioeducacionais provocados pela implantação do CLIPA apresentam avanços significativos e qualitativos no que se refere ao atendimento dos segmentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A construção de novas unidades escolares para o atendimento da educação infantil se realizou de modo eficaz com a construção imediata de creches para atender a demanda dos filhos dos trabalhadores que migraram para a cidade. As escolas municipais do ensino fundamental que apresentaram maior crescimento de matrículas foram ampliadas e já se encontra em fase de estudo a realização de novas ampliações de acordo com a necessidade da

demanda escolar de cada local. Entretanto, contraditoriamente segundo os estudos realizados as escolas de Ensino Fundamental localizadas na região central da cidade receberam maiores benefícios em comparação com a escola José Alves Barreto (localizada na área rural) que enfrenta sérios problemas de infraestrutura para atender o aumento da demanda ocasionada pela migração dos trabalhadores para a região do quinto distrito.

Uma medida importante referente ao atendimento escolar dos segmentos de Ensino Fundamental e da Educação Infantil empreendida pela política educacional do Município de São João da Barra foi a realização, em 2010, do concurso público para selecionar professores e demais profissionais da educação que vieram a ocupar o quadro técnico da SEMEC. Neste mesmo ano, a SEMEC criou a equipe multidisciplinar. A composição desta equipe se caracteriza por ter profissionais de diversas áreas e atuações técnicas distintas nas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. Os orientadores pedagógicos, orientadores educacionais e psicopedagogos foram alocados nas escolas e atuam diretamente com os alunos e demais profissionais. Entretanto, os outros profissionais (psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, musicoterapeutas e supervisores educacionais) atuam trabalhando e cobrindo um determinado grupo de escolas. Enfim, a equipe multidisciplinar da SEMEC São João da Barra se destaca de forma incomum, pois não há registros de algo parecido em nenhum dos sistemas educacionais dos municípios do Norte Fluminense, principalmente, quando levamos em conta a gama diversificada de profissionais que compõem a equipe multidisciplinar da SEMEC de São João da Barra.

As ações empreendidas pelo poder público local em relação à educação básica foram financiadas com altíssimos investimentos per capita. Todavia, os altos gastos por aluno no município de São João da Barra, entre os anos de 2009 e 2011, não se traduziram nos melhores resultados na avaliação do IDEB – 2012. Essa contradição entre os recursos investidos e um fraco desempenho nos exames pode ser resultado de um problema estrutural na gestão dos recursos destinados a educação. Provavelmente, são aplicados de modo inadequado. No caso específico da avaliação, a aplicação adequada desses recursos deve ser direcionada para a melhoria do processo Ensino – aprendizagem e na

capacitação profissional dos professores, reconhecendo que os investimentos não são de resultado imediato.

Porém, em relação ao Ensino Técnico e superior as percepções dos profissionais da educação, das mães dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental e dos estudantes do Ensino Médio são diferenciadas, revelando a necessidade de um maior investimento para o efetivo atendimento das demandas da população.

Ao analisar os dados levantados e compará-los com as percepções dos profissionais da educação, das mães dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental e dos estudantes do Ensino Médio. Entendemos que as mudanças empreendidas referentes aos segmentos do Ensino Técnico e do Ensino Superior estão sendo implantadas e executadas sem maior planejamento. As mudanças que se faziam necessárias para o segmento do ensino técnico e profissionalizante foram iniciadas num período posterior a construção do Porto do Açú. Os benefícios (bolsas de estudo e transporte gratuito) gerados pela política educacional, da gestão 2008-2012, referentes ao Ensino Superior são importantes para a qualificação dos estudantes universitários. O que pode ser comprovado pela ampla cobertura dos benefícios e pelo aumento significativo de cidadãos são-joanenses com curso superior completo. Entretanto, a população são-joanense que precisa de qualificação técnica profissional tem que recorrer às instituições do ensino técnico (IFF) do Município de Campos dos Goytacazes, pois o pólo do IFF em São João da Barra oferta somente o curso técnico em metalurgia para cidadãos que já concluíram o Ensino Médio. Enfim, em ambos os segmentos (Ensino Técnico e superior) as principais instituições educacionais que ofertam qualificação estão localizadas no município de Campos dos Goytacazes.

Contudo, os estudantes que concluíram o Ensino Médio no período anterior as medidas tomadas na gestão 2008-2012, tiveram que recorrer aos recursos próprios ou simplesmente desistiram de continuar os estudos. Conseqüentemente, a expectativa da população são joanense de melhoria de condições econômicas e de geração de trabalho e renda tornou-se uma frustração. Pois, as funções que exigem alta especialização, na construção do

porto, e que são mais rentáveis são exercidas por profissionais experientes vindos em sua maioria de outras regiões do Brasil e do exterior. O planejamento e a política educacional inadequada para os segmentos do Ensino Técnico e Superior, durante esses últimos dez anos, não foram capazes de especializar a mão de obra local para concorrer à oferta de emprego gerada no processo de construção do Porto do Açú.

As percepções dos profissionais da educação, das mães dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental e dos estudantes do Ensino Médio em relação às medidas empreendidas no setor educacional do município de São João da Barra são diferentes.

O corpo técnico e político da SEMEC (Secretária de Educação, gerente de planejamento e controle educacional e gerente da supervisão educacional) apresenta características semelhantes em seus discursos. A percepção apresentada no discurso das gerentes procura reafirmar que a política educacional idealizada pelo grupo técnico e político do qual elas fazem parte está sendo realizada de fato. Comumente elas apresentam uma percepção alinhada ao discurso da Secretária de Educação.

A Secretária de Educação do município de São João da Barra em sua entrevista apresentou um discurso característico da autoridade política. Uma autoridade que representa uma liderança técnica e política da SEMEC. A posição ocupada pela Secretária significa que ela deve conduzir o seu discurso de modo a exaltar as ações empreendidas pela política pública educacional e quando essa condução não é possível, ela procura evitar fazer críticas que provavelmente possam comprometer a fidelidade que lhe foi confiada pelo grupo político do qual faz parte. O propósito do seu discurso é me convencer e convencer aos que lhe creditaram autoridade. Convencimento esse que perpassa pelo simbolismo que tal autoridade representa. As ações de políticas públicas educacionais relatadas pela Secretária de Educação têm características discursivas que evidenciam o que está sendo feito; mas o que na realidade foi compreendido por mim, me faz afirmar a existência de uma dicotomia entre o discurso da Secretária de Educação e as percepções dos diretores, professores e alunos do ensino médio.

A percepção dos profissionais da escola sobre as mudanças empreendidas pelo poder público geralmente está voltada para as transformações pelas quais passou as suas unidades escolares. Não apresentam o alinhamento, a amplitude, o aspecto conjuntural e político característico do discurso da Secretária de Educação e das gerentes de planejamento e de supervisão. A percepção dos profissionais que atuam na escola apresenta características contraditórias em comparação com as percepções do corpo técnico e político da SEMEC. Principalmente no que se refere a obras de ampliação da infraestrutura escolar, a necessidade de oferta de cursos técnicos e de oferta para atender o aumento da demanda do segmento da Educação de Jovens e Adultos.

No caso das mães dos alunos a percepção das mudanças ocorridas na rede escolar é muito vaga e representa o pouco conhecimento que elas têm sobre as ações empreendidas. Assim sendo, o nível de conhecimento sobre as mudanças ocorridas influencia no grau de participação cidadã na escolha das políticas públicas.

Logo, chamamos atenção para as ações empreendidas quanto à qualificação técnica que foi oferecida para a população. O polo do IFF que se localiza na cidade oferta somente o curso técnico em metalurgia que provavelmente foi implantado para atender prioritariamente aos interesses da iniciativa privada. Neste caso os cidadãos sanjoanenses que desejam fazer cursos técnicos em outras especialidades têm que recorrer às instituições de ensino do município de Campos dos Goytacazes. E há também a percepção dos gestores e mães de alunos sobre o crescimento da demanda da EJA com o retorno dos alunos evadidos, que em nenhum momento é posto em evidência pelos profissionais da SEMEC.

As técnicas empregadas pelo discurso político da Secretária de Educação que distingue o “sagrado” do “profano”, essa divisão do trabalho político leva a naturalização dos mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”. Assim, as ações educacionais empreendidas pelo poder público do Município de São João da Barra caracterizados no discurso do corpo técnico e

político da SEMEC evidenciam uma política pública verticalizada, de cima para baixo, caracterizada pelo autoritarismo e por uma participação política anti-cidadã.

Enfim, torna-se urgente a ampliação da participação política do cidadão são joanense que perpassa pelo reconhecimento de que determinado problema tem a sua escala espacial específica. Faz-se necessário o enfrentamento articulando poderes pertinentes àquela problemática específica, explicitando os conflitos de interesse em cada escala e construindo coletivamente alternativas políticas, empenhando-se em uma ação coletiva, de caráter pedagógico, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis. Ministério de Minas e Energia. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/>> Acesso em: 15 de outubro de 2010.

BOURDIEU, Pierre, O poder simbólico. 13^o Ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

_____. Escritos de Educação, Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) (2008). *“Compreendendo a complexidade sócioespacial”*.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.245p.

CRUZ, José Luis Vianna. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo desenvolvimento e dinâmica territorial no norte fluminense. Tese de Doutorado. INPUR- UFRJ/RJ, Rio de Janeiro, 2003.

CRUZ E PINTO. Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância _ Rosélia Piquet e Rodrigo Serra, organizadores. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2010.

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 15 de outubro de 2010.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP/MEC Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 29 de outubro de 2010.

Jornal “O Monitor Campista”. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009. Disponível em: < <http://webmail.monitorcampista.com.br> > Acesso em: 18 de outubro de 2010.

LLX (Uma empresa do Grupo EBX). Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.llx.com.br> > Acesso em: 15 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, Cláudia. Atuação do grupo EBX e grandes projetos de investimento no norte fluminense: o público e o privado como x da questão. Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – www.uff.br/revistavitas. ISSN 2238-1627, Nº 3, junho de 2012.

PIQUET, Rosélia. Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância _ Rosélia Piquet e Rodrigo Serra, organizadores. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007 a.

_____. Indústria e território no Brasil contemporâneo. 2007 b.

_____. Reestruturação do espaço regional e urbano o papel do estado e dos grandes investimentos. UFRJ- IPPUR, 1993.

Portal da Prefeitura de São João da Barra.

Revista Finanças dos Municípios Fluminenses – Ano 3- 2010. Disponível em:<
[http:// www.aequus.com.br | anuários \ fluminenses _ 2011\](http://www.aequus.com.br|anúários\fluminenses_2011).

Revista Finanças dos Municípios Fluminenses – Ano 4- 2011. Disponível em:<
[http:// www.aequus.com.br | anuários \ fluminenses _ 2011\](http://www.aequus.com.br|anúários\fluminenses_2011).

Revista Finanças dos Municípios Fluminenses – Ano 5- 2012. Disponível em:<
[http:// www.aequus.com.br | anuários \ fluminenses _ 2011\](http://www.aequus.com.br|anúários\fluminenses_2011).

RIBEIRO, Ranulfo. Desafios ao desenvolvimento regional do Norte Fluminense. 2010. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ROMÃO, Camila da Silva. Os jovens da rua direita: estudo exploratório de um lugar. 2007. Monografia (Ciência da Educação) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2007.

TOVAR E FERREIRA. A Infra-Estrutura Portuária Brasileira: O Modelo Atual e Perspectivas para seu Desenvolvimento Sustentado. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 209-230, jun. 2006.